



Instituto Superior  
de Ciências Sociais e Políticas  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

# **Propaganda Política do Estado Novo**

## **Análise de conteúdo dos discursos presidenciais de tomada de posse (1926-1974)**

**Andreia Sofia Porfírio da Silva**

**Professora Auxiliar com Agregação Doutora Paula Espírito Santo**

Dissertação para obtenção de grau de Mestre  
em Comunicação Social  
Especialização em Comunicação Estratégica

**Lisboa**  
**2013**

VALORIZAMOS PESSOAS

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

*Às minhas avós*

*Joana e Maria Joaquina*

## **Agradecimentos**

A presente etapa que se completa não teria sido possível de concretizar sem o apoio de algumas pessoas e entidades, para as quais vai o meu mais sincero agradecimento.

À minha orientadora, Professora Auxiliar com Agregação Doutora Paula do Espírito Santo, por toda a orientação e conhecimento transmitido.

Ao ISCSP, por todos os anos de aprendizagem e enriquecimento pessoal proporcionados.

Aos meus professores e colegas, pela inesquecível experiência académica que vivi.

Aos funcionários da biblioteca do ISCSP, pela disponibilidade.

Ao departamento de documentação e arquivo do Palácio de Belém, no âmbito da pesquisa efectuada, pelos discursos facultados.

Aos meus pais e avós, por tudo.

## **Resumo**

A propaganda política é um conjunto de procedimentos cujo objectivo visa a adesão a um sistema ideológico de cariz político (Gonçalves, 1961). A propaganda tem como objectivo provocar emoções e desejos, de forma que o público identifique o propagandista como o único a conseguir concedê-los. No plano dos meios, a propaganda política tem-se manifestado ao longo da história através de várias formas, tais como a imprensa escrita, a palavra falada, a imagem ou a acção, existindo assim, uma vasta diversidade de meios através dos quais a intenção propagandística se pode manifestar (Domenach, 1975; Quintero, 2011).

Apresente dissertação centra-se num dos recursos fundamentais da propaganda política, o discurso, e, concretamente, no estudo presente, os discursos presidenciais de tomada de posse do Estado Novo. Pretende-se na dissertação presente estudar-se o aparelho propagandístico do Estado e a relação dos Presidentes da República com o mesmo e com os valores defendidos. Para tal utilizou-se técnica de investigação análise de conteúdo essencialmente na sua variante qualitativa. Espera-se com este estudo contribuir para a sistematização dos valores discursivos defendidos durante o período do designado Estado Novo em Portugal.

**Palavras-chave:** Propaganda política; Estado Novo; Discursos presidenciais; Análise de conteúdo



## **Abstract**

Political propaganda is a set of procedures the aim of which is the adherence to a primarily political ideological system (Gonçalves, 1961). The main purpose of propaganda is to cause emotions and desires in the way that the public find in the propagandist the only one to grant them. In what concern to the forms, throughout history political propaganda has expressed itself in many ways like the written press, the speech, the image or the action, so there is a significant variety of ways through which propagandistic intention can express itself (Domenach, 1975; Quintero, 2011).

The present thesis focuses in one of the fundamental resources of political propaganda, the speech, specifically the presidential inaugural speeches during the New State. It is claimed in this thesis to study the State propagandistic system and the Presidents relation with it as with its expressed values. In order to do it, it was used the investigation technique called content analysis in his qualitative way. The intention is to contribute to the systematization of the promoted discursive values of the New State period.

**Key-words:** Political propaganda; New State; Presidential speeches; Content analysis

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	8
1. CONCEITOS E CONTEXTOS DA PROPAGANDA POLÍTICA.....	10
1.1. ORIGEM E APLICAÇÕES.....	10
1.2. IDEOLOGIA .....	26
1.3. PROPAGANDA, MARKETING E COMUNICAÇÃO POLÍTICA.....	32
1.4. BREVE REVISÃO HISTÓRICA DO USO DA PROPAGANDA .....	35
1.4.1. DA IDADE MÉDIA AO ESTADO MODERNO .....	35
1.4.2. PROPAGANDA REVOLUCIONÁRIA .....	38
1.4.3. SÉCULO XIX .....	40
1.4.4. SÉCULO XX.....	41
1.4.5. O INÍCIO DO SÉCULO XXI.....	48
1.5. REGIMES DITATORIAIS .....	51
1.5.1. TOTALITARISMO.....	52
1.5.2. FASCISMO .....	54
1.5.3. NACIONAL-SOCIALISMO .....	61
1.5.4. O ESTADO NOVO .....	65
2. PERSONAGENS E MECANISMOS DA PROPAGANDA DO ESTADO NOVO (1933-1974).....	70
2.1. ORIGEM E CARACTERÍSTICAS .....	70
2.2. ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR .....	74
2.3. MECANISMOS E A PROPAGANDA .....	77
2.3.1. O SECRETARIADO DE PROPAGANDA NACIONAL .....	78
2.3.2. A EDUCAÇÃO AO SERVIÇO DA PROPAGANDA.....	82
2.3.3. A DIVULGAÇÃO DO REGIME AO ESTRANGEIRO .....	83
2.3.4. A IMPRENSA .....	85
2.3.5. A RÁDIO .....	86
2.3.6. O CINEMA.....	87
2.3.7. A TELEVISÃO .....	89
2.4. O REVÉS DO APARELHO PROPAGANDÍSTICO DO ESTADO .....	90
2.5. MARCELO CAETANO .....	92

3. OS PRESIDENTES DA REPÚBLICA DO ESTADO NOVO .....	94
3.1. A RELAÇÃO COM ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR E MARCELO CAETANO .....	94
3.1.1. ÓSCAR CARMONA .....	95
3.1.2. CRAVEIRO LOPES .....	98
3.1.3. AMÉRICO TOMÁS .....	99
4. ANÁLISE AOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DE TOMADA DE POSSE DURANTE O PERÍODO DO ESTADO NOVO.....	102
4.1. NOTA METODOLÓGICA.....	102
4.1.1. VALORES PREDOMINANTES AO LONGO DOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DE TOMADA DE POSSE DO PRESIDENTE ÓSCAR CARMONA .....	108
4.1.2. VALORES PREDOMINANTES NO DISCURSO PRESIDENCIAL DE TOMADA DE POSSE DO PRESIDENTE CRAVEIRO LOPES .....	111
4.1.3. VALORES PREDOMINANTES AO LONGO DOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DE TOMADA DE POSSE DO PRESIDENTE AMÉRICO TOMÁS .....	113
4.1.4. SÍNTESE DE RESULTADOS.....	116
CONCLUSÃO.....	120
BIBLIOGRAFIA.....	126
ANEXOS .....	134

## INTRODUÇÃO

A propaganda está intimamente ligada à ocupação e manutenção do poder, por parte do Governo, dos Presidentes da República, dos Presidentes Autárquicos, ou seja, por todos aqueles que visam esses objectivos.

Durante o período do Estado Novo a propaganda política foi um meio privilegiado de obtenção e manutenção do poder por parte dos governantes, através da imprensa escrita, da rádio, do cinema, de discursos políticos e, mais tarde, da televisão. O aparelho propagandístico é estabelecido sobretudo nos anos 30, não sofrendo alterações até ao Pós-Segunda Guerra Mundial. Assiste-se a uma junção de valores nacionalistas de cariz católico e integralista com influências radicais da Guerra Civil de Espanha e dos regimes totalitários da Europa. O Estado Novo era mais do que o seu discurso ideológico, económica e politicamente. À medida que o tempo avança e que novos acontecimentos se desenrolam, alterando a conjuntura da época, o discurso ideológico e propagandístico ia-se adaptando. O que se verificou sobretudo perante a ameaça da Segunda Guerra-Mundial e no período que lhe sucedeu.

A escolha do tema como objecto de investigação para a dissertação de mestrado prende-se com a importância que a propaganda teve neste mesmo período. Assim, o estudo tem como objectivo verificar quais são os valores predominantes nos discursos presidenciais de tomada de posse durante o período do Estado Novo em Portugal, através das representações de carácter, das representações político ideológicas, das instituições e referentes políticos, dos contextos e organizações, das estruturas sociais, das entidades religiosas e políticas, e da sociedade civil. Sendo que a pergunta de partida para o desenvolvimento da análise foi “Quais os principais valores, instituições, estruturas, contextos e entidades mencionados ao longo dos discursos presidenciais de tomada de posse, durante o período do Estado Novo?”

Utilizou-se como técnica de investigação a análise de conteúdo. Os conteúdos da mensagem ou os conteúdos relacionados com o comportamento e atitudes, nomeadamente dos políticos, fazem parte do conjunto de temas que podem ser objectos de uma investigação através da mesma. Como técnica de investigação em ciências sociais, é uma das mais utilizadas neste mesmo âmbito, permitindo a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação.

Foi um estudo que se baseou fortemente no processo de categorização. Os principais valores encontrados foram transformados em indicadores que foram posteriormente agrupados em categorias. Quando foi feita a escolha das categorias e respectivos indicadores foi tida em consideração a sua relevância aquando do período em questão. O processo de categorização foi desencadeado de acordo com um sistema de milhas, que compreende uma classificação progressiva das categorias, sendo que a divisão por critérios diversos é completada no final da sistematização integral do material em análise.

Para além da análise de conteúdo dos discursos, a presente dissertação baseou-se numa abordagem teórica ao conceito de propaganda política, passando pela sua origem, evolução e principais aplicações. Foi igualmente fulcral fazer-se uma abordagem ao regime que vigorava em Portugal durante o período em questão, o Estado Novo. Tentou fazer-se uma descrição do mesmo com base nas suas principais características, tendo sido abordada também a questão da sua propaganda política, elemento fundamental para o estudo. Existe, ainda, um capítulo dedicado aos Presidentes da República, cujos discursos foram analisados, e a relação dos mesmos com António de Oliveira Salazar e Marcelo Caetano (neste caso, apenas Américo Tomás).

Uma vez que serão mencionadas questões ideológicas fez-se uma abordagem conceptual de modo a facilitar-se a compreensão de alguns conceitos. É fundamental uma referência ao conceito de ideologia distinguindo-o de outros que, por vezes, se confundem com o mesmo.

Por uma questão de contextualização, foram abordados, de um modo geral, alguns regimes ditatoriais e a propaganda dos mesmos, comparando-os ou distanciando-os do Estado Novo, frequentemente apelidado de fascista, embora sem consenso relativamente à sua classificação. No âmbito desta abordagem foi feita uma análise ao regime salazarista com o objectivo de encontrar semelhanças ou diferenças relativamente aos regimes autoritários de então (sendo feita uma maior descrição daquilo que foi o Estado Novo no segundo capítulo). No entanto, há que mencionar que não foi um objectivo entrar em questões ideológicas ou operacionalizar conceitos, os mesmos foram analisados tendo em conta essencialmente a vertente da comunicação social no contexto da propaganda política.

# 1. CONCEITOS E CONTEXTOS DA PROPAGANDA POLÍTICA

## 1.1. ORIGEM E APLICAÇÕES

A propaganda tem como objectivo a conquista do poder, quer através do destaque das soluções propostas pelos aspirantes ao poder, quer através da ridicularização das restantes forças políticas. Tentar ou manter a sede do poder significa ter soluções e sobretudo conseguir a adesão a estas (Espírito Santo, 1997).

A propaganda política foi um dos fenómenos dominantes da primeira metade do século XX. A transformação da sociedade, nomeadamente, a evolução dos meios de comunicação, o aumento da população urbana, as crises e guerras, e a insegurança colectiva, foram factores que contribuíram para que as massas se tornassem quase que dependentes da informação, sendo influenciáveis e susceptíveis. Tem existido praticamente desde sempre ao longo da história, foi melhorando as suas técnicas através das mais diversas áreas, como as artes, literatura, jornalismo. A desarticulação dos antigos quadros, o progresso dos meios de comunicação, a formação dos aglomerados urbanos, a insegurança da condição industrial, as ameaças de crise e de guerra, a que se juntam múltiplos factores de uniformização progressiva da vida moderna, tudo isto contribui para criar nas massas o desejo de informação. As pessoas ficaram influenciáveis e susceptíveis de fortes reacções colectivas. Também os desenvolvimentos técnicos forneceram os meios de agir imediata e simultaneamente sobre essas novas massas. Dá-se a difusão da imprensa escrita, através da difusão dos jornais, a difusão da palavra, uma vez que a rádio libertou definitivamente a palavra de qualquer limitação. O aumento do número de estações de rádio devolveu à palavra o domínio que esta tinha perdido a favor da imprensa; a difusão da imagem, a invenção da fotografia possibilita a reprodução directa e, por isso, mais convincente, também susceptível de ilimitada tiragem. O cinema oferece uma imagem mais verídica e surpreendente, a qual se afasta da realidade apenas pela ausência do relevo. Finalmente a televisão operou, no que toca à imagem, a mesma revolução que a rádio, no que se refere ao som: transmite-a instantaneamente ao domicílio (Domenach, 1975).

A origem do termo propaganda reside na *Sacra Congregatio de Propaganda Fide*<sup>1</sup>, instituída pelo Papa Gregório XV, através da bula papal *Inscrutabili Divinae*, em 1622, aquando da reforma protestante, embora já funcionasse desde 1572, quando o Papa

---

<sup>1</sup> Congregação para supervisionar a propagação da fé cristã nas missões.

Gregório XIII se começou a reunir com alguma frequência com alguns cardeais numa congregatio para combater a acção da Reforma. Desenvolvendo-se como instrumento de luta da Contra-Reforma, acabaria por se ocupar fundamentalmente da expansão do catolicismo (Quintero, 2011).

Segundo o dicionário de Oxford, pode ser considerada uma associação ou um projecto cujo objectivo é propagar uma doutrina, sendo que a palavra tem origem no latim *propagare*, que significa a técnica do jardineiro de cravar no solo os rebentos novos das plantas que depois passarão a ter vida própria (Brown, 1976).

O mundo da política é aquele onde exerce o seu papel mais importante. Os locais do mundo onde se deu uma mudança política revolucionária são bons exemplos desta afirmação. Nestes casos deu-se uma rápida mudança e uma rotura com a sociedade anteriormente existente. Podemos destacar três tipos de revoluções: aquela onde se dá um desvio político do centro da soberania (Revolução Francesa); Outra onde ocorre uma mudança cultural radical, como ocorreu com a Reforma; e por fim, quando se dá uma mudança completa da ordem social e das instituições fundamentais, tal como das atitudes e hábitos de uma população, nomeadamente através do desenvolvimento de novas técnicas, situação que se verificou com a Revolução Industrial.

Um movimento de massas de carácter político é, por norma, contra instituições ou organismos sociais que atraem crenças e emoções enraizadas, como a Família e a Religião. Nazis, Nacionalistas Turcos, Revolucionários Franceses, Comunistas Chineses, todos tentaram substituir a religião por outra criada por si mesmos. Criaram os seus próprios códigos de conduta, os seus próprios rituais, livros e crenças. Frequentemente, os líderes revolucionários pertencem à minoria, àqueles que estão desajustados na sociedade onde pertencem, fazem parte da classe média baixa e têm sede de poder. Podem ser também ex-militares e pessoas que não acreditam em si próprias. Hitler, Napoleão e Estaline dirigiram países dos quais não eram originários, a maioria deles correspondia aos critérios acima mencionados. Sendo que nenhum era um político. Ressalte-se que para um revolucionário a experiência política pode ser encarada como uma desvantagem. O essencial é ter uma crença exacerbada no futuro, ignorando as dificuldades com que se poderá deparar ao longo do percurso (Domenach, 1975).

A tendência do Homem para viver em sociedade faz com que este estabeleça e desenvolva relações sociais e a comunicação com o próximo, trocando com ele informações ou opiniões. A acção das elites, dos governantes e de alguns grupos tem vindo a intensificar-se, penetrando na mente das pessoas, com ou sem a vontade das mesmas. Com o desenvolvimento da rádio e da televisão, passa a ser possível levar informação ou valores ideológicos, a grandes distâncias e a diferentes públicos. A telecomunicação permite uma receptividade quase total (Gonçalves, 1961).

A primeira contribuição teórica sobre a propaganda deve-se a Harold D. Lasswell, na obra *Propaganda Technique in the World War*, onde afirma que a mesma é um dos mais poderosos instrumentos do mundo moderno. Após a Primeira Grande Guerra intensificaram-se os estudos sobre a propaganda. Simultaneamente começou a desenvolver-se o estudo da opinião pública, abordando-se questões relativas às massas. Isto permitiu o desenvolvimento de um aparelho teórico que permitiu estudar o fenómeno propagandístico. Quando implode a Segunda Grande Guerra já existe muito em termos teóricos, o que permite uma abordagem com novas perspectivas. No período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundiais existiam três modelos de propaganda: o modelo ocidental ou anglo-saxónico, o modelo soviético e o das ditaduras fascistas. O modelo ocidental, apesar de elaborado, era aquele que tinha resultados menos positivos, dado que operava em sociedades nas quais as liberdades individuais eram um princípio; O modelo soviético, por sua vez, baseia os seus pilares no desenvolvimento da propaganda leninista; A propaganda das ditaduras fascistas era aquela que apregoava sobretudo os valores de união e coesão, recorrendo ao mito. A propaganda do tipo comunista baseava-se, como mencionado anteriormente, nos princípios de Lenine e também de Marx, fazendo-se valer da revelação política (Domenach, 1975), ou seja, de factos que podem despoletar a luta de classes (aproveitar guerras, escândalos, greves para fazer valer os pilares do comunismo), recorre a palavras de ordem e fáceis de reter. Ao contrário, a propaganda fascista ou hitleriana baseava-se essencialmente na sedução das populações, que se deixavam atrair por mitos. A distinção entre estes dois tipos de actividade propagandística parte essencialmente do seguinte: enquanto a propaganda comunista tem uma base racional, a propaganda fascista não procura o racional mas sobretudo o mito, a profecia, causando o histerismo colectivo, levando a uma forte adesão aos valores apregoados. Por sua vez, o modelo ocidental, oferece a liberdade, sugere a represália, embora não forme um forte bloco como as anteriores, é paradoxal e



enfraquece-se, através do recurso à autocritica. Tem-se limitado a fazer sobretudo uma campanha de contrapropaganda (Gonçalves, 1961).

José Júlio Gonçalves define propaganda política como “um conjunto de procedimentos destinados a obter a adesão a um sistema ideológico de natureza política” (Gonçalves, 1961: 21). Segundo a perspectiva de Alejandro Pizarroso Quintero, “é uma realidade que se vem manifestando no decorrer da história sob múltiplas formas: através de meios escritos em geral e da imprensa em particular da palavra falada, da imagem, da acção, etc” (Quintero, 2011: 15). Ou seja, existe uma vasta diversidade de meios de comunicação revestidos de intenções propagandísticas. “É polimórfica e usa recursos quase infinitos” (Domenach, 1975: 45). Desenvolve-se através de uma vasta multiplicidade de meios. Um desses meios é a palavra falada, ou seja o propagandista dirige-se a um ou uns poucos receptores ou a multidões; Outro é a imagem, os ídolos ou as representações de arte, que tal como os símbolos, que tem particular interesse. A imprensa contribuiu para a multiplicação destas imagens, combinando-as com os textos escritos. Técnicas como a fotografia, o cinema e a televisão intensificaram o efeito propagandístico da imagem, sendo que os espectáculos públicos têm também uma função propagandística da imagem; A música também tem sido utilizada como elemento propagandístico, são exemplos os hinos nacionais e as óperas de Wagner como expressão do pangermanismo<sup>2</sup>. Os feitos de um grupo ou nação sempre estiveram ligados a valores propagandísticos. Muitos feitos militares na história têm a sua origem mais numa razão de prestígio ou de demonstração de força do que na obtenção de alguma vantagem táctica ou estratégia completa; A palavra escrita, embora já não tenha o carácter de meio directo de propaganda, tem, desde a sua origem, uma função propagandística. Os textos escritos fixam ideias e leituras que podem ser reproduzidos oralmente. O texto escrito adquire muitas vezes uma autoridade persuasiva mais importante. Panfletos, imprensa, cartazes, são instrumentos fundamentais da propaganda política desde o século XVI até ao século XIX, onde alcançaram o seu esplendor.

Para uma eficiente definição do termo é indispensável o rigor terminológico. Segundo a Real Academia Espanhola, propaganda é a acção ou efeito de dar a conhecer

---

<sup>2</sup> Movimento Político que defendia a união dos povos germânicos. Surgiu no século XIX e foi utilizado pelo nacional-socialismo alemão, o nacionalismo exacerbado que se vivia na Alemanha nazi foi influenciado por este movimento.

uma coisa com o fim de atrair adeptos ou compradores, sendo que coisa não está definida. Numa definição imediata, consiste num processo comunicativo que desenvolve, dá a conhecer e promove ideias, distinguindo-se assim da publicidade, que dá a conhecer produtos ou serviços (Quintero, 2011).

Podemos falar em diferentes formas de propaganda: propaganda branca, aquela onde a fonte está correctamente identificada e o conteúdo da sua mensagem tende a ser preciso; propaganda negra, na qual a fonte emissora está deliberadamente falsificada, independentemente da veracidade ou falsidade da mensagem. Há quem defenda ainda a existência de uma propaganda cinzenta, quando a fonte pode ou não ser correctamente identificada e a exactidão da mensagem é incerta (Quintero, 2011). É importante mencionar que existem os inibidores da comunicação, como a censura, que está intimamente ligada à actividade propagandística dos Estados e das Igrejas. Impedir a difusão de ideias contrárias, seleccionar a informação, é um mecanismo de manipulação propagandística. Todo o fenómeno de propaganda gera inevitavelmente um de contrapropaganda. A censura controla uma para engrandecer a outra.

A actividade propagandística pode ser concentrada no tempo ou desenvolver-se num longo prazo. Existem campanhas focadas num determinado objectivo perante uma audiência limitada que se desenvolvem num curto espaço de tempo, ou podemos estar perante uma difusão de ideias a longo prazo. No que respeita a esta última situação, a educação pode ser assim considerada como um meio de propaganda, uma vez que muitas campanhas propagandísticas têm fins educativos ou de formação para um grande número de pessoas, principalmente tratando-se de campanhas de carácter ideológico. A escola foi utilizada por vários regimes como um local privilegiado de captar a adesão a determinados pressupostos ideológicos, são exemplos disso a escola italiana, de Mussolini, a Alemã, de Hitler, e a portuguesa, de Salazar. Como meio de formar cidadãos, a escola tenta adaptá-los aos valores vigentes na sociedade em determinado momento. Harold D. Lasswell (1927) distingue educação de propaganda, sendo a educação destinada à aprendizagem de diferentes disciplinas e a propaganda uma forma de inculcar valores. A primeira seria baseada em fomentar atitudes aceites, enquanto a segunda se baseia em inculcar actividades controversas. Ou seja, a educação pode considerar-se como um meio de propaganda, no sentido em que manipula a mente e estabelece valores e padrões de comportamento.

A propaganda pode ter diversos objectivos através dos quais se desenvolve. Podemos agrupar os objectivos em diferentes categorias tendo em conta os seus fins: política, económica, militar, diplomática, didáctica, ideológica e diversão. Sendo que poderão estar interligados. Por exemplo, a propaganda diplomática, utilizada para provocar amizade ou hostilidade num aliado ou potencial vítima, é um aspecto da propaganda política. Relativamente à propaganda política e económica, se abdicarmos da publicidade comercial, tudo o que seja orientado para estabelecer ou manter confiança numa determinada situação económica, ou campanhas que visam o consumo de produtos ou serviços nacionais, é propaganda política. Quanto à propaganda ideológica e didáctica ambas são consideradas propaganda política. E a primeira não existe sem a segunda (Quintero, 2011). No que refere à propaganda militar, a guerra pode ser a continuação da política por outros meios. A guerra é um acto de violência que pretende forçar o adversário à vontade do outro. Poderá ser afirmado que a propaganda é um acto de violência mental para forçar alguém a submeter-se à nossa vontade. Assim, é uma arma de guerra, por vezes a mais eficaz. Em alguns momentos ao longo do século XX, tais como a Guerra Fria ou os regimes comunistas da União Soviética e na China, os meios de comunicação tiveram um papel fundamental e têm sido o canal principal, nomeadamente na sustentação dos mesmos. Profundamente ligada à ideologia está a *Psychological Warfare*<sup>3</sup>, definida como sendo o uso planificado da propaganda e outras acções orientadas a gerar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos em grupos estrangeiros, inimigos, neutros e amigos, de tal forma que apoiem o cumprimento e objectivos nacionais. Afirmam ainda que a guerra é uma continuação da política por outros meios e a propaganda de guerra é um seguimento da propaganda política noutra situação (Gomes, 2010). A *war will* (vontade de guerra), especialmente em democracia, depende da vontade que as pessoas têm para dedicar o seu corpo, alma e espírito para lutar em nome da nação. Sem a unidade nacional a tendência é a de enfraquecimento. A força da mente é essencial. Durante a Primeira Guerra Mundial tanto a Alemanha como os aliados concentraram-se em técnicas de propaganda baseadas em emoções (Creel, 1941).

---

<sup>3</sup> Guerra Psicológica

Após a distinção dos diferentes tipos há também que mencionar as regras que permitem que esta se afirme como eficaz. Segundo Jean-Marie Domenach<sup>4</sup>, as regras, ou leis, segundo o mesmo, são as seguintes: a simplificação e do inimigo único, ou seja o propagandista deverá definir os pontos essenciais o mais claramente possível, enunciando as principais ideias num texto claro e conciso. Há também que concentrar os esforços tendo em conta apenas um alvo durante determinado período; a ampliação e desfiguração- a ampliação exagerada das notícias é um processo jornalístico empregado correntemente pela imprensa de todos os partidos que coloca em evidência todas as informações favoráveis aos seus objectivos. A hábil utilização de citações destacadas do contexto constitui também um processo frequente. É importante que a propaganda seja gradual e pormenorizada o menos possível e que, em seguida, seja apresentada a tese em bloco e de maneira surpreendente; a orquestração, ou seja, a primeira condição para uma boa propaganda é a repetição dinâmica dos temas principais. Ao insistir sobre um determinado tema há que apresenta-lo sobre diversos aspectos para evitar o tédio. A palavra de ordem deve ser apresentada sob variadas formas. A qualidade fundamental da propaganda é a permanência do tema, aliado à variedade de apresentação; a transfusão, ou seja, a propaganda deverá agir sempre sobre um substrato preexistente, seja mitologia nacional (a revolução francesa, os mitos germânicos), seja um simples complexo de ódios e de preconceitos tradicionais. A maior preocupação dos publicitários reside na identificação e na exploração do gosto popular, mesmo naquilo que tem de mais perturbador e absurdo, a fim de lhe adaptar a publicidade e apresentação de um produto. Existe na alma dos povos sentimentos consistentes ou inconsistentes que a propaganda apreende e explora. Hitler jogou simultaneamente com todos os velhos mitos germânicos e os rancores suscitados pela derrota. Durante trinta anos, os partidos direitistas, a Resistência e o Partido Comunista, sucessivamente exploraram a germanofobia francesa. Todos os jornais sugerem ao leitor, mediante selecção e apresentação das notícias, argumentos em apoio dos seus próprios modos de ver preconcebidos e esse reconfortante sentimento que se expressa em algumas frases. Há uma necessidade de acompanhar o sentido das opiniões preconcebidas e dos preconceitos, às vezes infantis, dos arquétipos ancestrais; e a unanimidade e contágio, relativamente à unanimidade, esta baseia-se na tentativa de ilusão do receptor da

---

<sup>4</sup> Na obra *Propaganda Política* (1975) o autor estabelece quais são, segundo ele, as principais leis da propaganda.

generalização de comportamentos ou atitudes da parte do emissor, a mensagem torna-se instrumento de entusiasmo, criando a ilusão de comunhão e solidez de opiniões. No que refere ao contágio pretende-se a imitação de comportamentos e atitudes. Essas acções e atitudes podem ser conduzidas por líderes de opinião ou ser um fenómeno de imitação espontâneo massivo, como bater palmas ou aclamação (Domenach, 1975). Existem ainda regras como a concentração, ou seja canalizar vários aspectos negativos ou positivos para uma força política ou personagem; a insinuação, através de sugestões malévolas, o humor, a inflexão da voz, que são formas de pôr em causa a credibilidade do adversário, de o ridicularizar e desprestigiar (Espírito Santo, 1997); e o terror, que funciona como um instrumento de propaganda de carácter psicológico ou até mesmo ilícito. Pode ir desde ameaça até ao atentado (Gonçalves, 1961).

O mais importante obstáculo à propaganda política é a contrapropaganda. Esta apresenta-se como uma arma de que se pode dispor para anular os efeitos de uma campanha de propaganda política bem conduzida. É também importante referir o boato, um velho veículo da propaganda. Este é uma forma inferior de contrapropaganda relacionada com a inexistência de condições para que se realize uma contrapropaganda de tipo clássico. É por isso que o boato acaba por se verificar mais eficaz em países que dispõem de meios de informação e propaganda menos abertos do que nos outros que observam condutas diferentes. “O boato é no fundo um exemplo mais da sobrevivência desse antigo meio de comunicação que é a viva voz” (Gonçalves, 1961: 37). Tal como a propaganda, também a contrapropaganda é dotada de regras, tais como: desmembrar os temas do adversário, atacar os pontos fracos, nunca atacar frontalmente a propaganda adversária quando for poderosa, atacar e desconsiderar o adversário, colocar a propaganda do adversário em contradição com os factos, ridicularizar o adversário e fazer predominar o seu clima de força (Domenach, 1975).

Até ao final da idade média a Europa era controlada pela tradição e a propaganda só existia dentro dos trâmites permitidos pelas pessoas educadas. Para as massas a verdade apenas vinha da autoridade, que representava a verdade inalterável, jamais do seu raciocínio independente. Durante vários séculos a difusão da informação e do conhecimento, tal como as opiniões, era limitada a uma minoria da população. Existia apenas uma pequena classe educada que dispunha de acesso a livros e a educação. A difusão do conhecimento deu-se apenas nos séculos XV e XVI, com a Imprensa e a Reforma, respectivamente (Brown, 1976).

Há dois factores a ter em conta quando se fala de propaganda. O primeiro é que as pessoas são mais sugestíveis quando estão em multidão. A mobilização de qualquer emoção forte torna o indivíduo mais frágil quando esta é dirigida inicialmente contra o propagandista e a mensagem deste. A crueldade individual tende a reduzir-se ao mínimo denominador comum. Num propagandista o mais importante é a maneira com que ele apresenta as suas ideias, independentemente dos meios utilizados ou das opiniões que diferem da sua. Limita-se a estimular as atitudes adequadas ao seu objectivo, recorrendo a sentimentos como o amor, o medo, a raiva ou a esperança. A batalha entre o bem e o mal equipara-se frequentemente com a batalha entre a emoção e a razão. Somos alvos fáceis dos propagandistas uma vez que os mesmos apelam às nossas emoções e não à nossa razão. Fazem-nos acreditar e ter determinadas atitudes que nós não teríamos se pensássemos sobre as mesmas com mais ponderação e desprovidos de paixão. Não existe nada de errado com as pessoas que se deixam levar pelas emoções sendo que o único perigo ocorre quando estas não são doseadas (Hayakawa, 1939).

O propagandista deseja evocar emoções e desejos para que o público o identifique como o único a conseguir concedê-los. Há que apreender também o valor do apelo à autoridade, são poucos os que escapam ao condicionamento de uma submissão, de um pai, mãe, ou uma figura substituta dos pais. Há que defender comportamentos e condutas agradáveis ao público ao qual se dirige para conservar uma autoridade e prestígio que possam ser admirados. No que respeita à propaganda a curto prazo, aquela destinada a uma doutrinação completa, deverá ser dirigida a grupos mais vulneráveis às técnicas de persuasão, tais como crianças e jovens. Por último, o propagandista tem que ter em conta que as campanhas que, ao longo das mesmas, acabam por contradizer o seu ponto inicial, por regra, não são eficazes. Quando se aborda o conteúdo da imprensa escrita, da rádio, da televisão, dos discursos, há que ter em conta que os mesmos são muitas vezes determinados por propagandistas profissionais. Grande parte recorre a técnicas que só um cidadão atento e alerta consegue detectar. Quem trabalha em propaganda terá necessariamente que ter uma forte precisão sobre a natureza humana, uma vez que lida com os mais elementos irracionais do ser-humano, tentando fazer com que as emoções prevaleçam sobre a racionalidade (Smith, 1941).

Facilmente a o conceito de propaganda se confunde com outros conceitos tais como publicidade, persuasão e marketing. Durante vários séculos, publicidade e propaganda eram conceitos que se confundiam entre si. Isto aconteceu, aproximadamente, até à

época moderna. A propaganda existente até então era executada por historiadores, poetas e pelas grandes figuras de um império ou de uma nação, através das suas atitudes e discursos. Os dois conceitos evoluíram lado a lado, eram frequentes os processos comuns à propaganda e à publicidade, que era meramente informativa, no entanto a propaganda acabou por se inspirar nos êxitos alcançados pela segunda, adoptando um estilo que agrada ao público, sendo assinalado no século XIX o início da arte publicitária. Ambos os conceitos são utilizados com fins persuasivos e usam as mesmas técnicas, no entanto há que distingui-los. A propaganda antecede a publicidade uma vez que a ideologia e o pensamento antecedem os fins mercantis. Instituições como o governo, a igreja, os partidos ou sindicatos, têm como objectivo a difusão de ideias e a adesão às mesmas, servindo-se de técnicas persuasivas para atingirem os seus fins. Baseia-se em processos de comunicação social dotados de um emissor e de um receptor, sendo que o emissor utiliza elementos persuasivos de forma a causar algum tipo de efeito na audiência à qual se dirige. Alguns autores encaram-na como uma acção perversa dotada de intenções de carácter manipulador, no entanto não a podemos reduzir a tal, uma vez que ao longo da história diversas campanhas de propagandísticas têm tido um papel fundamental, quando acompanhadas de valores morais. Campanhas de incentivo à alfabetização, à vacinação e a causas sociais são exemplo disso. Existem diferenças entre as que têm fins informativos e as que têm fins manipuladores, que apenas tentam alterar comportamentos ou opiniões (Gomes, 2010).

O progresso técnico leva a publicidade a um novo estágio, procurando cada vez mais convencer do que propriamente informar. As imagens, a repetição, o slogan levam a que a publicidade se torne sugestiva, sendo seguida pela propaganda, que começa a fazer uso dos mesmos contornos. A eficácia da publicidade começa a ser avaliada, os seus resultados são controlados. O homem começa a guiar-se através de uma marca ou de um produto uma vez que estes começam a criar necessidades, até então inexistentes ou invisíveis.

Segundo Domenach (1975), os dois conceitos confundem-se, uma vez que a propaganda tem como objectivo criar e transformar opiniões fazendo valer-se de meios utilizados pela publicidade, no entanto distingue-se da mesma pois visa objectivos políticos e não comerciais. A publicidade visa criar desejos e necessidades de determinado produto, enquanto a propaganda sugere crenças que modifiquem opiniões ou comportamentos.

A publicidade pode definir-se como sendo um conjunto de técnicas de efeito colectivo utilizadas em benefício de uma empresa ou de um grupo de empresas, com o objectivo de adquirir, desenvolver ou manter uma clientela (Gonçalves, 1961). Têm pontos em comum, no entanto a propaganda procura a adesão a uma ideologia e a publicidade criar um desejo de aquisição de um produto ou serviço. Não obstante, ambas possuem um carácter de sugestão e utilizam meios de acção semelhantes. Há que mencionar que a publicidade é um meio de comunicação comunitária visto que se dirige às pessoas para lhes dar a conhecer determinados produtos e levar à sua aquisição. Dada a sua evolução, nomeadamente no que respeita às técnicas utilizadas, também se dirige às pessoas mediante a sua eficaz capacidade de se interiorizar (Gonçalves, 1961). É um facto que a propaganda comercial tem trazido contributos técnicos à propaganda política mas também é verdade que tais contributos têm especialmente relevância no que respeita aos meios de comunicação. Quanto à propaganda comercial, quando se torna excessiva tem o inconveniente de atrasar o seu próprio progresso em determinados domínios da cultura material dos povos pois “a ideia de progresso de que as empresas, as religiões, e os povos se fazem ecos e arautos, pode ser traída pelas campanhas apoiadas na falsidade ou na meia-verdade” (Gonçalves, 1961: 41).

A propaganda do tipo publicitário por norma limita-se a campanhas espaçadas, cujo padrão é o da campanha eleitoral, enquanto o tipo de propaganda ideológica, por norma totalitária, acaba por decorrer da fusão da ideologia com a política. Está relacionada com a vontade de conquista e exploração, ligada à introdução das grandes ideologias políticas como o marxismo e o fascismo. Esta propaganda data da Revolução Francesa, de 1789. Decorriam na altura os primeiros discursos de propagandísticos e os primeiros propagandistas, que surgiam de clubes, assembleias e comissões revolucionárias. Deu-se o início a primeira guerra da propaganda. Pela primeira vez uma nação libertava-se e organizava-se em torno de uma doutrina aceite como universal, evocando os valores de liberdade, igualdade e fraternidade. As políticas interna e externa caminhavam passo a passo com uma ideologia. Depois de 1791 a ideologia alia-se ao exército, tornando-se a propaganda um forte aliado da estratégia de guerra. A coesão e o entusiasmo, tal como causar a desordem e o medo no inimigo, eram os objectivos fundamentais. A guerra total oferece à propaganda as populações civis, que são facilmente sublevadas, o que dá origem a um novo tipo de soldados, como mulheres e crianças.



A Guerra 1914-1918 acabou por dar lugar às manobras mentais de Hitler uma vez que da guerra acaba por surgir a ideia do mito da conquista. A propaganda acabou por substituir a guerra, dando-se origem, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), à Guerra Fria<sup>5</sup>, mas foi o marxismo-leninismo o grande responsável pelo aperfeiçoamento da relação entre a ideologia e a guerra. O movimento do operariado no século XX acabou por criar uma comunidade supranacional, dotando-se de uma mitologia característica. Se a social-democracia deu origem aos partidos de massas, Lenine procura dinamizá-las pela agitação e propaganda. Durante a Primeira Guerra Mundial Trotsky e Lenine aproveitaram a degradação da administração e do exército para pôr em prática a revolução bolchevista. A União Soviética baseou-se na sua política.

A propaganda pode ter sido estabelecida como a conhecemos pelas ideologias modernas, no entanto poderá a mesma regressar à sua origem uma vez que se trata da difusão de uma crença ou de um ideal. A propaganda inicial do cristianismo deveu-se essencialmente ao mito escatológico<sup>6</sup>. Estes mitos constituem representações ligadas à luta, exercendo o desejo da comunidade perdida (Domenach, 1975).

Para Kimball Young, o uso mais ou menos deliberadamente planeado e sistemático de símbolos tem como objectivo alterar e controlar opiniões, ideias ou valores, e mudar comportamentos. A propaganda pode ser ostensiva e de finalidade evidente ou pode ocultar a sua intenção. Situa-se dentro de determinado quadro sociocultural, sem o qual seus aspectos psicológicos e culturais não podem ser entendidos (Brown, 1976). Nesta definição está assente o carácter persuasivo da mesma, sendo relevante debruçarmo-nos acerca do conceito de persuasão que diversas vezes está implícito na definição de propaganda.

---

<sup>5</sup> Decorreu entre 1945, após o final da Segunda Mundial, até 1989, aquando da queda do Muro de Berlim. Foi um conflito sobretudo de ordem política, socioeconómica e ideológica, onde dois blocos se opuseram. De um lado o sistema capitalista, dos Estados Unidos da América e países ocidentais, de outro o sistema socialista, da União Soviética. Foi um período caracterizado por uma paz armada, uma vez que ambos os blocos se envolveram numa corrida armamentista espalhando exércitos pelos países que constituíam cada um. A paz estaria assim garantida enquanto existisse equilíbrio em termos de armamento, havendo receio de um ataque por parte do inimigo. Acaba por ser um conflito essencialmente diplomático.

<sup>6</sup> Associado ao medo da extinção de um povo e do desaparecimento do universo.

De modo a descrever-se um processo comunicacional há que definir-se emissor, receptor, mensagem e meio. Se o processo é de carácter informativo tem como fim a promoção do entendimento entre emissor e receptor, sendo transmitidos dados, compartilhadas ideias, dadas explicações e instruções. É importante definir também o conceito de persuasão. Esta pode ser definida como um processo comunicativo cujo princípio está na resposta do receptor, quer dizer, pretende promover-se uma dependência interactiva entre emissor e receptor mediante a formação, reforço ou modificação da resposta do receptor, sendo assim um processo comunicativo cuja finalidade é a influência. Assim, “uma mensagem persuasiva comporta-se segundo a conduta expressa pelo emissor para que seja adoptada voluntariamente pelo receptor” (Quintero, 2011: 17). Persuasão e propaganda são dois conceitos que, numa perspectiva inicial, se podem confundir, no entanto o processo propagandístico acaba por ser mais complexo, ou seja, é um processo de persuasão que implica a criação, o reforço ou a alteração da resposta, sendo que também pode ser entendido como um processo informativo no que refere ao controlo do fluxo da mesma. O persuasor ou propagandista têm que estabelecer uma cumplicidade com aqueles cuja resposta pretendem modificar. Têm que começar por ser uma pessoa igual às do grupo a que se dirigem, ou um semelhante se se dirigem apenas a uma pessoa, embora variadas vezes se situem numa posição superior uma vez que o prestígio e a autoridade da fonte (no emissor) são factores que intensificam o fenómeno. Segundo Aristóteles<sup>7</sup>, se o silogismo<sup>8</sup> é o centro de toda a lógica aristotélica, o entimema<sup>9</sup> é o da retórica. Refere-se ao entimema como um pseudo-silogismo, um silogismo em que subentende uma das premissas que se torna evidente, precisamente aquela que tem em comum o persuasor e o que vai ser persuadido (Quintero, 2011).

A retórica vocaciona-se para situações em que estamos perante uma escolha, entre uma questão que tenha mais que uma solução. O que se verifica num debate político, numa campanha eleitoral. Esta necessidade de justificação da escolha remete às origens

---

<sup>7</sup> Filósofo grego, discípulo de Platão (384-322 a.C.). Fundador do Liceu. A filosofia pretendia não apenas rever como também corrigir as falhas e imperfeições anteriores. Defende a existência de um único mundo: aquele em que vivemos, ao contrário de Platão. O que está além de nossa experiência sensível não pode ser nada para nós. Autor de *Retórica*.

<sup>8</sup> Raciocínio dedutivo, constituído por duas premissas e uma conclusão.

<sup>9</sup> Um argumento onde uma das premissas, considerada óbvia ou de domínio público, é omitida, estando apenas implícita.

do pluralismo democrático e acaba por ser a regra mais preciosa da retórica. Actualmente, ao nível da política o principal cenário ainda composto da seguinte forma, quem tem o poder tem que debater para o manter e exercer, quem não o tem discute para o alcançar (Sousa, 2001). Foi sempre uma disciplina mais preocupada com a persuasão dos ouvintes do que com a produção de formas de discurso. Diversos filósofos se debruçaram sobre esta disciplina podendo assim encontrar-se diversos contributos sobre a definição da mesma. Coráx<sup>10</sup>, Tísias<sup>11</sup>, Górgias<sup>12</sup> e Platão<sup>13</sup> definem-na como geradora de persuasão; segundo Aristóteles a retórica é capaz de descobrir os meios de persuasão relativos a um dado assunto; enquanto Hermágoras<sup>14</sup>, a define a como a faculdade de falar bem no que respeita aos assuntos públicos; e Quintiliano<sup>15</sup> como sendo a ciência do bem falar. Todas estas definições concordam que a retórica e o estudo da mesma têm em vista a elaboração de discursos cujo objectivo é a persuasão.

É, assim, uma forma de comunicação, da comunicação que tem fins persuasivos. “Quando os antigos dizem que a retórica é a arte de bem falar, fazem-no na consciência de que para se falar bem é necessário pensar bem e de que o pensar bem pressupõe, não é só ter ideias e tê-las lógica e esteticamente arrumadas mas também ter um estilo de vida, um viver em conformidade com o que se crê” (IV a.C., 1998: 17). Assim, os elementos verificados em quase todas as definições de retórica são a arte de bem falar, o poder de persuasão e a existência de valores morais. Há que ser feita uma distinção entre a retórica filosófica e a retórica técnica dos sofistas. Numa expressão lógica, a verdadeira retórica define-se como articulação perfeita da mensagem nascida na mente,

---

<sup>10</sup> Considerado um dos criadores da retórica, viveu no século V a.C. Discípulo de Empédocles.

<sup>11</sup> Filósofo grego do século V a.C. Juntamente com Córax, foi considerado um dos primeiros a ensinar a arte da retórica.

<sup>12</sup> Filósofo e retórico grego do século V a.C., natural de Leontinos, colónia grega, na Sicília. Juntamente com Protágoras de Abdera, constituiu a primeira geração de sofistas. Platão escreveu uma obra intitulada *Górgias*, onde se discute a validade da retórica.

<sup>13</sup> Discípulo de Sócrates e mentor de Aristóteles. Filósofo e matemático grego (428-347 a.C.). Fundador da Academia. Autor de obras como *Górgias* e *A República*. Combateu o relativismo dos valores, defendido pelos sofistas, sustentando que o único dever do Homem é a procura do Bem. Para o atingir a única via seria o desapego dos valores materiais e das necessidades corporais.

<sup>14</sup> Orador e retórico grego (século I a.C.). Foi professor de retórica em Roma, criando um novo sistema que separava a oratória em diversas partes.

<sup>15</sup> Escritor e retórico. Nasceu em Caagurris (Calahorra, Espanha) e viveu de 30 a 95 d. C. Conhecido professor de retórica, em Roma.

sendo condenada e repudiada a sua transfiguração ou falsificação sofística que, tendo como técnica de aparência, adultera a verdade das coisas e se contenta com a adesão do público e simples opiniões de conveniência. Isto significa que ao Λόγος<sup>16</sup> interior do homem se opõe o Λόγος exterior, ou seja “uma imitação corruptível do modelo original nascido e conservado na mente, mas discurso mesmo assim útil e necessário como único intérprete de verbalização de que o homem dispõe, desde que consentâneo com a verdade e honestamente conformado ao pensamento na interpretação e veiculação da mensagem” (IV a.C., 1998: 18).

Para Aristóteles a retórica é conhecimento que jamais se deve confundir com a sofística ou com a filosofia, a função da retórica não é persuadir mas sim avaliar os meios de persuasão de que dispomos para cada caso. Deve estudar o modo de persuadir. Consequentemente, não existem duas retóricas: uma sofística e outra filosófica; uma de facto e outra de direito. O que pode haver é um uso correcto ou incorrecto das suas convenções. O bom orador distingue-se do mau orador quando a retórica sai dos seus limites de competência, não deixando por isso de ser retórica.

Dos princípios que caracterizam o esquema retórico de Aristóteles podemos identificar os seguintes: a distinção de duas categorias formais de persuasão- provas técnicas e não técnicas; a identificação de três meios de prova, modos de apelo ou formas de persuasão, sendo estes a lógica do assunto, o carácter do orador e a emoção dos ouvintes; a distinção de três espécies de retórica- judicial, deliberativa e epidíctica; a formalização de duas categorias de argumentos retóricos, ou seja o entimema, como prova dedutiva, e o exemplo, usado na argumentação indutiva como forma de argumentação secundária; o uso de várias categorias de tópicos na construção de argumentos- tópicos especificamente relacionados com cada género de discurso, tópicos geralmente aplicáveis a todos os géneros, e tópicos que desenvolvem estratégias de argumentação, comuns a todos os géneros de discurso; a concepção de normas básicas de estilo e composição sobre a necessidade de clareza, a compreensão do efeito de diferentes tipos de linguagem e estrutura formal, e a explicitação do papel da metáfora; A classificação e ordenação de várias partes do discurso.

Beiswanger (1939) escreve que, segundo Aristóteles, nem com a ciência mais precisa nos seria fácil persuadir determinados auditórios. Isto porque o discurso

---

<sup>16</sup> Raciocínio ou discurso, refere-se à vertente lógica do discurso persuasivo.

científico é próprio do ensino, e no que respeita à retórica o ensino é impossível, dado ser necessário que as provas por persuasão e os raciocínios se formem de argumentos comuns. É preciso ter a capacidade de argumentar persuasivamente sobre coisas contrárias, como também acontece nos silogismos; não para fazer uma e outra coisa mas para que não nos escape o real estado da questão e para que, sempre que alguém argumentar contra a justiça, sejamos capazes de refutar os seus argumentos. A retórica não pertence a nenhum género particular, assemelhando-se à dialéctica. É útil e a sua função é decodificar os meios de persuasão mais pertinentes a cada caso, não persuadir. É assim a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o objectivo de persuadir. Um dos principais problemas no que refere à comunicação quando se tenta equipará-la a uma arte resolve-se da seguinte forma: arte envolve uma transferência clara e precisa de uma mensagem ou ponto de vista de modo a influenciar a audiência à qual se dirige. Nesta perspectiva propaganda é considerada arte uma vez que a sua função é convencer o auditório a aderir aos valores ideológicos e crenças que o propagandista apregoa.

As provas de persuasão atribuídas pelo discurso são de três espécies, ou seja, residem no carácter moral do orador, no modo como se dispõe o ouvinte e no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar. Persuade-se pelo carácter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. É necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião pré-concebida acerca do carácter do orador. No que respeita ao ouvinte somos persuadidos consoante o nosso estado de espírito, somos levados a sentir emoção no meio do discurso. Por sua vez, através do discurso, quando mostramos a verdade ou o que parece verdade, através do que é persuasivo em determinado caso. Uma vez que as provas por persuasão se obtêm por estes meios, delas se pode servir quem for capaz de formar silogismos (raciocinar logicamente) e puder teorizar sobre os caracteres, as virtudes e as paixões (IV a.C., 1998).

A persuasão actua sobre a razão mas também sobre as emoções do ser-humano. Tal como a propaganda, tem uma dimensão psicológica. Podem distinguir-se três tipos de mensagens propagandísticas tendo em conta a aproximação ao receptor: racional, quase-racional e emocional. Sendo que o tipo de persuasão que promove uma aproximação ao sentimento do receptor tem sido até então o caminho mais bem executado da propaganda. A propaganda apenas existe num ambiente social complexo. É um

fenómeno inerente à organização estatal, podendo ser propaganda política, civil, estatal, ou contrapropaganda. Por outro lado, religião e política, organização religiosa e organização estatal, são inseparáveis na sua origem e do seu desenvolvimento histórico.

A propaganda é uma forma de imposição que pode ser utilizada como um forte meio de persuasão. A sua utilização como forma de comunicação persuasiva vem desde o tempo dos impérios Mesopotâmicos e Egípcio, passando pelo mundo Helénico, Roma, Grécia, até à Idade Moderna, chegando à actualidade. É um dos principais instrumentos de marketing político, confundindo-se frequentemente com o mesmo.

É fundamental, para um bom desempenho de uma acção de propaganda, que exista um trabalho constante de reconhecimento do sistema político. Esta não pode constituir uma técnica isolada. As forças políticas têm que perceber o funcionamento do sistema político e dinamizá-lo, só assim se pode aspirar à conquista do poder através da propaganda. A mensagem pode traduzir objectivos de mudança, para quem quer conquistar a sede de poder, e de continuidade para o que naquela se quer manter (Espírito Santo, 1997). Assim, a propaganda política visa satisfazer os objectivos daqueles que querem conquistar o poder e aqueles que o querem manter.

## 1.2. IDEOLOGIA

Uma vez que o presente estudo aborda questões ideológicas é pertinente fazer-se uma abordagem conceptual de modo a facilitar-se a compreensão de alguns conceitos. É fundamental uma abordagem referente ao conceito de ideologia distinguindo-o de conceitos que, por vezes, se confundem com o mesmo, tais como doutrina e teoria. Fazendo-se também uma distinção entre ideologia de Estado, ideologia no Estado e ideologia de Governo.

Uma ideologia pode ser considerada um conjunto de crenças políticas composto por elementos míticos, emotivos e racionais que integram ideias e valores relativos à ordem política que tentam disciplinar o uso do poder de acordo com as suas prioridades, de forma a conduzirem o comportamento colectivo. O seu desempenho mede-se de acordo com a sua eficácia na mobilização das massas e na justificação da prática do poder (Bessa, 1979). O significado da palavra como conjunto de crenças de determinado grupo social teve origem no ano de 1840, na obra de Karl Marx. Foi este quem associou

ideologia a sistemas de crenças sociais. Defendia que os grupos trazem consigo formas de pensar e interesses que os influenciam e limitam na tomada de atitudes (Crespiny, 1981). Para José Adelino Maltez uma ideologia é um sistema de pensamentos, um conjunto de pensamentos estratificados, um conjunto autónomo sujeito a leis próprias de desenvolvimento<sup>17</sup>.

A utilização mais antiga do termo deriva da filosofia francesa oitocentista, de uma escola que definia os seus membros como *ideologues*. Estes defendiam que ao ser possível analisar sistematicamente ideias e sensações se chegaria a uma base fidedigna para um conhecimento sólido. Assim, a ideologia seria a ciência que se encarregava das ideias, sendo esta o fundamento para todas as ciências políticas, estando estas salvas do erro e do preconceito. No entanto, o conceito sofreu alterações, ao invés de designar o estudo das ideias começou a designar os conjuntos de ideias e representações que seriam objectos de estudo (Correia, 2010). O termo *Ideologia* adquiriu uma conotação mais próxima daquilo que conhecemos quando Napoleão e os liberais do *Institut* entraram em conflito, aquando da oposição dos liberais às suas tendências centralizantes de Napoleão Bonaparte. Este último acabou por rejeitá-los, acusando-os de serem apenas ideólogos (Crespiny, 1981).

Segundo uma abordagem genérica, a ideologia pode ser considerada um conjunto de ideias, doutrinas e forma de pensar caracterizadoras de um determinado grupo. De acordo com uma definição que evidencia as componentes estratégicas relacionadas com os interesses de determinado grupo, é um sistema de ideias que serve de justificação dos interesses, posições e acções de qualquer grupo (Correia, 2010). Segundo uma abordagem produtiva, define-se como sendo um conjunto de crenças que assegura a relação de um grupo com o mundo envolvente. Estas crenças podem assumir determinadas funções, tais como uma função de distorção, na qual a ideologia representa um conjunto de crenças que oculta a dominação implícita ao grupo de forças vigentes; uma função de legitimação, na qual a ideologia preenche o vazio entre a pretensão de legitimidade apresentada pela força governante e a crença na legitimidade da ordem pelos súbditos; e uma função de integração e preservação da identidade social do grupo (Correia, 2010).

---

<sup>17</sup> “Dicionário Político do Ocidente”, disponível em <http://maltez.info/>

De acordo com Norberto Bobbio (2004), podem definir-se dois tipos de ideologia, o significado fraco e o significado forte. No seu significado fraco, é um conjunto de ideais e de valores respeitantes à ordem pública, cuja função é orientar os comportamentos políticos colectivos. O significado forte tem, por sua vez, origem no conceito de Marx, que considera uma ideologia com uma falsa consciência das relações de domínio entre as classes. Para este, uma ideologia é uma crença falsa. No significado fraco, é um conceito neutro que abdica do carácter mistificante das crenças políticas. No significado forte, é um conceito negativo que denota precisamente o carácter mistificante de falsa consciência de uma crença política. Relacionado com o sentido fraco de ideologia, está o debate, na década de cinquenta do século XX, acerca do declínio das ideologias, causado, segundo Raymon Aron<sup>18</sup>, pelo declínio do fanatismo ligado às crenças políticas e ao desvanecimento das ideologias tradicionais, ao mesmo tempo que nos países ocidentais os conflitos relativos a questões políticas divergentes eram conciliados (Nobbio, 2004).

Ainda dentro da ideia defendida por Marx é possível distinguirmos três interpretações diferentes acerca do termo, ou seja, ideologia como falsa consciência, ideologia como reflexo da infra-estrutura económica e ideologia como parte essencial de todas as sociedades. No que concerne à ideologia como falsa consciência, esta é considerada por alguns autores como uma inversão da realidade, ou seja é um vazio e uma ilusão na medida em que não compreende a sociedade nem a história, como descreve Lukács<sup>19</sup> na *História da Consciência de Classe*. No que refere à ideologia como reflexo da infra-estrutura económica, uma ideologia seria um reflexo dos movimentos da economia, não possuindo, por isso, qualquer força. Para Althusser<sup>20</sup> e Gramsci<sup>21</sup>, é algo mais do que um sistema de ideias, é parte essencial de todas as sociedades, é adquirida e trabalhada nas instituições que integram a sociedade, tais

---

<sup>18</sup> Filósofo e Sociólogo Francês do Século XX. Deve-se ao mesmo a expressão “Guerra Fria”, período que caracterizou de “guerra improvável, paz impossível”. Debateu com outros intelectuais da época o declínio das ideologias. Autor de *Démocratie et Totalitarisme* e *La Coexistence Pacifique. Essai d'Analyse*.

<sup>19</sup> Filósofo húngaro do século XIX, seguidor da corrente marxista, tendo sido influenciado inicialmente por Kant e Hegel.

<sup>20</sup> Filósofo francês do século XX das escolas marxista e estruturalista.

<sup>21</sup> Cientista político e filósofo italiano. Viveu no final do século XIX e início do século XX. Influenciado pelo bolchevismo e pelo marxismo, afirmou-se como um lutador contra o fascismo.



como a escola, a igreja e os partidos políticos. Determina, inconscientemente, os comportamentos e formas de pensar dos homens, criando relações sociais. A ideologia é a forma através da qual os indivíduos justificam as suas relações. Para além de Karl Marx, outros autores, como Karl Mannheim<sup>22</sup>, tiveram um contributo importante no que respeita ao estudo do conceito. Para este último, as atitudes e formas de pensamento não podem ser compreendidas sem que se tenha em conta o envolvente social das mesmas. As perguntas e perspectivas dos indivíduos são consequência do ambiente social em que estão inseridos (Crespiny, 1981).

A função da ideologia como legitimação resulta da leitura que Paul Ricoeur faz de Weber. Em qualquer sistema de chefia tem que existir uma crença na legitimidade do mesmo, até o sistema mais repressivo não pode governar apenas pela coerção. Funciona assim como preenchimento do espaço vazio entre a legitimidade do governante e a crença na legitimidade do mesmo pelos governados. Por sua vez, a função de integração social comentada por Ricoeur surge da leitura que o próprio faz de Clifford Geertz. Segundo este, a ideologia possui uma dimensão constitutiva que se relaciona com a identidade do grupo, enraizada no carácter simbólico da sua própria sociabilidade. Quando um sistema político se afasta das tradições, as ideologias assumem a liderança simbólica e tornam-se fundamentais como fonte de significado e de atitudes sociopolíticas (Correia, 2010).

Um aspecto fundamental da abordagem ao conceito de ideologia está relacionado com análise das suas relações com o discurso, realizadas por uma aproximação à qual se associa uma componente cognitiva que implica um conjunto de princípios elementares. Ou seja, as ideologias são encaradas como crenças sociais partilhadas, têm um carácter grupal, tendo como objectivo salvaguardar a coesão e a cooperação do próprio grupo com os seus membros. São também um sistema de crenças sociais, gerais e abstractas que organizam o conhecimento e o comportamento do grupo. Criam solidariedade entre os membros do grupo e lutam pelo seu reconhecimento, o que desencadeia movimentos de oposição, gerando diferenças de opinião, conflitos, uma vez que implicam o reconhecimento de uma diferença (Correia, 2010).

---

<sup>22</sup> Discípulo de Lucàks, foi um sociólogo judeu do século XX. O seu pensamento terá sido fortemente influenciado pelo marxismo.

A ideologia interliga-se com a identidade e modos de vida, expressando-se por movimentos sociais que se direccionam para pensar os símbolos e valores que guiam a comunidade, principalmente no que concerne à constituição de identidades. É pela mesma que se confrontam os mapas de socialização, através dos quais criamos uma realidade social onde nos inserimos, participando de forma a reformulá-la ou reproduzi-la.

No que concerne à distinção entre Ideologia de Estado, Ideologia no Estado e Ideologia de Governo podemos fazer a seguinte distinção, Ideologia de Estado representa uma situação em que determinado Estado adopta uma determinada ideologia, numa situação de monismo absoluto. São exemplos, o Fascismo em Itália, o Nacional-Socialismo na Alemanha e o Corporativismo em Portugal; Por sua vez numa Ideologia no Estado, segundo o sistema jurídico-político do mesmo é sempre possível encontrar uma ideologia, através das soluções e decisões técnicas adoptadas. Uma ideologia no Estado pode estar explícita ou implícita. A explícita está contida em determinadas escolhas influenciadas por uma carga doutrinária. Sendo exemplos a reforma agrária e a sociedade sem classes instituídas na Constituição da República Portuguesa de 1976. Por sua vez, a implícita, abrange soluções ou decisões que não são conotáveis com uma determinada ideologia mas que, ao serem tomadas, excluem outras. As omissões podem ser uma prática de ideologia implícita. Por sua vez, são Ideologias de Governo são aquelas que, no âmbito do quadro normativo legal e constitucional, ou fora dele, se alternam com vista à aquisição e gestão do poder político (Lara, 2005).

Referindo-nos a teoria e doutrina, estas podem ser distinguidas de acordo com os seguintes pressupostos: uma teoria política é entendida como uma concepção abstracta ou filosófica com um objectivo teórico. Consiste num sistema teórico de análise ou de síntese que incide sobre factos políticos e que se realiza sem o propósito de influenciar directa e imediatamente o comportamento social, enquanto uma doutrina política, por sua vez, é uma interpretação adaptativa de ideias políticas que visa a aplicação conjuntural. As doutrinas têm em relação às teorias políticas algumas características distintivas e relativas. São posteriores à formação das teorias políticas a que recorrem, são independentes relativamente às formulações que estas apresentam, são independentes da interpretação autêntica das mesmas e visam estabelecer um programa de acção- estabelecendo uma proposta concreta de acção (Lara, 2005).

O termo doutrina pode ser utilizado para descrever um sistema do pensamento, através da análise teórica do facto político. As doutrinas tiveram um papel fundamental para a formação de ideologias que já teriam um certo significado social. Segundo Raymond Aron, as ideologias definem-se por terem como objectivo a adesão emocional dos indivíduos, e é isto que as diferencia das ideias; têm o objectivo de justificar os interesses dos grupos, bem como a preocupação de esconder os objectivos emocional e interesseiro de acordo com uma aparência lógica. Verifica-se uma degradação das doutrinas a partir da sua enunciação teórica até ao momento em que se transforma em elemento da prática social (Moreira, 1968).

A palavra ideologia está interligada pela sua conotação pejorativa à doutrina marxista que a considera uma expressão falsamente desinteressada da defesa dos interesses de um grupo ou classe social. Não pode negar-se a ligação entre uma ideologia e os interesses dos grupos que as sustentam, no entanto não é totalmente correcto que a filiação social coincida sempre com a filiação ideológica. Existem grupos que aderem a ideologias quando estas já não professam os seus interesses. De outro lado, existem exemplos da importância das ideias na condução da política, de forma a condicionar as alterações das infra-estruturas contra os interesses e as ideologias sustentadas pelos detentores do poder político. Assim, o conceito deve ser adoptado com exclusão do traço que necessariamente a caracteriza como instrumento conscientemente falseado de interesses bem definidos. As ideologias devem ser tidas em conta como elementos da acção política, a intervenção da ideologia na acção política é aquilo que interessa à ciência política. O que se diz destas diz-se naturalmente das ideias que, no processo de degradação que referimos, podem traduzir-se em ideologias múltiplas ou em múltiplas variações, conforme os grupos sociais. Fortemente ligadas à acção, não podem deixar de ser examinadas em função dos seus elementos integrantes, ou seja, naquilo que têm de racional, de emotivo, de mítico. É essa análise que permite na maioria das vezes compreender a convergência de grupos portadores de ideologias que se proclamam diferentes, quando chamados a pronunciar-se ou a agir em face de problemas concretos.

A despersonalização das ideias políticas não impede que na sua identificação se encontre muitas vezes como que um resíduo identificador do seu pensador originário. É exemplo disto o marxismo que sofreu diversas alterações desde que foi invocado como princípio orientador de alguns estados, mas que mantém sempre, na sua designação uma

referência ao doutrinador originário. No entanto, podem autonomizar-se sem referência a uma pessoa. O capitalismo, por exemplo, não tem qualquer referência aos doutrinados cujas ideias se degradaram até ganharem o anonimato que caracteriza as ideologias. Esta despersonalização relaciona-se com a socialização da vida contemporânea, evidente quer na vida interna dos países, quer no domínio das relações internacionais (Moreira, 1968).

### 1.3. PROPAGANDA, MARKETING E COMUNICAÇÃO POLÍTICA

Para se chegar ao poder ou tentar manter-se o mesmo é fundamental conseguir-se a adesão dos eleitores às soluções políticas apresentadas. A capacidade de fazer com que a sociedade civil aceite o projecto de gestão do sistema político é fulcral do desenvolvimento de estratégias político partidárias por parte daqueles que querem chegar à liderança de um Estado. A propaganda deverá ser a última fase de transmissão da estratégia política, correspondendo à comunicação da mesma. Corresponde à adequação mediática da estratégia política. A propaganda é a comunicação que está implícita à ocupação do poder. Os políticos têm a noção de que o seu sucesso na chegada ao poder está dependente da sua capacidade de comunicação, da forma como as estratégias políticas são transmitidas ao público. Sendo que o sucesso desta comunicação passa pela consistência da mensagem, da estratégia política e transmissão adequada das mesmas, salientando-se o desempenho do político para tal (Espírito Santo, 1997).

Segundo Niza de Sena (2006), o objectivo da comunicação é influenciar, para que se constituam agentes influentes e determinantes para intencionalmente produzir certas reacções.

Em 1975, G. Norman Bishop definiu cinco funções básicas da comunicação política, sendo elas a identificação do candidato, a imagem do mesmo, o ataque, a defesa e o desenvolvimento e exploração dos assuntos. Ao ser feita a análise da mensagem e a forma como esta é operacionalizada quer em termos de cartaz, quer em termos de debate ou discurso pós-campanha, podem ser revelados vários aspectos fundamentais ao desempenho partidário e sistémico, começando pelos moldes da concretização das estratégias político-partidárias. Ao analisarmos a mensagem política podemos fazer sobressair os moldes de interpretação da conjuntura política e social,

bem como as tendências de comunicação que se reflectem através da cultura política do sistema político em questão (Espírito Santo, 2008).

A propaganda é o instrumento mais antigo quando falamos do conceito de comunicação política. Esteve presente em todas as situações nas quais fora necessário definir uma relação entre os que exercem o poder e os restantes, seja o poder obtido de uma forma autoritária ou democraticamente. Está intimamente ligada com a comunicação persuasiva, que se define como sendo um tipo de comunicação ou processo de transmissão de significado, sendo fundamental destacar que todo o processo de procura de efeitos casuais actua dentro do amplo campo da comunicação em diversos níveis: face a face, em grupo e em organizações de massas. Apresenta uma intenção manifestada da fonte, orientada a produzir àqueles a quem se dirige e modificar a atitude e opinião dos mesmos. Relativamente à propaganda, o incentivo à participação política ou ao voto são exemplos disso (Gomes, 2010).

A comunicação política “traduz uma arte, cujos contornos e mestria são produto de processos de procura de soluções e dinamismos públicos permanentes” (Espírito Santo, 2008: 161). É um exercício de construção de representações políticas simbólicas, incorporadas pela mensagem política, onde a estrutura é o carácter político e social e o pendor ideológico. Acaba por ser a conjugação da representação política e das estruturas básicas do sistema político.

O conceito de marketing político encontra-se claramente associado ao de comunicação política, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Apesar de o primeiro ser uma ciência recente, uma vez que surgiu já no decorrer do século XX, o segundo remonta às grandes civilizações antigas, sendo fundamental na formação e manutenção de grandes impérios. A tendência para a expansão territorial foi uma característica comum a todos eles. Vários motivos levaram ao alargamento das fronteiras dos mesmos e à imposição do seu domínio nos territórios vizinhos, no entanto a consolidação desse mesmo domínio demandava uma perante intervenção que exigia o recurso à propaganda como instrumento de difusão das ideologias imperiais. Era essencial persuadir as populações de modo a uma favorável obtenção de recursos. Graças aos relatos das suas proezas, determinados imperadores conseguiam ter influência sobre as zonas mais remotas, alcançando o estatuto de mitos. Obtinham assim a legitimação das suas ideologias, conseguindo alargar as suas fronteiras. Por sua vez,

no período da idade média, o culto do religioso era privilegiado perante os instrumentos do marketing uma vez que nessa época qualquer actividade lucrativa era condenada pela Igreja Católica, e consequentemente pela sociedade. Mais tarde, no período renascentista com Maquiavel voltaram as grandes operações de marketing. Este escritor dedicou-se às questões de natureza política, tendo recorrido ao marketing para elevar ou rebaixar as figuras políticas da sua época e até mesmo do passado, como se pode verificar na sua obra *O Príncipe*, dedicado a Lourenço de Medici, duque de Urbino, com o objectivo de este lhe conceder um cargo importante, o que não aconteceu.

O marketing político consistiria assim num conjunto de processos que determinadas pessoas ou organizações desenvolviam de modo a conseguirem a adesão a uma determinada ideologia (Inácio, 2003). Pode ser definido como a aplicação de princípios e procedimentos do marketing em campanhas políticas por indivíduos ou organizações. Não abrange apenas o momento eleitoral mas todos os momentos que procuram transmitir uma ideia perante a opinião pública de forma a obter a sua adesão a essa mesma ideia. É, por isso, um fenómeno global que abrange não só uma ideologia mas também factores geográficos e socioeconómicos de uma determinada população, tudo isto tem influência na construção da mensagem política (Fernandes, 2010).

Lloyd (2005) conclui que na óptica do marketing político a ideologia não é estrutural na construção do produto, existem outros factores tais como pessoas e partidos, que são os atributos que os consumidores-eleitores mais valorizam na sua escolha. Uma das principais consequências da redefinição do produto do marketing político reflecte-se no entendimento que se deve adoptar perante o eleitor, que neste caso é o consumidor. Aqui os eleitores são definidos como *stakeholders*<sup>23</sup>, uma vez que afectam e são afectados pelas suas decisões (Fernandes, 2010). O também entendimento do sujeito-eleito enquanto *stakeholder*, ou seja mais do que apenas comunicador, chama a atenção para a importância de uma reflexão sobre sistemas de comunicação orientados para uma interacção efectiva. No marketing político os eleitores são encarados como consumidores de um produto político, seja de um partido, de um candidato, de um governo ou de um modelo societário. A comunicação política é fundamental ao marketing político e podem existir diversas concepções sobre a posição que a

---

<sup>23</sup> Pessoa, grupo ou entidade com interesses nas acções e no desempenho de uma organização e cujas decisões e actuações podem afectar, directa ou indirectamente, essa organização/entidade ou ser afectado pela mesma.

comunicação entre o produto, neste caso o político, e o consumidor, os eleitores, pode assumir, desde a propaganda à compreensão e informação.

Enquanto o marketing comercial permite aumentar o valor simbólico dos objectos, o marketing político consiste em definir os objectivos e programas dos políticos, influenciando os comportamentos dos cidadãos (Inácio, 2003).

#### 1.4. BREVE REVISÃO HISTÓRICA DO USO DA PROPAGANDA

Desde que existem religiões organizadas e Estados, ainda que primitivos, podemos falar em propaganda, uma vez que em todo o processo comunicativo em que as mesmas instituições estão presentes existe um pouco de propaganda, uma acção persuasiva. Isto não significa, no entanto, que toda a comunicação implique um fenómeno propagandístico.

##### 1.4.1. DA IDADE MÉDIA AO ESTADO MODERNO

Durante a vigência dos reinos bárbaros e o feudalismo da Idade Média a Europa estava profundamente ruralizada, vivendo um período de instabilidade política com os territórios fragmentados e pouco relacionados entre si. A propaganda política perde a sua relevância. A Igreja é única instituição que se faz valer da propaganda, uma vez que estávamos em plena cristianização da Europa. A difusão do cristianismo baseou-se essencialmente na pregação que, no entanto, não estava organizada ou centralizada e se ocupava, para além da religião, de questões da vida civil. Com o papa Gregório VII a propaganda atinge um nível superior. Foi reunido um concílio em Roma, onde se pretendia estabelecer a supremacia do poder papal. Este mesmo papa acabou por idealizar as Cruzadas que foram fundamentais na expansão do cristianismo. Tendo sido criadas por Gregório VII, foram acolhidas pelo seu sucessor, Urbano II.

O início das cruzadas era iniciado com a promulgação pelo papa dos privilégios da cruzada e a pregação da mesma. A propaganda em torno das mesmas e das expedições militares justificadas por razões religiosas não se limitava à pregação do clero. A virtude dos príncipes que lideravam as cruzadas era exaltada pela poesia, através da qual eram também criadas lendas e antevistos milagres. A exaltação dos governantes contribuía para reforçar a propaganda real, apesar de o objectivo inicial ter sido o da expansão da propaganda papal de forma a expandir o cristianismo. No entanto,

o facto de príncipes e monarcas estarem reunidos pela causa faz com que a supremacia papal esteja implícita. A poesia vai ser fundamental como instrumento de propaganda política pela sua exaltação do poder real, assim como os tratados sobre a educação dos nobres, e as crónicas cívicas, onde se relatam acontecimentos recentes da vida quotidiana. Existiam também as crónicas senhoriais, que exaltavam o ideal de cavalaria e o monarca.

A revolução da imprensa, a reforma e o surgimento do Estado Moderno foram os acontecimentos que marcaram a propaganda da idade moderna. Com o surgimento da imprensa a forma de comunicar sofreu uma profunda alteração. A força da palavra escrita vai intensificar-se com a impressão. Dá-se um fluxo de informação que vai atingindo cada vez mais uma maior repercussão. Há uma forte produção de impressões. Cartas, anúncios, editais e panfletos publicitários surgiam por toda a Europa. Surgiram os chamados “ocasionais”, através dos quais eram relatados milagres, acontecimentos, desastres, crimes. Serviam também para exaltar vitórias militares e descrever as atrocidades de um conflito. Também abordavam com frequência a divisão religiosa que se fazia sentir na Europa. Assim constituíram-se num forte instrumento de propaganda.

Por sua vez, a Reforma representa a ruptura da unidade espiritual do ocidente cristão. A evolução deste processo está intrinsecamente relacionada com o nascimento do Estado Moderno. A exploração das causas do descontentamento com o cristianismo e o despertar de expectativas para adesão à nova ordem religiosa foram os principais objectivos da propaganda protestante, que teve como principais meios a imprensa e, mais tarde, a pregação. Entre 1517 e 1520, Martinho Lutero (1483-1546)<sup>24</sup> escreveu importantes panfletos que alcançaram mais do que vinte edições. A propaganda luterana era orientada para dois tipos de audiência. Inicialmente, as Noventa e Cinco Teses de Vittemberga (1517)<sup>25</sup> foram dirigidas ao clero, à burguesia e aos nobres. Mais tarde, principalmente com a ruptura, após a Dieta de Worms<sup>26</sup>, a propaganda luterana adquire um tom popular, começam a ser utilizados panfletos, poemas, hinos e sermões. Estes

---

<sup>24</sup> Impulsionador da Reforma Protestante.

<sup>25</sup> Documento afixado à porta de uma igreja que contestava as irregularidades e a corrupção no seio da Igreja Católica.

<sup>26</sup> Ocorreu em 1521. Reunião de cariz político e religioso, liderada pelo Imperador Carlos V. Martinho Lutero compareceu na mesma com o objectivo de desmentir as 95 Teses de Vittemberga, no entanto acabou por defendê-las. Foi um marco importante na história do Protestantismo.



últimos começam a ser o centro da liturgia nas igrejas reformadas, tendo sido difundidos como folhas de propaganda.

Para lutar contra os efeitos da reforma protestante, a Igreja Romana começa a elaborar pequenas reformas, surgindo novas ordens religiosas com o objectivo de combater a reforma. Uma das ordens que teve maior destaque foi a Companhia de Jesus. Para além da obediência, da pobreza e da castidade acrescenta um novo voto, o da obediência ao Papa. Os centros jesuítas dotavam-se de um importante prestígio e espírito missionário que lhes permitiu obter importantes vitórias, como a recuperação da Áustria para a Igreja Romana e o transporte do cristianismo para os povos indígenas da América do Sul. Os êxitos dos jesuítas concederam-lhes um grande poder dentro da Igreja Católica, tendo-lhes sido concedida independência das igrejas locais, o que lhes concedeu alguns opositores entre os católicos, tendo sido expulsos de vários locais ao longo do século XVIII.

É criada a *Congregatio de Propaganda Fide*, pelo Papa Gregório XV como o organismo institucional de propaganda. Tinha como objectivos combater a reforma e expandir o catolicismo para fora da Europa. Ocupava-se também da elaboração da doutrina e de planificar os meios para que esta acção fosse levada a cabo. Enquanto as novas igrejas se identificavam com uma língua ou um estado, o catolicismo realçou o universalismo do latim. A Igreja Romana reforçou ainda como instrumento de propaganda o uso das artes visuais (Quintero, 2011).

Os Estados Absolutistas vão aproveitar-se do grande desenvolvimento da imprensa para criarem um importante sistema de propaganda estatal, tendo sido por isso importantes geradores de propaganda. Os marcos históricos a partir dos quais o Estado Moderno se consolida são propagandísticos. Quando o poder real absoluto se consolida já houvera anteriormente uma acção propagandística que elaborou uma doutrina e a tornou aceitável na sociedade. O que aconteceu na idade média, os ataques ao feudalismo, contribuiu para o reforço do poder real. A propaganda justificava o poder absoluto dos governantes. Começou a introduzir-se a importância da figura do Príncipe. Na obra *O Príncipe*, Maquiavel refere os meios que o príncipe tem que utilizar para obter o poder, para o manter e para o engrandecer. A ideia de que os fins justificam os meios e que a governação é fazer acreditar são as ideias base do pensamento maquiavélico assente nesta obra. Maquiavel afirma que o Príncipe não se deve deixar

invadir pelo medo, mas sim, agir com ponderação, prudência e humanidade, de modo a que o excesso de confiança não o torne imprudente. “Um Príncipe prudente e sensato deve basear-se no que dele depende e, não no que depende dos outros, e deve estudar a maneira de não ser odiado” (Maquiavel, 2000: 92). O Príncipe deve preocupar-se em obter fama de grandeza e excelência e deve distrair o seu povo com festas e jogos e dar exemplos de humanidade e de magnificência. Com estes e outros conselhos que vão sendo divulgados ao longo da obra de Maquiavel a imprensa cai de imediato no domínio dos príncipes modernistas.

Inicialmente, a imprensa produziu apenas livros ou publicações ocasionais. As publicações periódicas surgiram mais tarde. O Estado Moderno criou um sistema de informação e de propaganda com um carácter ofensivo e defensivo. O sistema de defesa consistia na censura e na repressão. Por sua vez, o sistema ofensivo parte de que o Estado é o sujeito melhor informado quantitativamente e qualitativamente. A propaganda é dirigida para o interior, baseando-se nos mecanismos de adesão e propaganda de manutenção, e para o exterior.

#### 1.4.2. PROPAGANDA REVOLUCIONÁRIA

A independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa e as Guerras Napoleónicas causaram transformações profundas nos séculos XVIII e XIX, dando início ao período conhecido como a Idade Contemporânea. Em meados do século XVIII as ideias circulavam livremente devido ao desenvolvimento da imprensa, a comunicação tinha sofrido importantes alterações. Na Grã-Bretanha estava em vigor um sistema baseado na separação de poderes<sup>27</sup> que limitava o poder real. Em França, sobretudo a Enciclopédia<sup>28</sup> fez com que as elites comesçassem a ver o sistema britânico como um modelo a seguir. Nas colónias da América do Norte vive-se um regime de liberdade política. As revoluções atlânticas são inconcebíveis sem uma forte acção propagandística. As guerras que surgem são guerras nas quais os combatentes participavam movidos por ideais políticos e patrióticos (Quintero, 2011).

Vai assistir-se, pela primeira vez, na Revolução Americana a vitória da propaganda revolucionária onde a defesa da liberdade de expressão é a ideia

---

<sup>27</sup> Os poderes legislativo, executivo e judicial são independentes de modo a impedir a sua concentração no soberano, evitando-se assim o poder absoluto do mesmo.

<sup>28</sup> Escrita por D’Alembert e Diderot, em 1772.

fundamental. A imprensa, nomeadamente a imprensa periódica, teve um papel muito importante na difusão da propaganda durante o período da revolução uma vez que os acontecimentos eram engrandecidos, chegando mesmo a ser transformados em algo emblemático. Há um símbolo que foi fundamental durante a Revolução, a Serpente de Franklin<sup>29</sup>. Foi a primeira gravura a surgir numa publicação periódica americana, em 1754. Poucos dias depois foi reproduzida em todas as publicações das colónias, ao longo de uma dezena de anos.

A Revolução Francesa introduz um sistema totalmente diferente do seu sucessor. Toda a estrutura social é alterada, é estabelecida em toda a Europa uma nova esperança de que algo vai mudar. A mudança que ocorreu em França seria inconcebível sem a extraordinária acção propagandística que ocorreu, dotada de uma eficácia nunca antes vista. A quantidade de panfletos impressos era surpreendente elevada. Rapidamente o que aconteceu em Paris chegou às áreas rurais, onde se constituíram pequenos grupos revolucionários.

Relativamente aos meios de propaganda, a educação e a instrução pública foram um instrumento de propaganda fundamental. A escola encarregava-se de difundir os ideais revolucionários. O exército também acabou por ser um instrumento de propaganda, representava o povo, não era um exército com nível de profissionalização. Havia o cuidado de manter a coerência ideológica. Algumas canções, como a Marselhesa (o actual hino francês), foram importantes meios de propaganda.

Se por um lado, durante a Revolução foi levada a cabo uma acção propagandística nunca antes vista, por outro, a formação militar de Napoleão fizera com que o mesmo não fosse um adepto da liberdade de expressão, apoiando-se na limitação da mesma, tendo limitado a liberdade de imprensa e controlado a informação. A censura foi para Napoleão um importante instrumento de propaganda.

As artes, em geral, revelaram-se importantes instrumentos propagandísticos, não só as artes plásticas, a música e o teatro mas também as gravuras e estampas, onde eram representadas caricaturas da sociedade anterior. E tal como com outros governantes

---

<sup>29</sup> Segundo Benjamin Franklin a serpente representava o espírito do povo das colónias americanas. Atacava fatalmente quando provocada.

absolutistas, foram utilizados, como instrumentos de propaganda que representem a grandeza do regime, monumentos como colunas de vitória e arcos do triunfo.

#### 1.4.3. SÉCULO XIX

No século XIX os progressos no mundo da comunicação abriram novos caminhos à propaganda. As transformações sociais e políticas abriram caminho a uma intensa actividade propagandística, nomeadamente por parte do nacionalismo, liberalismo e operariado. Em toda a Europa a luta contra a Restauração deu lugar à propaganda nacionalista e liberal. O operariado também utilizou a propaganda como instrumento fundamental ao seu desenvolvimento. A doutrina de Karl Marx foi convertida em propaganda, sendo que um dos maiores textos propagandísticos de sempre foi escrito por si e por Friedrich Engels, em 1848, *O Manifesto Comunista*.<sup>30</sup>

A propaganda marxista apela à razão, demonstrando a inevitabilidade do processo histórico que levará a acabar com o capitalismo para criar a sociedade socialista. O papel de Karl Marx na propaganda política é fundamental. *O Manifesto Comunista*, escrito em 1847, é considerado um dos mais importantes textos propagandísticos de todos os tempos. No mesmo, é superada a filosofia idealista e são definidas as novas bases da teoria materialista da história. Este panfleto foi indispensável a milhões de homens que lutaram libertação da humanidade. É criado o slogan “proletários de todo o mundo, uni-vos”, passando a funcionar como um verdadeiro apelo à acção e que constitui a base de todo o Manifesto, traduzindo-se no *modus operandi* do movimento operário europeu. Ao longo deste período a propaganda operária vai evoluindo tendo em conta em cada país o nível de desenvolvimento da classe operária do mesmo. No século XVIII surge a primeira manifestação do operariado, contra o maquinismo. Não representou um acto propagandístico propriamente dito mas acabou por ser uma reacção contra a burguesia e a sua propaganda, que incentivava o progresso material. Inicialmente, as organizações operária inglesas lutavam pelos direitos do homem em torno do princípio de solidariedade internacional. Os ideais da Revolução Francesa, igualdade, liberdade e fraternidade ganhavam adeptos, até entre alguns sectores da burguesia. O tipo de propaganda operária servia-se com frequência de obras doutrinárias,

---

<sup>30</sup> Obra considerada o expoente máximo da ideologia comunista. Através de uma análise histórica, são distinguidas diferentes fases da opressão social. É desenvolvida ao longo da obra uma crítica ao capitalismo, tentando-se justificar o operariado como a classe capaz de mudar a história, revertendo a situação precária que tinha vivido ao longo dos tempos.

utilizando-as como objectos de instrução, o que, tal como pequenas reuniões, teve um grande impacto. Acções como manifestações e greves também faziam parte da propaganda do operariado (Quintero, 2011).

Por outro lado, a expansão territorial das potências europeias, nomeadamente para as colónias, faz com que seja elaborada uma propaganda interna que justifique perante as populações, o esforço militar e económico, e uma propaganda externa para que seja desviada a atenção dos verdadeiros problemas políticos e sociais internos que se viviam num país. Nos Estados Unidos da América, a própria sociedade civil é o principal emissor de propaganda procurando definir a sua própria identidade, de modo a conseguir integrar a migração vinda da Europa.

Com o final das invasões napoleónicas foi estabelecida uma nova ordem internacional. Os defensores do liberalismo eram perseguidos. Os líderes governavam num sistema absolutista restringindo a liberdade de expressão, sendo as acções propagandísticas praticamente inexistentes. Surge a Santa Aliança<sup>31</sup> que é uma organização supranacional de carácter propagandístico, na qual um Czar Ortodoxo, um Rei Luterano e um Imperador Católico, se comprometem a defender a religião, a doutrina da legitimidade e o direito divino dos monarcas. É uma organização que se vale da propaganda e da força para a imposição dos seus ideais. Após o reconhecimento da independência das Repúblicas Ibero-Americanas por parte da Inglaterra, a Santa Aliança entra em crise, uma vez que a independência deu um novo ânimo aos que defendiam uma Europa liberal e isto contribuiu para o enfraquecimento do regime vigente até então.

#### 1.4.4. SÉCULO XX

O século XX foi marcado por acontecimentos protagonizados por uma forte acção propagandística. A Primeira Guerra Mundial, a Guerra Civil de Espanha, a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, foram palco dessa acção propagandística. Durante a Primeira Guerra a propaganda chegou à população da retaguarda. A opinião pública e os países neutros foram alvos fundamentais. De certa forma, tentava-se

---

<sup>31</sup> Acordo entre o Czar Alexandre I, da Rússia, o Imperador Francisco I, da Áustria, e pelo Rei Frederico Guilherme III, da Prússia. Resultou da Conferência de Viena, de 1815. Tinha como objectivo impedir a difusão das ideias liberais e constitucionalista que se começaram a intensificar após a Revolução Francesa. Pretendia propagar o Cristianismo e o poder da monarquia.

justificar o conflito e angariar aliados. Numa primeira fase (desde o início da guerra até 1915), a censura prevalece, uma vez que existe falta de informação, a imprensa começa a especular e inventar acontecimentos. É nesta fase que se desenvolve a chamada *atrocity propaganda*, ou seja, divulgação das atrocidades cometidas pelo inimigo, com o objectivo de o descredibilizar. Desde 1915 até 1917 começa a existir uma identificação entre propaganda e informação. Os jornalistas que estavam no conflito acabavam por escrever de uma forma que não correspondia à verdade os acontecimentos da guerra, de forma a favorecer os seus respectivos países. Começa nesta fase uma campanha dirigida aos americanos de forma a colocar um fim à neutralidade dos Estados Unidos. Precisamente, com a entrada destes na guerra as organizações de informação e propaganda consolidam-se, começando a apoiar-se nas acções atrozes dos alemães (Quintero, 2011).

O mundo da comunicação alterou-se drasticamente com a Primeira Guerra Mundial. A acção propagandística que se desenvolveu ao longo da mesma fez com que a propaganda comesse a ser estudada e analisada. A palavra propaganda começou a ter também uma conotação negativa entre as populações que foram atingidas com os excessos da mesma.

A propaganda teve igualmente um papel fundamental durante a Guerra Civil Espanhola, sobretudo pelo carácter ideológico da mesma. A rádio e o cinema foram introduzidos como armas de propaganda. A eficácia da rádio durante o conflito fez com que esta se tornasse o meio de propaganda mais utilizado durante a Segunda Guerra Mundial. A sociedade espanhola vivia, com a segunda república, um défice de liberdade de expressão, a censura existia. No entanto, a imprensa, nomeadamente os jornais, aplicava uma agressividade ao atacar o adversário jamais vista. A informação estava ao serviço do exército, defendendo o totalitarismo político. Foram criados, tanto do lado republicano como do lado franquista, fortes instrumentos de persuasão através dos quais a propaganda se dirige aos partidários, aos adversários e aos neutros.

Sobretudo por parte dos republicanos, foram publicados diversos jornais destinados a manter a coesão e a crença na ideologia nos combatentes. Isto acabou por ter efeitos no processo de alfabetização, desenvolvido nas frentes de combate. Foram criadas bibliotecas na retaguarda, desenvolvendo-se assim uma importante acção cultural. Do lado de Franco, a informação e a propaganda seguiram um modelo baseado

em Hitler e Mussolini. A Igreja apoiava Franco, disponibilizando-se para ajudar a justificar a acção do mesmo, difundindo a ideologia franquista.

Ao longo este conflito vários correspondentes se dirigiram a Espanha em busca de informação. Com excepção de países que viviam em regimes ditatoriais, como Portugal, Itália e Alemanha, e da União Soviética, onde a imprensa tinha que obedecer ao governo, os países onde a imprensa era livre acabaram por apoiar os republicanos. Em auxílio dos republicanos, chegaram pessoas de todas as partes do mundo para criarem as chamadas Brigadas Internacionais<sup>32</sup>. A motivação ideológica teve um papel preponderante no seio das mesmas, no entanto era fundamental desenvolver-se um trabalho que gerasse a união entre todos, ainda que separados em alguns aspectos, nomeadamente linguísticos. Foi assim criado o Boletim dos Comissários Políticos das Brigadas Internacionais, publicado mensalmente em Inglês, Francês e Alemão.

A propaganda desenvolvida ao longo da Primeira Guerra Mundial teve consequências durante o período entre guerras, sobretudo nos países totalitários, atingindo o seu auge durante a Segunda Guerra Mundial. Entre 1918 e 1945, distinguem-se três modelos de propaganda, nomeadamente o modelo ocidental, onde a liberdade individual era a base, o modelo soviético, consequente da propaganda operária, e o modelo das ditaduras fascistas. Ao longo da Segunda Guerra Mundial ambos os lados desenvolveram as suas capacidades propagandísticas com o apoio de novos meios como a rádio e o cinema.

O regime nazi Alemão estava dotado de um poderoso aparelho de propaganda, sobretudo em termos de política interna, liderado por Paul Joseph Goebbels, Ministro da Propaganda. Também o exército desenvolveu, mais tarde, uma secção de propaganda através da qual eram emitidos frequentemente comunicados que após a aprovação de Hitler, eram enviados para a Agência Nacional de Notícias que posteriormente os divulgava. Estes comunicados foram essenciais na eficácia da propaganda interna ao longo do conflito. Em Itália, a propaganda estava centralizada, dependendo exclusivamente do Ministério da Cultura Popular (Munculpop), através do qual eram emitidas directrizes que tentavam causar na população algum ânimo relativamente à

---

<sup>32</sup> As Brigadas Internacionais eram constituídas por combatente voluntários que se deslocaram a Espanha durante a Guerra Civil. Vinham de todo o mundo lutar contra as forças de Franco, defensores do ideal republicano. Tiveram um papel fundamental durante o conflito.

Guerra, sobretudo após intervenções falhadas, como em França e Norte de África. Uma vez que a rádio se dotava de alguma experiência relativamente à propaganda acabou por ser um meio eficaz de projecção da mesma.

Quando se deu a Segunda Guerra Mundial o Japão já vinha a desenvolver, desde há alguns anos, uma política imperialista, fazendo-se utilizar de uma intensa acção propagandística. Poucos anos antes do início do conflito, o governo japonês cria um comité de informação que controlaria as actividades propagandísticas. Ao mesmo tempo, o país já dispunha de uma agência nacional de notícias e de um eficaz sistema de radiodifusão. Em 1941, quando entrou na Guerra a sua acção propagandística estava definida. Imediatamente a seguir ao ataque de Pearl Harbour era difundido na rádio que o exército e a marinha japonesas tinham entrado em conflito com as forças norte-americanas e britânicas. Os meios de comunicação japoneses serviam os novos interesses imperiais.

No que respeita à propaganda por parte dos aliados, em França mostrou-se ineficaz, uma vez que não se mostrou capaz de gerar entusiasmo na população civil e nos militares, quer no interior, quer no exterior. Paris foi evacuada após as consequentes derrotas das forças armadas francesas. Em Inglaterra, a imprensa era livre, o governo era criticado e a censura era praticamente inexistente. Apenas por questões de segurança, os directores de informação dos órgãos de comunicação recebiam notas sobre que notícias deveriam ser publicadas ou não. Por sua vez, nos Estados Unidos da América, a propaganda interna norte-americana tinha como principal objectivo mobilizar e justificar perante a população o esforço de guerra, servindo-se para isso sobretudo da rádio do cinema. O inimigo era descrito como atroz, no entanto houve algum cuidado com a divulgação do que acontecia nos campos de concentração, com receio de que isso pudesse sensibilizar as populações contra a guerra. Em todos os meios de comunicação, os soldados eram retratados como heróis.

Tal como o Japão, a União Soviética também já estava dotada de um forte aparelho de propaganda aquando do início da Guerra. Tinha desaparecido a propaganda antinazi, após o pacto efectuado com a Alemanha<sup>33</sup>, o que não impediu que, quando se

---

<sup>33</sup> Em 1939, Hitler e Estaline assinaram o Pacto de Não Agressão, no qual comprometiam a não se atacar mutuamente e a manter a neutralidade no caso de algum dos seus países ser atacado por terceiros. No entanto, em 1941, as tropas nazis atacaram a União Soviética.



deu a invasão da mesma, a população se tenha mobilizado de uma forma que superou as expectativas. A ocupação alemã acabou por ser uma arma de propaganda fundamental, fez com que o patriotismo estivesse bastante elevado. Todos os organismos responsáveis pela propaganda se ocupavam de manter a moral, quer dos combatentes, quer da retaguarda. Todos os organismos responsáveis pela propaganda se ocupavam de manter a moral dos combatentes e da retaguarda. No que respeita à propaganda externa, a União Soviética contava com os diversos partidos comunistas que recebiam apoio através de Moscovo. Através da rádio os exilados dirigiam os seus apelos.

No que respeita aos instrumentos de propaganda utilizados ao longo do conflito, a rádio foi um instrumento imprescindível. Era um meio de difusão de que acabava com todas as barreiras de distância. Foi privilegiada pelos governos para estes manterem o contacto com as populações. Os receptores de rádio multiplicaram-se. Também o Cinema teve um papel importante durante a Guerra. Na Alemanha, a exibição de filmes como “A Exaltação de Frederico”<sup>34</sup>, “O Grande”, exaltavam a figura de Hitler. Nos Estados Unidos, em Hollywood, os mais importantes produtores americanos lançaram filmes bélicos de modo a garantirem a moral da população e dos soldados. “O Grande Ditador”<sup>35</sup>, de Charlie Chaplin, foi considerado uma obra-prima. O cinema documental teve também um papel importante relevante na propaganda norte americana.

Com o final da Segunda Guerra Mundial (1945), o mundo ficou dividido em dois blocos, o capitalismo e o socialismo. No ocidente recusa-se a utilização do termo propaganda que tinha vindo a ganhar uma conotação negativa, do outro lado continua a aplicar-se o modelo propagandístico até então existente. Durante este período

---

<sup>34</sup> Rei da Prússia.

<sup>35</sup> Filme de 1941. É uma sátira ao nazismo e ao fascismo, a Hitler e Mussolini, respectivamente. Foi realizado antes da entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial.

denominado de Guerra Fria<sup>36</sup>, começa a sentir-se a propaganda revolucionária por parte do ‘terceiro mundo’<sup>37</sup>, os povos submetidos ao imperialismo económico. Os povos colonizados desesperam pela libertação, recorrendo às técnicas dos países mais desenvolvidos. A propaganda política desempenhou um papel fundamental (Quintero, 2011).

Devido ao facto de a política se exprimir essencialmente através da comunicação, a propaganda será uma das principais armas do combate político à qual o marketing veio fornecer novas metodologias, técnicas e procedimentos. O marketing político tem vindo a apoiar-se cada vez mais em cada uma das suas formas de abordagem e na constante evolução das técnicas de comunicação, bem como, nos meios de comunicação de massas.

A aplicação dos conceitos de marketing no campo político tem origem na década de cinquenta do século XX, época em que alcançou grande notoriedade nos Estados Unidos da América, passando o marketing político a ser concebido como uma extensão do conceito de marketing para o campo da política. Sendo que os factores que os levaram a estar na vanguarda prendem-se com a internacionalização do ideal do comércio livre, a abertura dos mercados e o desenvolvimento do conceito de marketing, a ligação entre os negócios e a política, e o facto de os partidos americanos se dotarem de homogeneidade ideológica. A campanha eleitoral de Roosevelt, em 1936, é assinalada como a última em que um candidato presidencial americano privilegiou o contacto directo com os eleitores, ao invés dos meios de comunicação social. Apesar disto, só a partir dos anos cinquenta do século XX começaram a ser aplicadas

---

<sup>36</sup> Decorreu entre 1945, após o final da Segunda Mundial, até 1989, aquando da queda do Muro de Berlim. Foi um conflito sobretudo de ordem política, socioeconómica e ideológica, onde dois blocos se opuseram. De um lado o sistema capitalista, dos Estados Unidos da América e países ocidentais, de outro o sistema socialista, da União Soviética. Foi um período caracterizado por uma paz armada, uma vez que ambos os blocos se envolveram numa corrida armamentista espalhando exércitos pelos países que constituíam cada um. A paz estaria assim garantida enquanto existisse equilíbrio em termos de armamento, havendo receio de um ataque por parte do inimigo. Acaba por ser um conflito essencialmente diplomático.

<sup>37</sup> Termo que surgiu com a Guerra Fria. Servia denominar os países que viviam à parte dos grandes centros de decisão mundiais, ou seja os países neutros, que não estavam aliados nem ao capitalismo nem ao socialismo. Em termos económicos aplica-se aos países em desenvolvimento.

profissionalmente as metodologias de marketing às campanhas eleitorais norte-americanas. Em 1952, Eisenhower recorreu pela primeira vez a uma agência de publicidade<sup>38</sup> para determinar o seu posicionamento enquanto candidato presidencial, recorrendo à televisão para a difusão das suas mensagens políticas. O programa televisivo “Eisenhower Responde” foi transmitido em quarenta estados americanos e permitiu uma vitória clara em trinta e nove deles. Em 1960, aquando das eleições presidenciais, generalizou-se no partido democrata a utilização dos novos instrumentos de comunicação política em períodos de campanha eleitoral, chegando-se a contratar especialistas para a realização das mesmas campanhas. O conhecido debate televisivo entre Nixon e Kennedy teve um efeito muito positivo na opinião pública, causando uma forte motivação no eleitorado, favorável ao candidato democrata, ou seja Kennedy. Começa a revelar-se a prevalência da imagem. Foram realizados dois debates, sendo que o televisivo deu clara vitória a Kennedy, enquanto no debate realizado na rádio Nixon saiu vencedor. A televisão vem acrescentar algo nunca antes visto no seio da propaganda política, transformando-se num instrumento de propaganda política primordial. É um instrumento de persuasão que tem influência em toda a população (Inácio, 2003).

Finalmente, em 1968 foi confirmada a adesão definitiva às novas tecnologias da comunicação. Especialistas em marketing político conseguiram determinar o perfil do candidato ideal, assim Nixon, aquando da sua recandidatura, apostou numa imagem de diálogo, efectuando visitas a países ideologicamente diferentes, nomeadamente países comunistas.

Mais tarde, já na década de 80, ao invés das campanhas publicitárias, apostou-se em programas noticiosos e canais de informação que transmitiam o percurso dos candidatos, as suas campanhas e as actividades por eles desenvolvidas. A imagem fazia a diferença. Em 1992, o marketing eleitoral ficou definitivamente associado às campanhas políticas, com os candidatos Bill Clinton e Ross Perot. Eram disponibilizados aos candidatos variados instrumentos de marketing tais como sondagens, telemarketing ou tempos de antena. Em situações de crise, o recurso ao marketing era fundamental para a transmissão da ideia e posturas pretendidas. Isto verifica-se com Bill Clinton, posteriormente ao escândalo sexual com uma estagiária da

---

<sup>38</sup> *Batten, Barton Durstein e Osborn.*

Casa Branca, quando apareceu diversas vezes na televisão dando uma imagem de arrependimento, pedindo desculpa ao povo norte-americano, distraíndo-o da situação que se vivia no médio oriente que estava a ser bombardeado a seu mando, nomeadamente as bases terroristas.

Ao longo dos anos 80 e 90 o conceito de marketing político foi alvo de várias abordagens, não sendo portanto um conceito consensual. A aplicação do marketing e dos seus instrumentos à política é feita através de um processo democrático de condução da eleição dos representantes políticos e numa forma mais participativa de gestão da relação entre os governantes e governados. O marketing engloba a comunicação como instrumento estratégico inerente ao produto, no caso do marketing político, o candidato ou partido, desde a sua criação.

#### 1.4.5. O INÍCIO DO SÉCULO XXI

Actualmente, em pleno século XXI, é praticamente impossível ganharem-se eleições sem o recurso ao marketing, sendo também difícil manter-se a governação no sentido de campanha permanente sem o mesmo, uma vez que o eleitorado está cada vez mais exigente e dispõe de diversos meios para chamar a atenção dos políticos. Assim, os políticos têm sentido cada vez uma maior necessidade de recurso aos instrumentos de marketing e à estratégia do mesmo, desenvolvendo-se assim aquilo a que denominamos de marketing político.

A utilização das técnicas de marketing na política decorre da própria evolução da sociedade. Conflitos de interesses, aumento do número de candidatos, intensificação dos grupos de pressão, as novas tecnologias, os novos valores, o aumento de movimentos de cidadãos, e tudo isto determina uma necessidade do candidato ou partido recorrerem às técnicas que o marketing dispõe. Tal como o marketing comercial, também o marketing político deve ser orientado para o cidadão, de modo a cumprir os objectivos pretendidos pelas organizações, nomeadamente partidos políticos, coligações eleitorais ou grupos de pressão, que recorrem frequentemente à sua metodologia e técnicas como uma filosofia de gestão das suas campanhas de persuasão. O marketing político surge então utilizando as mesmas técnicas e práticas do marketing comercial ou empresarial, dada a necessidade de melhoramento do desempenho por parte dos políticos e das organizações políticas.

O modelo das eleições presidenciais americanas inspirou a maioria dos países democráticos europeus que desde finais dos anos 50 passaram a encarar o marketing político como uma norma de gestão de campanhas eleitorais a ser seguida. Em Portugal, este surgiu muito mais tarde, uma vez que se vivia um regime ditatorial. A implantação do regime democrático ocorre apenas ano de 1974 (Inácio, 2003).

Segundo Jean-Marie Domenach, foi apenas no decorrer do século XX que propaganda política surge como uma empresa organizada com o objectivo de influenciar e dirigir a opinião pública, o que decorre de uma evolução “que lhe proporciona ao mesmo tempo o seu campo de acção, a massa moderna e os seus meios de acção, as novas técnicas de informação e de comunicação” (Domenach, 75: 13).

A utilização do termo propaganda tem, hoje em dia, uma conotação negativa. Está associada a uma pretensão de alteração e de manutenção de poder a favor de quem emite a mensagem. Esta conotação começou a obter contornos sobretudo após a Primeira Guerra Mundial, obtendo no período entre as duas Grandes Guerras uma conotação positiva na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e nos regimes ditatoriais. Após a Segunda Guerra Mundial, o termo começou a ser evitado pelos países do mundo ocidental. No entanto, quando falamos em comunicação política há que ter em conta que o discurso político tem como objectivo influenciar as atitudes e os comportamentos do público ao qual se dirige. É de salientar a crescente influência que os meios de comunicação de massas têm tido na comunicação política, especialmente na construção da sociedade democrática. A utilização do marketing, das relações públicas e de técnicas outrora utilizadas apenas em publicidade são agora uma constante nas campanhas eleitorais (McNair, 1995). A base de qualquer campanha política é a comunicação. Esta representa a ponte entre os objectivos do candidato e as esperanças do eleitorado. É o meio através do qual a campanha começa, se desenvolve e acaba (Trent, 1995).

A comunicação política assenta na implementação de estratégias de aproximação entre os diversos intervenientes do processo político, tendo como enfoque central a relação entre os partidos e os seus líderes e os públicos que constituem o eleitorado, relação esta mediada pelos meios de comunicação social. A mediatização da política constitui a base da comunicação política ao contribuir para a aproximação entre os candidatos e os eleitores.

A base do discurso político é a sua necessidade de impor uma ideia para sobreviver, sendo que é o tipo de discurso que mais dificuldade tem em fazer isto, o que corre o maior risco de não o conseguir, uma vez que é dinâmico e frágil e por isso dotado de provisoriedade, estando constantemente ameaçado. É o discurso do sujeito, o que é dito parte de uma pessoa ou de um grupo, não sendo dotado do rigor do discurso científico propriamente dito. Todos os discursos têm o objectivo de estabelecer verdades relativas a um determinado tema, no entanto o discurso político é marcado pela luta pelo poder (Pinto; s.d.).

Actualmente, a comunicação política e a comunicação eleitoral estão intrinsecamente relacionadas sendo que a mensagem política é um dos elementos base da comunicação eleitoral, a consistência da mensagem é um garante para uma boa execução da mesma, obtendo-se assim o respeito e crença por parte do eleitorado. Outro dos elementos-chave da comunicação eleitoral é o líder político, uma vez que representa e personifica a estratégia político-partidária, promovendo a dinamização dos agentes do Estado e da Nação. Outro elemento vital da comunicação eleitoral é a opinião pública. A sua natureza promove a renovação permanente do sistema político de uma forma dinâmica, tal como o impulso democrático o permite. Contém em si a caminhada dos cidadãos em direcção a uma acção política cada vez mais participativa e exigente, como resultado da acção do Estado na criação de um sistema político dinâmico e aberto.

Ainda no campo da comunicação eleitoral, relacionados com a mensagem, o candidato e a opinião pública, é fundamental mencionar a importância dos meios de comunicação social. Este novo espaço público da comunicação exige uma estratégia política cada vez mais direccionada para a satisfação das necessidades do sistema e dos seus mecanismos de regulação e reconstituição sistémica. Nos Estados Democráticos a comunicação política e a comunicação eleitoral têm tendência a serem constituídas plataformas de entendimento entre o Estado, os seus agentes e os cidadãos, de modo a permitirem a contínua adequação estratégica de objectivos e soluções políticas focando-se no público, que é assim o decisor da orientação estratégica da actuação política (Espírito Santo e Figueiras, 2010).

No que respeita à comunicação social, a propaganda é entendida como um processo de disseminação de ideias através de variados canais com o propósito de promover os objectivos do emissor junto do receptor, podendo tais objectivos não serem

favoráveis ao último. Abrange assim um processo de informação e um processo de persuasão. Estamos perante o controlo da informação, direcção da opinião pública e manipulação de comportamentos e modos de comportamento. É um facto que a comunicação política mudou. Cada vez mais os políticos se fazem utilizar das novas tecnologias para captar a atenção do eleitor, sendo que as redes sociais são consideradas como uma das mais importantes fontes de comunicação política. A profissionalização das campanhas eleitorais exige novas competências, que requerem técnicas e estratégias que funcionam de forma integrada e seguem e que seguem o padrão do marketing tradicional recorrendo às técnicas da comunicação comercial (Serrano, 2010).

## **1.5. REGIMES DITATORIAIS**

A opinião pública torna-se um instrumento fácil de moldar pelos ditadores que, através dos instrumentos de que dispõem e do poder que detêm, exercem sobre o povo uma acção eficaz, desprovida de valores morais, considerada violência psicológica. A governação dos ditadores abrange duas formas de acção: a reunião das massas em multidões, aplicando-lhes uma chicotada psicológica, discursando para elas violentamente e fazendo-as perceber certos símbolos e reavivando nelas a fé nos mesmos; e dispersar, novamente, as multidões, transformando-as em massa e fazê-las agir, rodeando-as de símbolos tornados novamente actantes (Tchakhotine, 1967).

Para legitimarem as suas conquistas, os ditadores pretendiam sustentar que elas eram estabelecidas pacificamente, sem recurso à violência. O que não seria verdade senão apenas aparentemente, uma vez que a ausência da guerra (violência física) não impede o emprego de violência, a violência psíquica. Por exemplo, a ameaça constitui um exemplo de violência psicológica exercida por ditadores como Hitler ou Mussolini (Tchakhotine, 1967).

Quando existe liberdade de opinião e acesso a algumas fontes de informação, os movimentos totalitários têm que conseguir captar a adesão da população de uma forma subtil, fazendo uso do terror apenas doseadamente. Por outro lado, quando o totalitarismo controla um determinado país já utiliza a doutrina e a violência para a justificação da sua ideologia.

### 1.5.1. TOTALITARISMO

Um regime totalitário é um sistema político onde o Estado é liderado por uma pessoa, partido, classe ou grupo que não reconhece limites à sua autoridade, orientando todos os aspectos da sociedade, quer a esfera pública, quer a privada. Existe um autoritarismo por parte do líder, bem como uma ideologia orientadora. Numa sociedade totalitária uma ideologia é sobreposta às demais que poderiam existir mas que no entanto são excluídas pelo poder governamental. Assim, a ideologia dominante é dada como verdade suprema, sendo identificada com o poder e a autoridade vigentes, e nesta situação não é necessário nenhum tipo de manipulação. A propaganda é uniforme e encarada como sinónimo de educação. Por vezes, os meios de comunicação são controlados directamente por um grupo dominante, ou o controlo pode ser feito de uma forma mais indirecta, como no caso da censura. Quando o indivíduo vive sobre o comando de um Estado totalitário ou de uma Igreja totalitária, os objectivos da comunicação são sempre transmitir ideias ou ordens da classe dominante, sendo excluídas as opiniões diferentes da mesma (Brown, 1976).

Uma vez que existem num mundo que não é totalitário, os movimentos totalitários vêm-se obrigados a recorrer à propaganda, sendo que esta é dirigida a um público exterior, ou seja pessoas não apoiantes do totalitarismo dentro do próprio país ou países estrangeiros não totalitários. A propaganda é explicada no país de origem como sendo apenas uma manobra temporária.

A utilização do elemento terror é eminente na guerra psicológica, ainda mais que a propaganda. Após atingir o seu objectivo primordial, o regime continua a utilizá-lo. Enquanto a propaganda é um instrumento do totalitarismo, o terror é a essência da sua governação. Isto verificou-se sobretudo no regime nazi, mais do que no que no fascista. A propaganda totalitária é repleta de insinuações e ameaças a todos os que não quiserem aderir aos seus ideais. A importância que dá à natureza científica das suas afirmações assemelha-se a técnicas publicitárias sendo que cientificismo da propaganda foi implementado universalmente e chegou a ser caracterizado como uma obsessão que não se verificava desde o século XVI com a matemática e a física. Aperfeiçoou o cientificismo ideológico e a técnica de afirmações que se assemelhavam a profecias, uma vez que, do ponto de vista demagógico, a melhor maneira de evitar uma discussão



é tornar o argumento independente de verificações no presente e afirmar que apenas no futuro se consegue confirmar (Arendt, 1978).

O surgimento dos regimes totalitários está relacionado com o declínio do Estado Social e com a afirmação do imperialismo, com o abalo do sistema de classes e com a individualização da sociedade. As situações que causaram estas condições começaram a notar-se no decorrer do século XIX. No entanto, foi a ruptura que se deu com a desagregação da Europa, após a Primeira Guerra Mundial, sobretudo nos países derrotados, que deu lugar à criação dos primeiros movimentos totalitários (Felice, 1976).

É dito que o termo totalitarismo surgiu pela primeira vez em 1925 num discurso de Benito Mussolini. Posteriormente, após a vitória Nazi na Alemanha e a deterioração das relações anglo-germânicas, a palavra começou a ser utilizada em todos os regimes ditatoriais. Com a Guerra Fria, o termo surgiu em diversas obras de forma pejorativa (Crespiny, 1981).

No ano em que eclodiu a Segunda Guerra Mundial, em 1939, ocorre em Novembro uma conferência na qual um dos participantes, Charlton Hayes, apelidou de totalitarismo ditatorial a revolta contra o ocidente, originada pelo declínio da religião organizada e ao surgimento de líderes nascidos das massas e não das classes, como acontecia até então. O conferencista elaborou um modelo que caracterizava os governos totalitários, ou seja, um governo totalitário monopoliza todos os poderes da sociedade, exige o apoio da massa, sustentando-se na mesma, é mantido por eficazes modelos de educação e propaganda, e exalta a força e o poder.

Alguns anos após a Segunda Guerra Mundial, em Março de 1953, ocorreu uma reunião da Academia Americana de Artes e Ciências, em Boston. O grupo que participou na mesma partilhava da crença de que o totalitarismo surgiria inesperadamente, tratando-se de um fenómeno penetrante. Após a conferência, Carl Friedrich organizou um volume de trabalhos e apresentou a sua análise política sobre aquilo que considerava caracterizar um regime totalitário. Mais tarde, juntamente com Zbigniew Brzezinski, apresentou uma obra com uma teoria descritiva da nova forma de governo, o totalitarismo (Crespiny, 1981). Este novo modelo seria composto por seis características fundamentais. Assim, um regime totalitário é dotado de uma doutrina oficial que delibera sobre todos os aspectos da sociedade, adopta um único partido de

massas, liderado por um homem forte, um ditador, que não admite oposição, faz-se valer de uma polícia terrorista, controla a comunicação social e as forças armadas, tal como detém o controlo burocrático centralizado da economia, e rejeita o pluralismo.

Posteriormente, Friedrich acabou por modificar o modelo, reduzindo-o a menos características, ou seja, um regime totalitário seria composto por uma ideologia, por um partido único, liderado por um ditador, por uma polícia secreta e pelo controlo monopolista da comunicação, do armamento e da economia.

Leonard Schapiro, aquando do desenvolvimento de um seminário na London School of Economics, reformulou o modelo de Friedrich, reduzindo as características a três: existência de uma “sociedade de massa” como condição para existência de um governo totalitário, a afirmação do direito ao controlo total da sociedade pelo Estado, e a afirmação por parte deste do direito a controlar os assuntos relativos à consciência e moral de cada um. Relativamente à palavra autoritário, Schapiro questiona-se sobre a permanência da mesma, uma vez que *autoritas* é uma característica de qualquer estado. Pode dizer-se que um Estado autoritário é aquele cujo objectivo principal é a afirmação de sua legitimidade. O que remonta à Reforma, ou Inglaterra dos Tudor, onde a Igreja e o Governo estavam constantemente a ter de responder a reivindicações dos rivais pelo poder. No entanto, a moralidade apropriada aos Estados autoritários ou Igrejas e às sociedades totalitárias é diversa, uma vez que um exige lealdade, outro, solidariedade (Crespiny, 1981).

### **1.5.2. FASCISMO**

Os movimentos fascistas que deflagraram essencialmente no período entre guerras basearam as suas ideias e conceitos na sociedade europeia, não surgiram simplesmente e criaram a sua própria ideologia do vazio. Basearam-se em problemas já existentes há séculos. A diferença foi que pegaram nessas ideias e utilizaram-nas ao serviço das necessidades políticas do período onde se inseriam, dotando-as de coerência para que fossem úteis politicamente (Bretonha, 2000).

Em Maio de 1920, em Milão, deu-se o segundo encontro nacional do Partido Nacional Fascista. Foram definidos alguns pontos do programa político que o iria orientar. No final dos anos 20, o Partido Fascista assume-se como um importante movimento nacional em Itália. Toda a sociedade Italiana era orientada pelos seus.

A transformação deste gigante movimento em partido político prendeu-se com a necessidade de se aprofundarem e assumirem estratégias que solucionassem os problemas da Nação. Assim, no Congresso de Roma, em Novembro de 1921, surgiu oficialmente o partido e o seu programa. A sua disciplina é uniformizada e a sua base definida. O fascismo fica assim consolidado.

Para Benito Mussolini, o Estado fascista correspondia à forma mais poderosa de personalidade, assumindo todas as formas da vida do homem, penetrando na vontade e inteligência do mesmo (Maltez, 1991).

A Nação, o seu bem-estar, é o pilar do fascismo, esta funciona como um organismo que agrupa todos os valores materiais e não materiais da raça humana. O Estado é o seu garante jurídico. Os valores da Nação estão salvaguardados pelas instituições políticas do fascismo, nelas reside a tutela dos mesmos. Quer os valores colectivos, quer os valores individuais são promovidos em consonância com a mesma. O Fascismo interfere nas corporações, apesar de não contestar o seu carácter histórico. Coordena-as de acordo com os objectivos da Nação. As corporações desenvolvem-se como expressão da solidariedade nacional e como meio de desenvolvimento da produção. Devem valorizar e desenvolver as capacidades individuais de cada um na colectividade. O Partido Nacional Fascista tinha como objectivo dignificar os costumes políticos para que a moral pública e privada não entrassem em conflito com a Nação. Os governos deveriam administrar as instituições públicas de acordo com o interesse máximo da mesma. O Estado deveria zelar pela defesa da tradição nacional, da vontade nacional. O Partido apoiava todas as iniciativas que visassem o desenvolvimento produtivo, que tivesse como objectivo acabar com todo o parasitismo colectivo ou de categoria. Relativamente à educação, a escola tinha como objectivo formar indivíduos capazes de garantirem o progresso e desenvolvimento da Nação. Era peremptório elevar o nível cultural das massas e desenvolver o melhor de cada classe de modo a ser assegurada a renovação das camadas dirigentes (Bartolotti, 1969).

É uma ideologia focada num estágio perfeito da humanidade- é uma afirmação milenarista baseada na recusa da sociedade existente, tendo em vista a conquista do mundo através da criação de uma nova sociedade. Dota-se de um só partido, conduzido por homem, um ditador fortemente fiel à ideologia, apoiado por um grupo que reúne esforços para que a mesma seja aceite por todos. O partido está organizado de forma

hierárquica e domina a burocracia governamental. Existe um sistema de terror através de uma polícia secreta que actua não apenas sobre os opositores ao regime mas também contra facções da população escolhidas arbitrariamente; há um monopólio por parte do governo de todos os meios de comunicação social, como possíveis instrumentos de luta, tal como um controlo de toda a actividade económica, pela burocracia das entidades corporativas (Felice, 1976). Em suma, é uma ideologia que abarca todos os sectores da sociedade e todos os aspectos vitais à mesma, à qual adere, ainda que muitos de forma forçada, toda a população dessa mesma sociedade.

Para o fascismo é fundamental garantir ao indivíduo as condições necessárias para o desenvolvimento das faculdades do mesmo, acredita que o fim da personalidade individual não deverá acontecer. Crê que o desenvolvimento da personalidade humana é do interesse do Estado. A liberdade é atribuída ao indivíduo de acordo com o interesse social. Relativamente à questão da economia, o fascismo considera normal e útil deixar à iniciativa individual o desencadeamento do fenómeno económico, uma vez que o interesse individual é o meio mais eficaz de se obter o melhor resultado. A maioria do Estado substitui a soberania popular, até então vigente. A justiça é imposta através do mesmo e não pela autodefesa individual, causadora de desordem. O Estado será o órgão de direito (Felice, 1976).

A questão “o que é o fascismo?” surgiu em Itália aquando dos incidentes causados pelos Fascistas de Bolonha na região, iniciando-se um conflito entre as esquadras fascistas contra as organizações socialistas e trabalhadores. Rapidamente este ambiente de guerra civil se estendeu a outras regiões do país. É uma questão que desde então até, essencialmente, ao Pós Segunda Guerra Mundial, tem fascinado o mundo da ciência política e da sociologia (Mandel, 1976).

Os teóricos e investigadores que se dedicaram a esta questão fizeram-no sobretudo porque acreditavam que a melhor forma de combater o fascismo seria conhece-lo profundamente. O facto de este se ter desenvolvido rapidamente deve-se precisamente ao facto de aqueles que se lhe opõem não terem uma teoria empírica acerca dele, não o compreendendo cientificamente. Crê-se que uma teoria correcta que definisse especificamente o fascismo teria tornado mais fácil a oposição ao mesmo. Segundo Ernest Mandel, a burguesia falhou bruscamente na análise do fenómeno do fascismo ao não ter tido a capacidade de integrar determinadas particularidades da

história do fascismo da concepção da sociedade, cingindo-se apenas ao interesse capitalista. Para o autor, a perda dos privilégios da pequena burguesia é a base da organização dos movimentos fascistas. O carácter do fascismo está na imposição de uma nova organização social, política e militar que nunca existiu antes. Considera-se um produto da sociedade capitalista e imperialista. Compreendendo-se como sendo um fenómeno sem fronteiras que consegue penetrar em todos os países, sobretudo imperialistas, a explicação de determinadas singularidades nacionais é adequada.

Léon Trotsky tem uma vasta obra sobre o fascismo, partindo da teoria marxista de análise da sociedade onde explica o porquê do capitalismo e a crise do mesmo ter sido responsável pela eclosão da ideologia fascista. Trotsky acredita que a ascensão do fascismo é consequência da falência do sistema capitalista e da crise social que isso originou. A função da chegada ao poder do fascismo seria a alteração das condições da reprodução do capital, através da força e repressão, uma vez que se tinha chegado à impossibilidade de continuar a acumulação de capital tendo em conta a concorrência no sistema mundial. O domínio da burguesia durante o imperialismo permitiria a redução das tensões sociais através de determinadas reformas sociais e a participação da mesma no exercício do poder político. Este domínio dependia da manutenção de um equilíbrio de forças económicas e sociais. Sempre que o mesmo era ameaçado, era necessário instaurar-se uma forma mais centralizada do poder executivo do Estado, podendo este perder o controlo do exercício directo do poder político. Assim, segundo uma perspectiva histórica, o fascismo seria simultaneamente a realização e a negação das tendências do monopólio do capital para a organização da sociedade segundo o totalitarismo. O fascismo realizaria essa função.

O capitalismo industrial apresentava um enorme desfasamento numérico entre os trabalhadores assalariados e os grandes detentores do capital, bem como uma intensa centralização do poder do Estado, o que destruiria a maior parte daquilo que tinha sido conquistado pelo movimento operário até então. Isto levaria a uma inevitável luta de classes. De modo a manter os seus interesses salvaguardados, a burguesia teria necessidade de criar um movimento de massas que seja capaz de mobilizar grande parte da população. Só assim se poderia desgastar os principais sectores do proletariado, através da utilização da violência e do terror, para depois se destruírem na totalidade as organizações de massas do proletariado, deixando-o desmoralizado. Este movimento teria que ser criado pela baixa burguesia que seria fortemente atingida pela decadência

do capitalismo, o que levava a um sentimento de rancor e simpatia por uma ideologia nacional extremista que perpetuasse o ódio pelo capitalismo e ao movimento operário organizado. A partir do momento em que este movimento inicia os ataques aos operários e às suas organizações tem início o fascismo. Seria essencial, para que a função do fascismo fosse cumprida, que o movimento operário fosse completamente neutralizado. No entanto, se a vitória fosse do operariado isso representaria não só uma derrota do fascismo como também do capitalismo que o gerou.

A derrota do movimento operário leva a que as condições de reprodução do capital sejam alteradas a favor da grande burguesia, o interesse político desta foca-se na necessidade de modificação do mercado mundial. A política do fascismo transfere-se assim para a esfera financeira. Estimula-se uma inflação permanente para a qual a alternativa seria apenas a invasão militar para além fronteiras. Esta situação deteriorava ainda mais a situação da pequena burguesia. Acelerava-se a concentração do capital monopolista. A ditadura fascista protegia assim a grande burguesia e não os interesses históricos da pequena. A ditadura fascista apresenta uma tendência natural a eliminar a sua base de massas, as esquadras fascistas tornam-se apêndices da polícia. Assim, para Trotsky o fascismo baseia-se numa análise das condições particulares em que se desenvolve a luta de classes nos países altamente industrializados no período da crise estrutural causada pela decadência do capitalismo, bem como deriva de um modo particular de relacionar os factores objectivos e subjectivos na interpretação teórica da luta de classes bem como no seu desenrolar concreto (Mandel, 1976).

Por sua vez, segundo a perspectiva de Henry Michel, o termo fascismo significa um conjunto de forças reunidas, cuja unidade resulta da união consumada. Os ditadores fascistas eram figuras imponentes na sociedade que lideravam, a sua palavra era a verdade. Estavam num patamar superior à restante população.

A luta fascista começou por uma série de rejeições e luta contra adversários reais ou não, simultaneamente os fascistas iam elaborando uma cadeia de pensamento coerente, definindo objectivos. No que concerne às rejeições do fascismo, este começa por rejeitar a sociedade liberal surgida da Revolução Francesa. Não acredita na igualdade entre os homens nem na natureza boa do homem. Rejeita igualmente a democracia, que considera um regime dominado por determinados grupos desprovidos de capacidade para salvaguardarem o interesse da nação. Não acredita no pluralismo

dos partidos, uma vez que este levará a divisões e conflitos, sendo que a escolha dos governantes pelo povo não passa de uma ilusão. É contra o individualismo dos direitos humanos pois acredita que o indivíduo existe apenas pela comunidade, não tendo nenhum direito individual. Também a sociedade liberal é alvo da sua antipatia, uma vez que a liberdade leva ao enfraquecimento do grupo, deixando de existir coesão. Rejeita o comportamento racional uma vez que o uso da razão acaba com as acções impulsivas, guiadas pela emoção, o que o fascismo apregoa. Dedicar-se à luta contra o socialismo marxista uma vez que a luta de classes leva ao enfraquecimento do grupo. É também contra a liberdade económica pois esta permite que uns se sobreponham outros colocando em causa a colectividade, escondendo o domínio de uns sobre outros (Michel, 1977).

Para além das rejeições previamente mencionadas, o fascismo também é caracterizado por uma série de afirmações, sendo que a primeira delas é o nacionalismo, a nação é suprema e exige coesão interna, política, social e étnica, daí que seja fundamental acabar com as diferenças que a podem enfraquecer. O Estado deverá ser autoritário, os particularismos locais serão suprimidos pela centralização, o interesse colectivo prevalecerá sobre o indivíduo ou classe. Este Estado encarnará na figura do Chefe, que será o salvador da nação. Entre este e o povo estará o partido único, fazendo o papel de intermediário. Através de um movimento juvenil este partido encontrará a sua renovação. Existe uma hierarquização do poder. O fascismo apregoa a ideia de uma sociedade mais justa, daí a sujeição da população que aceita a justificação da defesa nacional por parte do fascismo. As forças de produção serão agregadas numa economia corporativa (na qual os patrões, operários e membros do Estado têm assento, teoricamente em igualdade), o que facilita a direcção planificada da produção, facilitando a autarcia. Ao Estado é atribuído o papel de mediador dos conflitos laborais. O fascismo, com efeito, sublimou o Estado, transformando-o num fim em si mesmo (Maltez, 1991).

Estas características do fascismo são essenciais para a formação de um tipo de homem, viril, duro, não só para si mas também para os outros, deve ser igualmente insensível e autónomo. Existe o objectivo de elevar a nação, a ligação à terra, ao sangue, daí recusar o humanismo. A acção deve ser comandada pela emoção e não pela razão. Para exprimir estes ideais, os fascistas dotavam-se de um aparelho de propaganda soberbo que, entre outras coisas, se traduzia na difusão exaustiva do Chefe em

estabelecimentos e edifícios públicos. A população reúne-se em marchas e manifestações para a expressão do espírito colectivo. Os mesmos temas eram repetidos de forma ilimitada em diferentes meios como a rádio, a imprensa, os cartazes e até mesmo no cinema. O fascismo pretende criar uma nação preparada para lidar com a guerra, conflitos e todas as adversidades, liderada por um chefe, suportado por um forte aparelho de propaganda. Tudo isto irá validar os seus direitos, afirmando a força da mesma.

Ganhou forma num contexto de crise, veja-se que em Itália surgiu após a crise gerada pela Primeira Guerra Mundial, enquanto o nacional-socialismo alemão se intensificou com a crise económica dos anos trinta. O mau funcionamento do sistema alimenta os movimentos fascistas. Derrotas, humilhações e sentimentos de frustração intensificam os mesmos, surgindo o sentimento de opressão. No entanto, convém mencionar que isto não é uma regra pois os Estados Unidos da América foram quem mais sentiu as consequências da crise e nenhum movimento fascista proliferou no país (Michel, 1977).

Para Giovanni Zibordi, o fascismo é considerado uma coligação anti-socialista, próximo da burguesia nas suas diversas facções, ou seja, do conjunto dos tradicionais titulares e dos novos-ricos, de intelectuais, de rebeldes, de reaccionários, de toda uma panóplia de grupos de diferentes condições que se reuniu em torno do receio do socialismo. Uma reunião com um objectivo de defesa. É um confuso movimento onde vão dar os mais variados elementos, uma vez que pode ser considerado um estado de alma. Segundo Zibordi, é uma contra-revolução da burguesia que, no entanto, não existiu a não ser perante a ameaça; uma revolução de grupos de pessoas descontentes e em dificuldades; ou uma revolução militar, uma vez que para o singrar do mesmo houve a ajuda de oficiais, armeiros e guardas reais. Foi criada uma organização dentro do Estado e que poderia também agir contra este. A adesão do militarismo pode explicar-se pelo facto de o fascismo ser uma espécie de prolongamento do estado de guerra. A sua vitória traria um sentimento de glória profissional aos militares. No entanto, nestes grupos vê-se essencialmente a participação da classe média e da pequena burguesia, uma vez que assistiam à acumulação de riqueza por parte dos oportunistas, ou detentores de capital. Bem como a pequenas vitórias do operariado assalariado. Assim, a rebelião e reivindicação é acima de tudo pequeno-burguesa (Bartolotti, 1969).



“Não há concepção de estado que não seja fundamentalmente uma concepção da vida: filosofia ou intuição, sistema de ideias que se desenvolve numa construção lógica ou se concentra numa visão ou numa fé, mas sempre, pelo menos virtualmente, uma concepção orgânica do mundo” (Brito, 1999: 15). Torna-se difícil compreendermos o fascismo sem percebermos o modo como concebe a vida, ou seja, o modo espiritualista. Segundo o fascismo o mundo não se constitui por indivíduos separados entre si. Existe uma lei moral que une homens e gerações numa tradição e missão conjuntas. O fascismo pretende que o homem aspire à acção com toda a sua força, consciente das dificuldades mas empenhado em superá-las. Há que conceber a vida como uma batalha, onde a existência é conquistada. Daí o valor fundamental do trabalho e da educação, com os quais os homens atingem as suas vitórias. De acordo com o fascismo, o homem encontra-se no seu grupo social e familiar, na sua história e tradição. Existe uma concepção religiosa através da qual o homem é encarado de acordo com a sua relação com uma lei superior, transcendente ao próprio indivíduo. Para além de uma ideologia política, é um modo de pensar. Para o fascismo, o Estado é o centro, o homem coincide com este. Despreza o liberalismo na medida em que com este, o Estado se transformou na vontade popular, negando o interesse do indivíduo particular. No fascismo, tudo se concentra no Estado, nada existe fora deste. Assim, é totalitário e reúne em si todos os valores, potenciando a vida do povo. É contra o socialismo, uma vez que este bloqueia o movimento histórico na luta de classes e ignora a unidade estatal que reúne as classes numa única realidade económica e moral, e contra a democracia porque esta rebaixa o povo ao nível da maioria. Pretende refazer o homem, o seu carácter e a sua fé. Para alcançar este fim, “necessita de disciplina e de autoridade que penetrem nos espíritos, dominando-os incontestavelmente” (Brito, 1999: 19). Por isso o seu símbolo é o feixe dos lictores, que simboliza unidade, força e justiça.

### **1.5.3. NACIONAL-SOCIALISMO**

No caso de Hitler, os alemães foram um alvo que se adequou na perfeição à sua propaganda. A crise económica e social, tal como o avanço do comunismo, eram factores que causavam algum receio entre a burguesia alemã que começava a acreditar em Hitler. Este, em 1933, consegue, através de uma campanha bem orientada através de meios democráticos, ser nomeado chanceler, sucedendo no ano seguinte ao Chefe de Estado que falecera. Instala-se assim a ditadura nazi, marcada pela caça aos comunistas e judeus. O nazismo acabou por guiar-se pelas seguintes características: Partido único;

A nação e a raça no topo da pirâmide de valores, com a supremacia da raça ariana, sendo esta liderada pelo *führer* (líder) que guiará o destino da nação- o que contribuiu para o despotismo e o culto do chefe; Sociedade profundamente militarizada (SS, SA, GESTAPO); Juventude com uma noção de força superior às restantes classes etárias (Juventude Hitleriana); E rejeição das soluções comunistas (Lara, 2005).

Considerado o criador da propaganda política moderna, a Goebbels são atribuídas frases como “uma mentira repetida cem vezes torna-se uma verdade”. O Ministério da Propaganda, por ele criado em 1933, funcionava como um instrumento de orientação do povo alemão. Para Goebbels não existe nenhum mecanismo que determine qual a propaganda mais ou menos eficaz, aquela que produz os resultados desejados é boa, a outra é má. A propaganda é um meio para atingir um fim, uma arte que se pode ensinar a qualquer pessoa. A eficácia da propaganda é simultaneamente fim e método possível. O então Ministro da Propaganda percebeu rapidamente que, para obter o poder político, seria necessário colocar os meios de comunicação sob o seu domínio. Os novos meios de comunicação eram fundamentais. A era do cinema, do rádio e da imprensa escrita exigia uma nova linguagem de modo a garantir a eficiência na esfera da acção política, a isso se chamou propaganda ideológica. Quando se aborda a propaganda ideológica pensa-se na alteração de este ou aquele comportamento de uma determinada massa relativamente a alguma questão política. No sentido moderno, a propaganda ideológica foi criada pelos regimes totalitários da Europa na década de trinta do século XX, sendo que a sua utilização mais eficaz aconteceu precisamente na Alemanha Nazi, o país do seu criador.

Segundo a teoria da propaganda de Goebbels, as massas são ignorantes, logo a mensagem deve ser directa; a propaganda deve agradar; o seu modelo é o entretenimento e não a política. Ao contrário de Domenach, Goebbels faz questão de manter a propaganda simples, de forma a ser apreendida por qualquer tipo de público. A propaganda deve, portanto, ser sempre essencialmente simples e repetida. Afinal de contas, obterá resultados práticos, no sentido de influenciar a opinião pública, aquele que puder reduzir os prolemas à sua expressão mais simples. Goebbels defendia e utilizava igualmente, com alguma frequência, o ataque pessoal. Era mister em ridicularizar os adversários (Martino; s.d.).

Alguns intelectuais, até mesmo do próprio partido, criticavam a linha seguida por Goebbels, no entanto, o caminho delineado por este foi até ao fim. A sua junção entre propaganda e o divertimento resultava. Apesar disso, a utilização de uma propaganda simples que apelava basicamente às emoções continuava a ser difícil de compreender por alguns.

O uso de símbolos, imagens, uniformes, ou distintivos era uma forma de mostrar o seu carácter sério. A ligação simbólica entre o passado e o futuro era fundamental para os alemães. Mais do que a simbologia, a diversão era a palavra-chave, no sentido em que era essencial distrair as massas, apelando às suas emoções. A propaganda alemã era extremamente dinamizada no sentido emocional. Entre as emoções que tinham mais influência sobre as massas deve mencionar-se, inicialmente, o temor: é que essa propaganda, através de símbolos populares, operava principalmente por intimidação. Foi com essa intenção que Hitler utilizou a cruz suástica com que obteve a vitória (Tchakhotine, 1967).

O objectivo era influenciar a opinião pública de acordo com a vontade do Estado, isto deveria ser feito a qualquer custo, sendo que o mais impressionante das diversas formas da sua acção propagandística foi o sucesso no direccionamento do ódio dos alemães para com os judeus, os comunistas e qualquer outro inimigo do regime. A teatralidade da propaganda de Goebbels foi fundamental para a construção da imagem da Alemanha (Martino, s.d.).

Nos outros países, pelo menos em termos psicológicos, o totalitarismo não se dotou das mesmas características que o alemão. Em Itália, Mussolini exaltou a guerra e baseou-se em algumas características do nacional-socialismo alemão, no entanto o povo italiano nunca seguiu à regra os preceitos apregoados. A liberdade de expressão não foi totalmente reprimida e o anti-semitismo nunca foi aceite. Embora relacionado com o nacional-socialismo, o fascismo diverge deste no sentido em que o nacional-socialismo fazia da nação étnica-cultural o topo da escala de valores, enquanto o fascismo privilegiava o Estado. O nazismo considerou o genocídio uma consequência lógica e aceitável da sua filosofia, ao contrário do fascismo, que prescindiu de tal acto (Lara, 2005).

Desde 1806 que os alemães se vinham a afastar do mundo ocidental, o que advinha da sociedade prussiana onde existia uma estrutura social que se baseava

essencialmente no domínio do mais forte sob o mais fraco. No entanto, o seu carácter foi também marcado pelas derrotas militares e económicas que haviam vivido. Os anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial, após a República de Weimar<sup>39</sup>, representaram anos de frustração para os alemães. Estando habituados a receberem ordens e ao respeito pela autoridade, consideraram a democracia um verdadeiro caos. Os alemães eram frequentemente caracterizados psicologicamente como obsessivos, excessivamente preocupados com a eficácia, a pontualidade, a obediência e o trabalho árduo, sendo que estas virtudes eram consideradas vitais na Alemanha. Os outros países não encararam estas virtudes fundamentais e apesar de terem sido cometidas atrocidades em muitos deles nada ocorreu com tanta grandeza como na Alemanha.

O facto de os alemães terem um sentimento de pena excessivo por eles próprios e a incapacidade de se colocarem no lugar dos outros fez com que a sua propaganda caminhasse para o insucesso. Isto foi explorado por Hitler que defendia e afirmava perante a nação que a guerra tinha sido perdida graças aos judeus e comunistas e não pelo exército, o que devolveu à Alemanha um certo grau de confiança. O povo começou a acreditar que todos tinham agido mal com os alemães. A isto seguiu-se um apelo à grandeza dos alemães sobre as outras nações, o que incutiu nos mesmos uma certa arrogância e sentimento de superioridade.

O Partido Nacional-Socialista afirmara-se como o partido dos pequenos, apoiando os pequenos comerciantes, os artesãos contra os grandes capitalistas. Exigia ainda a revisão dos juros, na tentativa de libertar esses membros da população das suas dívidas às instituições de financiamento e crédito. Efectuou algumas melhorias no

---

<sup>39</sup> Corresponde ao período entre o fim do Segundo Reich alemão (1918) até à ascensão de Hitler ao poder em 1933. Aquando das conversações para a assinatura do Armistício em Outubro de 1918, surgiu uma revolta operária na Alemanha que acabou por falhar devido à divisão entre os defensores da instauração de um regime comunista (espartaquistas) e os sociais-democratas. Sendo que estes últimos, aliados dos conservadores e do exército, acabam por “derrotar” os espartaquistas e estabelecer uma república. O governo provisório desta foi liderado por Ebert e elege uma Assembleia Constituinte, cujo objectivo foi criar as instituições do novo regime republicano. A Constituição de 1919 estabelecia assim uma república federal e parlamentar, liderada por um presidente com amplas atribuições e competências. Os nacionalistas, no entanto, eram contra um governo do centro-esquerda surgido na sequência da revolta espartaquista tivesse assumido as condições do Tratado de Versalhes, cujas condições acreditam ter humilhado o orgulho alemão.

sector do emprego, criando postos de emprego na indústria de armamentos, no sector da construção ou, simplesmente a marchar.

A camada mais jovem da população sentia-se atraída pelo movimento nacional-socialista, uniformizando-se com a nova ideologia que assenta na superioridade da nação, reescrevendo a história, remodelando a ciência num conjunto de princípios para provar a superioridade de uma raça (a raça ariana<sup>40</sup>), jamais aceites por qualquer outra nação. Durante o Nacional-Socialismo, a literatura e as artes foram censuradas, os judeus foram perseguidos e eram realizados comícios, marchas e desfiles, que marcavam o prazer que o povo sentia em submeter-se à autoridade (Brown, 1976).

#### **1.5.4. O ESTADO NOVO**

De acordo com a maior parte dos autores, o regime de Salazar não se enquadrava no modelo fascista das ditaduras clássicas. Não existia um líder carismático, um partido único mobilizador das massas, uma ideologia de expansão, nem uma tendência totalitária. No pós-guerra a sociedade portuguesa também não possuía as características que levaram à emergência do fascismo noutros países. Ou seja, em Portugal não existia um processo emergente de industrialização, uma crise económica, uma massificação da vida política nem uma mobilidade social descendente. Por sua vez, tanto a Alemanha como a Itália estavam unidas num ponto, uma unificação política recente. Portugal era uma velha nação (Pinto, 1992).

A partir, essencialmente, da década de setenta, o Estado Novo começa a surgir na maioria das obras como exemplo de um regime autoritário. De acordo com Linz (1964), os regimes autoritários são sistemas políticos dotados de um pluralismo limitado. Não têm uma ideologia-guia, não existe uma mobilização política e o líder exerce o poder de uma forma quase ilimitada, ainda que previsível. Este tipo de pluralismo significa a sobrevivência dos grupos de interesse, de associações políticas, religiosas, ou culturais, ao contrário do monopólio imposto por um regime totalitário

---

<sup>40</sup> De acordo com o ideal nazi a raça ariana seria a principal das raças humanas, o termo ariano designava a raça branca ou caucasiana. O indivíduo loiro, de tez clara, olhos claros e alto seria o exemplo perfeito do homem ariano. Desta forma, Hitler alimentou o racismo e o anti-semitismo para atingir o ideal de uma Alemanha “pura” onde apenas aqueles que descendessem da raça ariana poderiam viver, sem serem alvo de perseguições.

quando está em vigência. No que refere à questão da ideologia, Linz prefere utilizar o termo mentalidades, uma vez que não existe uma ideologia instrumental. Apesar disso, questiona a presença do catolicismo, em certa parte, enquanto guia de regimes como Portugal e Espanha. Relativamente à mobilização política nos regimes autoritários, a militância política é fraca e a participação nas organizações do regime é limitada. No que diz respeito à questão do partido único, este quando existe tem um papel mais limitado do que nos regimes totalitários, ou seja, não monopoliza o acesso ao poder nem é fonte de ideologia. É apenas mais uma das instituições do regime.

Manuel Lucena (1976) centrou-se nas comparações entre os regimes italiano e português. Rejeitando as semelhanças do primeiro com o regime nazi alemão, considerando que em Itália não existia um regime totalitário. O autor considera que, apesar de ambos terem sociedades diferentes, os regimes em comparação acabam por se assemelhar na forma de Estado. Em Portugal, apesar de o partido único ser uma realidade quase inexistente conseguiu cumprir o objectivo de justificar a ausência de outros partidos e impedir a formação de novas tendências no seio do regime. Por sua vez, em Itália o partido tinha bastante peso e uma tendência mais totalitária.

Relativamente às semelhanças entre o regime de Salazar e o regime de Mussolini, no que refere à forma de Estado, ambos colocaram a sociedade e o Estado de acordo com o princípio da colaboração de classes, sendo apoiados por todos os sectores da burguesia. Nos dois regimes, existia um chefe indiscutível. O poder era centralizado e qualquer oposição era proibida, estando a polícia e as forças armadas encarregues de proteger a coesão. As corporações abarcavam as classes sociais e os sectores profissionais, monopolizando a sua representação. Por fim, ambos se baseavam num elevado nacionalismo. No que respeita às diferenças, estas manifestaram-se sobretudo na doutrina de Estado e no movimento, sendo ambos mais visíveis em Itália, onde existia uma mais forte e explícita doutrina de Estado e uma maior movimentação das massas. Portugal, na medida em que não se confundia nem com o comunismo nem com o liberalismo e na medida em que cria instituições estáveis, poderia ser definido como um regime fascista, sendo que o autor define assim de uma forma vaga aquilo que seria os regimes fascistas não socialistas da época.

Philippe Schmitter (1975) salienta que a Portugal faltou a dinâmica fascista que antecede a tomada de poder que se verificou noutros regimes autoritários. A conjuntura

económica antes da queda do regime liberal sugeria uma relativa autonomia política e económica. Não foi a crise financeira que esteve na origem da ditadura militar. Schmitter considera que Portugal foi um regime singular. A consolidação do autoritarismo não foi singular na Europa do pós-guerra no entanto o conjunto das suas características marcou a diferença. Para o autor a maioria dos regimes de ordem autoritária conservadora-burocrática, sobretudo da Europa de Leste, emerge de uma crise financeira muito recuada do desenvolvimento do capitalismo e de uma dupla crise de gestão financeira e ideológica do sistema liberal. Identificando assim o regime e Salazar com as ditaduras de leste. A maioria dos quadros foi recrutado na burocracia estatal e nos aparelhos ideológicos das universidades. Dá-se uma restrita mobilização das massas, camponeses e notáveis locais da periferia foram mobilizados contra o seu secularizado e desenvolvido centro. A ausência de minorias, o receio do avanço do comunismo e a distância dos grandes competidores do poder, contribuiu para que não houvesse a xenofobia, o desejo de vingança e a violência que se verificavam noutros regimes autoritários da Europa, que no entanto tinham origens sociais e imperativos político económicos semelhantes.

Stephen J. Lee (1988) considera o Estado Novo uma ditadura não fascista que, não obstante, recebe algumas influências fascistas. Estas ditaduras seriam regimes tradicionais onde não havia a mobilização das massas.

Por sua vez, Stuart Woolf (1978) conclui que a principal diferença entre os regimes autoritários e fascistas no período entre guerras é o facto de nos primeiros não existir a vertente expansionista e a hostilidade perante as ameaças que se encontravam nos regimes fascistas.

A maioria dos historiadores e politólogos que debateram a natureza sociopolítica do Estado Novo tenderam a classificá-lo como um regime autoritário demarcado do fascismo. A quase ausência do partido único e a sua fraca importância no derrube do regime anterior e na consolidação do novo e a ausência do carácter expansionista, foram factores que ajudaram a demarcar o regime salazarista. Salazar construiu um regime que, directa ou indirectamente, recebia influências fascistas no entanto tentou afastar-se da concepção totalitária de outros regimes da época. Recusava a democracia a sua herança ideológica, baseando-se numa visão organicista da sociedade de matriz tradicionalmente católica, pode mesmo falar-se de uma cristianização que passou por

todas as instituições, sobretudo aquelas que, como a escola, tinham uma vocação de sociabilização.

O corporativismo teve um papel fundamental na ideologia, na relação com os grupos sociais e na intervenção económica do Estado. Embora tivesse recebido influências do regime de Mussolini, a declaração dos princípios do corporativismo português é moderada pela doutrina do catolicismo social. No que respeita aos regimes autoritários, o corporativismo não foi um elemento específico dos mesmos e esteve longe de ser um monopólio da direita anti democrática, no entanto, foi fundamental na legitimação de grande parte do autoritarismo do pós-guerra.

Manuel Braga da Cruz (1988) concorda com aqueles que fazem a distinção entre um regime fascista e um regime autoritário. Considera que o regime português foi uma ditadura de governo e não de partido, como tal é um regime autoritário mas não fascista, uma vez que não é dotado do carácter modernizador e radical do segundo. O autor considera que, apesar dos regimes fascistas serem autoritários, nem todos os regimes autoritários são fascistas. O fascismo é apenas um entre muitos nacionalismos autoritários que surgiram no período pós Primeira Guerra.

Quer no regime alemão, quer no regime italiano o partido domina o Estado. No Estado Novo acontece o inverso, o partido depende do Estado e, como tal, foi uma ditadura de governo, não de partido. O autoritarismo do regime português distingue-se do fascismo relativamente à esfera ideológica, não teve qualquer inspiração da visão laica do mundo e da vida e o seu nacionalismo foi tradicionalista, conservador e integracionista. O regime português não compartilhou das tensões de mobilização dos seus semelhantes fascistas e promoveu acima de tudo a ordem. Salazar foi voluntariamente não totalitário, deixou viver habilmente grande parte da população, desde que esta não se intrometesse nos assuntos políticos, reservados à minoria governante. Instituiu oficialmente uma visão orgânica da sociedade e tentou utilizar todos os instrumentos ideológicos de controlo social ao seu alcance para enquadrar a administração, o corporativismo, a escola, a propaganda, as elites, e a igreja. Reforçou a presença do Estado na economia, limitou a autonomia das elites económicas e disciplinou-as com um certo controlo.

A maior parte dos politólogos que se dedicaram ao estudo do regime de Salazar, tenderam a afastá-lo do fascismo, tendo em conta o binómio totalitarismo/autoritarismo.



Uma das características que distinguiram o Estado Novo foi a ausência de tendência totalitária, sobretudo relativamente à não existência de mobilização total da sociedade para o seguimento de uma linha ideológica exclusiva. Nem aqueles que negam a validade desta distinção reconheceram sempre esta ausência no caso português (Pinto, 1992).

Quando se reconhece como ditador, Salazar procura afastar-se de características que poderiam levar a uma identificação excessiva com os regimes totalitários que vigoravam na Europa no período em que esteve no poder. Apesar do nacionalismo que apregoava, obsessão excessiva com a nação, quase que encarada como um ser onipotente, à qual todos os indivíduos e instituições se deveriam submeter, bem como a questão da superioridade étnica, eram ideias com as quais não concordava e das quais se queria afastar (Polin, 1982).

O Estado Novo, dirigido por António de Oliveira Salazar, e posteriormente por Marcelo Caetano, foi comumente apresentado como sendo um regime autoritário que primou pela originalidade. De acordo com a sua formação, fortemente influenciada pelos princípios da igreja católica, existiram diversas tentativas de afastamento do totalitarismo de outros regimes da época. A imagem de um Estado forte, intervencionista, autoritário mas ao mesmo tempo paternal e protector, que lutava contra o comunismo e se opunha à democracia plutocrática mas que ao mesmo tempo defendia um sistema social-democrata corporativista acabou por convencer políticos de diversas tendências, entusiasmando vários países (Torgal, 2011)<sup>41</sup>. Desta forma, não existe um consenso por parte de historiadores e politólogos relativamente à classificação do regime de António de Oliveira Salazar.

---

<sup>41</sup> A presente dissertação não tem como objectivo definir extensivamente esta questão, não se focando, por isso, na mesma.

## **2. PERSONAGENS E MECANISMOS DA PROPAGANDA DO ESTADO NOVO (1933-1974)**

### **2.1. ORIGEM E CARACTERÍSTICAS**

O Estado Novo é frequentemente comparado com o regime de Itália dadas as características comuns com o fascismo de Mussolini tais como a sujeição do indivíduo ao Estado, “para o fascismo o estado é absoluto, ante o qual indivíduos e grupos são relativos” (Otero, 2001: 88). Fundamenta-se num controlo por parte do Estado dos meios de comunicação e de praticamente todos os sectores da sociedade, o Estado surge como a organização política e jurídica da sociedade, promovendo os valores morais e a educação. Os direitos dos cidadãos são limitados, bem como as suas liberdades.

Em 1926<sup>42</sup>, em Portugal, tinha sido instituída a censura aos meios de comunicação social. O objectivo era supervisionar todos os assuntos políticos, religiosos e militares, bem como impedir a divulgação de actividades contra o governo, assim como escândalos de vária ordem. Alguns livros eram proibidos e impedia-se a opinião pública livre. Tudo isto ajudara a consolidar o poder de Salazar e a manter a ordem.

O discurso adoptado pelo regime salazarista baseia-se, essencialmente, em sete mitos fundadores (Rosas, 2001). O primeiro é o mito palingenético, ou seja, o mito da renascença portuguesa, do recomeço. Dar-se-ia a interrupção da decadência portuguesa, que fora causada pelo liberalismo monárquico e pelos seus sintomas republicanistas; Em segundo está o mito do novo nacionalismo. Iria ser retomado o verdadeiro curso da História. Era a materialização da essencialidade portuguesa, a institucionalização do fado de Portugal. Prova deste mito é o slogan “tudo pela Nação, nada contra a Nação”; O terceiro mito é o mito imperial. Segundo o Acto Colonial de 1930, seria essência da nação portuguesa desempenhar a função de possuir e colonizar domínios ultramarinos, bem como de civilizar populações indígenas. Isto seria a missão do homem português, a vocação da nação. Portugal como nação intercontinental, multirracial, una e indivisível; O mito da ruralidade era o quarto mito que marcava o discurso ideológico do Estado Novo. Portugal era um país essencialmente rural, sendo que a ruralidade era vista como uma virtude especial, onde se iam buscar as principais qualidades dos portugueses, onde o nacionalismo era alimentado. A terra era a principal fonte de riqueza, o guia para a

---

<sup>42</sup> Com o golpe militar de 28 de Maio que a instituiu a Ditadura Militar, pondo fim ao período da Primeira República.

harmonia social. Daí o discurso propagandístico de crítica à industrialização e à urbanização; Portugal era um país pobre dada a sua ruralidade predominante. Ausente de ambições que poderiam pôr em causa a ordem social, cada um se conformava com o que lhe estava destinado. Por isso o quinto mito era o mito da pobreza honrada; O mito da ordem corporativa era o sexto mito: um lugar para cada um, cada um no seu lugar (Carneiro Pacheco, Ministro da Educação Nacional). Os portugueses eram pessoas conformadas, respeitadoras, um pouco irresponsáveis e mutáveis, daí não serem dotadas de capacidade de tomarem importantes decisões. Existia uma vocação de autoridade natural. A hierarquia estava definida, por isso não era contestada; Por fim, o sétimo mito é o da essência católica da identidade nacional. A religião católica era considerada um atributo definidor da nacionalidade portuguesa. Em Braga, aquando da comemoração do décimo aniversário do 28 de Maio, Salazar discursou os dogmas da revolução, afirmando que não se discutiam Deus e a virtude, a Pátria e a sua História, a autoridade e o seu prestígio, a família e a moral, e o trabalho e o seu dever. Estes valores levavam a uma moral de reeducação individual e colectiva, da qual resultaria a capacidade de moldar o homem novo, levando-o a agir e pensar de acordo com a nação, com os valores pretendidos (Matos, 2010).

A estruturação do Estado Novo em Portugal surge da incapacidade das alas monárquica e republicana do sistema demo-liberal. Após as divergências que levaram aos sucessivos governos da primeira República e que consequentemente causaram a instabilidade da mesma, Portugal viveu um período de Ditadura Militar<sup>43</sup> (1926-1933) cuja instabilidade das sucessivas alternativas deram origem a uma solução foi concebida por um grupo de pessoas, ideologicamente de direita, ente os quais se encontrava António de Oliveira Salazar. Com a Constituição de 1933 foi instituído o Estado Novo, liderado por este, que houvera sido Ministro das Finanças do regime anterior (Nunes, 2000).

Durante este período vigorou um regime que privilegiou as forças de segurança, nomeadamente a polícia política. Para além do apoio das forças de segurança, foi

---

<sup>43</sup> Surgida do golpe Militar ocorrido em 28 de Maio de 1926 responsável pela queda da Primeira República. Existem duas perspectivas relativamente à duração do período da Ditadura Militar, a primeira é a de que terá durado dois anos, desde o golpe até à eleição de Óscar Carmona para Presidente da República em 1928, a segunda de que terá terminado apenas em 1933 com a Constituição que instituiu o Estado Novo.

apoiado pela administração pública, pelos universitários, pelas elites, pelo mundo rural, pela igreja católica, ou seja teve o apoio de grande parte dos sectores e instituições fundamentais da sociedade. Sendo que os dois principais pilares do Estado Novo, onde praticamente tudo se baseia, são o Acto Colonial de 1930<sup>44</sup> e a Constituição de 1933.

Nas primeiras décadas do século XX, o nosso país era marcado por profundas dicotomias e uma grande instabilidade. Sobretudo no mundo rural os índices de desenvolvimento económico e sociocultural eram bastante baixos, assim como a participação cívica e política. Os partidos de massas, os sindicatos, e até o sufrágio universal, não existiam. O que se verificou nas décadas que se seguiram.

O Estado Novo rejeitava o parlamentarismo; era corporativista- proibindo greves e *lock outs*; enaltecia o Chefe, através do culto do mesmo; proclamava a vocação colonizadora de Portugal, difundindo mitos nacionalistas. Era igualmente contra o socialismo marxista, na medida em que rejeitava a luta de classes a favor da união da nação, embora fosse contra o totalitarismo que iria subornar tudo à nação e à raça- muitos portugueses acabavam por fazer mestiçagem com alguma frequência. Salazar desejava um país voltado para o passado, pouco instruído, que vivesse da agricultura, baseado nos valores cristãos e familiares. Tinha o apoio dos grandes proprietários agrários que eram menos liberais que a burguesia industrial. Apesar de ser um regime baseado em valores tradicionalistas, a partir de 1936 começaram a surgir tentativas de reunião das massas, aglomerando a juventude.

O secretismo da administração pública ao serviço do Governo revelou-se um princípio essencial. As forças armadas eram um garante da ditadura. A noção de justiça política era apoiada pela PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado, anteriormente Polícia de Vigilância e defesa do Estado), pelas prisões, pelo tribunal militar especial e até mesmo por locais de deportação como o Tarrafal. O Estado Novo perseguia insistentemente quem se envolvesse em qualquer forma de oposição. Era frequente a discriminação e perseguição por motivos ideológicos, nomeadamente no acesso e progressão no emprego. A censura era constante e contava com o apoio de grande parte da população, os órgãos de comunicação estavam privados da liberdade de expressão, tal como o povo, e eram por isso penalizados sempre que assumissem

---

<sup>44</sup> Torna o império colonial numa missão essencial da Nação Portuguesa. Foi emitido a 18 de Junho de 1930, tendo sido integrado na Constituição de 1933.

alguma postura contra o regime. A propaganda era a grande preocupação do Estado, era necessário garantir a imagem do mesmo, quer na metrópole, quer no ultramar. Professores universitários e investigadores foram afastados, sendo que houve um interregno no desenvolvimento das ciências sociais. Os currículos das disciplinas passaram a desenvolver-se de acordo com a ideologia. A mulher teve que manter o seu estatuto de inferioridade e de subordinação para a glorificação da família tradicional. O divórcio nos casamentos católicos foi proibido e promoveu-se o conceito de famílias numerosas. O Estado intrometia-se em diversos aspectos da vida privada, sobretudo na de quem desempenhava determinadas profissões, como por exemplo as professoras ou enfermeiras, que estavam proibidas de casar.

Ao longo do Estado Novo, Portugal optou por defender a ideologia e o cenário político-social em que vivia, em detrimento da adaptação a novos contextos que permitissem um melhor ritmo de crescimento económico e de desenvolvimento. A protecção do conservadorismo e dos valores tradicionalistas, tal como o apoio ao crescimento de apenas determinados grupos económicos, bloqueou o crescimento e desenvolvimento sustentáveis no contexto internacional. Não havia respostas nem capacidade de reacção ao subdesenvolvimento e à desertificação que marcava as zonas rurais (Nunes, 2000). A Guerra do Ultramar, que se fez sentir especialmente em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau foi outro facto que marcou negativamente o Estado Novo. Para colmatar a insuficiência económica e financeira, Portugal viu-se obrigado aderir à Associação Europeia de Comércio Livre/EFTA (European Free Trade Association) de forma a compatibilizar o crescimento económico com a manutenção do regime.

Portugal fora a última potência colonial a iniciar o processo de descolonização uma vez que, caso se perdessem os territórios, teriam que ocorrer grandes mudanças socioeconómicas na metrópole, mudanças que Salazar não queria enfrentar. No entanto a defesa do império trazia custos quase insustentáveis.

Em 1968, Salazar entra em coma na sequência de uma queda da qual nunca viria a recuperar. O Almirante Américo Tomás, o então Presidente da República, nomeou Marcelo Caetano para substituir o Presidente do Conselho. Este era um reformador particular, no sentido em que defendia a evolução na continuidade. Por um lado pretendia uma reforma económica, por outro receava alterações políticas, o que não seria exequível uma vez que o país era constituído por instituições criadas para

combaterem o capitalismo e o liberalismo. A crise no sector rural deflagra, o que causou escassez de produtos alimentares, a falta de mão-de-obra fez com que a produção diminuísse.

A situação do país agravava-se. A emigração aumentou mas, simultaneamente, as remessas dos emigrantes não superavam as consequências socioeconómicas da desertificação no interior. Igualmente, as remessas do ultramar não estavam a ser utilizadas devidamente, apenas uma parte do dinheiro era utilizada em investimento. Também o facto de não existirem sindicatos livres nem negociação colectiva fez com que os lucros fossem demasiado baixos.

O império português apoiava-se nas ligações económicas que combinavam uma restrição mercantilista com os interesses dos capitais do Ocidente. As pressões para aguentar África e para proteger o capital europeu em Portugal e no seu território ultramarino estavam interligadas enquanto o governo português não manifestasse sinais de vontade em chegar a um acordo com os movimentos nacionalistas africanos. As guerras civis que deflagraram nos vários países africanos acabaram por ser um dos factores que acabaram por contribuir para a queda do Estado Novo em Abril de 1974. A incapacidade para impedir a crescente contestação militar, já com Marcelo Caetano no poder, cuja abertura acabou por não se mostrar suficiente, deu lugar ao golpe de Estado e ao processo revolucionário seguinte (Nunes, 2000).

## 2.2. ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR

O pensamento salazarista era marcado pela influência contra-revolucionária da direita conservadora, agindo, portanto, numa luta constante contra os ideais comunistas e socialistas. Constantemente assombrado pela preocupação da renovação das mentalidades e do papel da educação para inculcação da ideologia, Salazar tinha sobretudo o objectivo de formar elites. O futuro do país dependia das mesmas, educadas de acordo com o interesse nacional. O povo queria essencialmente ser bem governado. Sendo que a boa governação estaria a cargo das elites que, uma vez bem instruídas, saberiam controlar as massas e potenciar as principais virtudes dos portugueses, garantindo a estabilidade do regime (Rosas, 2001).

O povo português vê em Salazar um homem excepcional, Portugal é uma excepção no meio dos regimes ditatoriais. Segundo o jornal “O Século” (Abril de 1938), o chefe do governo estabeleceu uma democracia dentro da tradição nacional e integrada

no temperamento e no carácter portugueses. O Estado Novo iria alterar a noção que os portugueses tinham do mundo. Estes sentiam que existia um mundo português e esse sentimento foi determinante para o exercício do poder por parte de Salazar, que conseguira inventar um país apenas dez anos depois de ter entrado para o Governo (Matos, 2010).

São feitas obras que vão desde Estações Ferroviárias, à Construção do Estádio Nacional, a reparações no Palácio de Queluz e na Torre de Belém. Simultaneamente, Salazar anuncia a intenção de organizar cortejos e diversas exposições dedicadas ao mundo português, à etnografia, à cultura portuguesa e ao Estado Novo. Antecipando um congresso do Mundo Português, em 1940, onde seria comemorado um duplo centenário, da fundação de Portugal (1140) e da Restauração da Independência (1640). O objectivo da Exposição do Mundo Português seria então dar a conhecer o povo português, o seu carácter de confiança em si mesmo. O reforço da personalidade dos portugueses sempre fez parte da linha orientadora das políticas de Salazar, nomeadamente quando se dirigia ao exterior. Em todos os actos do Estado é isso que se destaca.

Salazar tinha-se afirmado num contexto de crise e com esta ganhara poder. As suas decisões em ambiente de tensão, tal como acontecera com a Guerra Civil de Espanha, ajudaram a reforçar a sua imagem. No final da década de trinta e no início da década de quarenta Salazar tem a noção de que Portugal não se faz sem ele. Quando entrou para o Governo afirmara saber muito bem o que queria e para onde ia (aquando do discurso das Condições da Reforma Financeira, 27 de Abril de 1928). De facto, conseguiu tudo o que quis, o poder e o mundo português desenhado à sua medida (Matos, 2010).

Considerava o Estado como sendo a Nação socialmente organizada, correspondendo à sua expressão jurídica uma vez que, para além do Estado, existe a Nação. O primeiro existiria para servir a segunda, seria em prol da mesma que o poder se organizava (Maltez, 1991).

Apesar de ser claramente anticomunista e antidemocrata, Salazar conseguiu manter-se neutro durante a Segunda Guerra Mundial, aquilo a que se chama neutralidade colaborante- uma manobra perfeita em termos de política externa da parte de Salazar- com a cedência da base das Lages, nos Açores, aos aliados e a venda de volfrâmio e tungsténio à Alemanha.

O ano de 1937 foi marcado por uma série de acontecimentos que, de certo modo, atormentavam os portugueses. No dia 20 de Janeiro ouviam-se bombas a rebentar no Ministério da Educação Nacional, no Campo dos Mártires da Pátria. O mesmo sucedeu no Depósito de Pólvora, em Caxias, no Depósito de Material de Guerra, em Beirolas, na Fábrica de Pólvora e na Emissora Nacional, em Barcarena, no Rádio Club Português, na Parede, nos Reservatórios da Vacuum Oil Company, em Alcântara, e na Casa de Espanha, junto ao Parque Mayer. No dia 4 de Julho o país é mais uma vez assombrado por explosões, desta vez, na Avenida 5 de Outubro. Tinha sido colocada uma bomba, preparada para rebentar no momento em que Salazar saísse do seu carro para se dirigir à capela (Jornal O Século). A especulação aumentava em torno de uma possível morte de Salazar, o que acabou por fortalecer a sua imagem. Milhares saem às ruas para o saudar, agradecendo o facto de ele estar vivo, reforçando a confiança no seu chefe e a luta contra o comunismo.

A Guerra Civil de Espanha estava perto mas o que criava temor aos portugueses eram estes acontecimentos. Cada vez mais pessoas aderiam à Legião Portuguesa, não só pela luta contra o comunismo e pela simpatia dos ideais dos regimes totalitários mas sobretudo pelos acontecimentos desta noite. A vigilância intensifica-se cada vez mais. A confiança no próximo estava a esvaír-se. Salazar afirma-se como o indiscutível líder não só no que referia às finanças do Estado mas também como um verdadeiro estratega no que concerne às questões internacionais, defendendo afincadamente a manutenção do império ultramarino, sobretudo quando surgiram rumores de um possível arrendamento de Angola à Alemanha. No que refere às relações internacionais, o seu discurso baseia-se na desconstrução das propostas apresentadas, dividindo-as em interessantes pormenores que acabam por se transformar em linhas orientadoras. Situação que acaba por aborrecer os seus opositores, nunca agindo de acordo com o que estes esperam. Joga até a eminência do conflito, só aí negoceia. Salazar é o único capaz de salvar o país (Matos, 2010).

A capacidade de acumular cargos como Ministro das Finanças, Ministro do Ultramar, Ministro da Defesa, Ministro dos Negócios Estrangeiros, demonstra o carisma, a capacidade e liberdade de decisão que se revelaram essenciais a António de Oliveira Salazar enquanto esteve no poder.



Portugal vivia num regime católico autoritário que mantinha a estabilidade através de um equilíbrio de interesses habilmente conseguido pelo chefe de governo, por um lado tinha o apoio dos pequenos agricultores e pequenos comerciantes, por outro de grandes latifundiários e grandes grupos económicos, uma vez que estes tinham receio de perder os seus bens caso os comunistas chegassem ao poder.

Em suma, Salazar era um homem arcaico, profundamente contra a modernidade e a industrialização, que considerava ser geradora de problemas sociais. Simpatizava com a tradição imutável. Defendia a autoridade familiar exercida pelo chefe de família, só a este foi permitido, durante vários anos, o voto (Maxwell, 1999).

### 2.3. MECANISMOS E A PROPAGANDA

Durante o Estado Novo a propaganda constituiu-se um forte instrumento de difusão da ideologia. Os discursos políticos, os slogans, os livros escolares eram meios privilegiados para essa difusão. Salazar impôs também em si um poder político que o transformou no salvador da pátria, contendo em si os valores de discrição, austeridade e moralidade, tendo como lema: Tudo pela Nação, nada contra a Nação. E de Salazar dependia praticamente toda a nação.

O aparelho propagandístico é estabelecido sobretudo nos anos 30, não sofrendo alterações até ao Pós Segunda Guerra Mundial. Assiste-se a uma junção de valores nacionalistas de cariz católico e integralista com influências radicais da Guerra Civil de Espanha e dos regimes totalitários da Europa. O Estado Novo era mais do que o seu discurso ideológico, económica e politicamente. À medida que o tempo avança e que novos acontecimentos se desenrolam, alterando a conjuntura da época, o discurso ideológico e propagandístico ia-se adaptando. O que se verificou sobretudo perante a ameaça da Segunda Guerra-Mundial e no período que lhe sucedeu.

O objectivo do aparelho propagandístico era estabelecer a essência do povo português, através da reeducação dos portugueses. Portugal reencontrar-se-ia. Era adoptado, nesta altura, um discurso propagandístico forte que procurava fundamentar a nova ordem, através da construção de um conceito integrador da memória histórica, procurava-se a criação da unidade da cultura popular, da raiz nacional-etnográfica de Portugal. O homem do Estado Novo era assim um ser livre do racionalismo, da

influência marxista, dos malefícios do liberalismo. Respeitava a ordem previamente estabelecida, bem como a hierarquia sociopolítica natural. Estava satisfeito com a vida modesta mas honrada que tinha. Demandava-se a criação de um aparelho de difusão ideológica que entrasse no dia-a-dia das pessoas, de modo a que se criasse o tão desejado homem novo do sistema salazarista. Através dos órgãos governamentais, o regime procurou criar um novo tipo de portugueses, regidos pelo ideal do nacionalismo. Estava presente um projecto de reeducação dos espíritos (Rosas, 2001).

### 2.3.1. O SECRETARIADO DE PROPAGANDA NACIONAL

Em 1933 era criado o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), ficando assim desvalorizado o saber académico e científico, dirigido por António Ferro que era um jornalista cosmopolita, ligado aos meios modernistas. Nada tinha a ver no campo cultural com Salazar. Dispunha da confiança deste, dependendo directamente dele. Ferro criou uma máquina que ultrapassou largamente as meras necessidades de gestão de imagem de Salazar. Apesar de pouco ter a ver com o provincianismo do chefe, ou talvez por isso, António Ferro ofereceu ao regime um projecto cultural que sintetizou com habilidade e recursos técnicos modernos com uma verdadeira reinvenção da tradição. O SPN coordenou e alimentou a imprensa do regime, dirigiu os serviços de censura, organizou as encenações de massas que periodicamente eram transportadas para a capital e que alimentou as festividades viradas para as classes populares em estreita associação com o aparelho corporativo (Pinto, 1992).

Começava a ficar desvalorizado o saber académico e científico. A propaganda e a encenação política do poder começam a substituí-los. A escola dedica-se essencialmente ao saber ler, escrever e contar. Começa a ser transmitida a ideia de descrença e desvalorização na técnica e na ciência. A Universidade está limitada quanto às suas tarefas de formação. Aposta-se essencialmente na educação moral das massas, inculcando-lhes valores de uma cultura etnográfica, rural e corporativa, a cargo da FNAT (Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho), ao nível dos meios urbanos, e pela JCCP (Junta Central de Casas do Povo), ao nível do mundo rural. Carneiro Pacheco, Ministro da Educação Nacional considerava que se verificava em Portugal um défice de mentalidade e uma insuficiência moral. O povo não acompanhava o percurso do Estado Novo, que deveria tratar disso com os agentes do desenvolvimento espiritual que dispusesse. Assim, a partir de 1933, após a criação do SPN, o Estado Novo irá desenvolver um forte sistema de inculcação ideológica que estava presente no dia-a-dia

das pessoas, no trabalho, nas escolas e também nos tempos de lazer. A inculcação ideológica nos tempos livres orientava as distrações que poderiam advir do tempo passado nos cafés, onde acção subversiva poderia ocorrer. As horas de lazer eram moldadas de acordo com a cultura popular e o critério etnográfico. O povo deveria participar na recriação da ruralidade, reinventando o folclore, os velhos hábitos e costumes. O homem que apreciasse estas actividades seria um bom chefe de família, respeitador, simples e fiel à História. A recriação deste ambiente rural, da típica aldeia portuguesa, quer nos bairros quer no trabalho, ficava a cargo da FNAT, através dos Centros de Alegria no Trabalho (CATs). Por sua vez, nas Casas do Povo e nas Casas dos Pescadores as mesmas funções ficavam a cargo dos Centros de Recreio Popular (CRTs), sob a tutela da JCCP. As colónias de férias, as cantinas, as viagens de turismo e o folclore serviam de apoio às actividades destas entidades. No ano de 1945, a acção da FNAT para o mundo rural passou a ficar a cargo da JCCP. Os objectivos foram a mobilização das massas e a criação de elites do sindicalismo corporativo.

Salazar tem a noção de que precisa do apoio do povo, tem que sair à rua. Come com os pobres, abraça operários, age de maneira a obter a popularidade. Embora o Estado Novo não saia para a rua como os nacional-socialistas, não tenha a convicção no futuro histórico e na acção dos anarquistas, em 1934 o povo irá sair à rua em desfiles, marchas, cortejos e arraiais, garantindo ao chefe de governo o apoio necessário por parte das massas, algo indispensável a qualquer líder (Matos, 2010). Neste mesmo ano é criada a Acção Escolar de Vanguarda (AEV). Era fundamental captar a atenção dos estudantes aos novos projectos ideológicos mas também fazê-los aderir ao combate ao comunismo, considerado como a “grande heresia da nossa idade”, expressão proferida a 28 de Janeiro, aquando da inauguração da AEV.

Ainda em Abril de 1934, António Ferro lança o livro “*Salazar, Portugal et Son Chef*”. No final do mês o livro parece ganhar vida, surgindo excertos do mesmo nas primeiras páginas dos jornais. No dia 27 desse mês comemorava-se o aniversário de Salazar como Ministro das Finanças, sendo a data celebrada de forma oficial. Várias crianças de Lisboa reuniram-se em frente ao Ministério das Finanças para o saudar. Posteriormente é saudado pelos membros do Governo e também com um desfile dos membros da AEV. Este tipo de manifestações de apoio ao Chefe de Governo verificava-se com alguma frequência, sendo que uma das que mais o impressionou foi ver o seu perfil cunhado na moeda de prata que lhe foi oferecida, nesse mesmo dia, pelo Director

da Casa da Moeda. Esta é a resposta aos que duvidaram do sucesso do seu percurso, da sua ascensão ao poder.

Por esta altura tinham-se substituído as caravelas pelos aviões, estes eram agora representados no imaginário do povo, sendo as grandes viagens acompanhadas pela imprensa. Quando chegam a Lisboa os pilotos têm à sua espera multidões para lhes prestarem tributo, como aconteceu, por exemplo, com Carlos Beck no regresso da viagem à Índia. Estando também a ser preparada na altura a viagem de Humberto da Cruz a Timor. Estas viagens serviam para Portugal afirmar a sua presença nas colónias, reafirmando-se assim o nome de Portugal pelo mundo, incentivando o patriotismo. No dia 21 de Dezembro, Humberto da Cruz e António Gonçalves Lobato chegaram a Lisboa, concluindo a ligação entre Lisboa, Índia, Macau e Timor, a bordo do avião DÍli. Lisboa encheu-se para os receber. Estas recepções constituíam verdadeiras declarações de patriotismo. A rua era um espaço de legitimação do poder dos ditadores, sendo que ao mesmo tempo é a ilusão da participação cívica das populações (Matos, 2010).

As festas da cidade tiveram, neste ano de 1934, extrema relevância na divulgação de Portugal ao mundo. Diversos jornalistas e escritores vieram a Portugal, convidados pelo Estado Novo, através do SPN, escrevendo artigos e livros que acabavam por ser um cartão-de-visita a Portugal, realçando o regime e a sua figura máxima, Salazar, a sua honestidade, a sua devoção, o seu providencialismo e a inteligência fora do vulgar que o caracterizava. Para o Secretariado de Propaganda Nacional, a divulgação de Salazar e do regime era a linha orientadora. Assim, como forma de apoio a estas produções, convidava estas pessoas para se deslocarem ao país, em troca de apoio económico aos autores e da compra de exemplares (Matos, 2010).

O projecto do Estado Novo impõe-se sobretudo nestes anos 30. Afirmavam-se os regimes totalitários na Europa, nomeadamente o fascismo italiano e o nacional-socialismo alemão, como a única oposição ao comunismo soviético. A pressão fascizante instalou-se no seio do regime. É esta pressão que poderá estar por trás do surgimento da Legião Portuguesa e também da FNAT. À ideia do Portugal dos anos trinta do século XX habitado por um povo pobre mas honrado, chefiado por uma elite esclarecida, conduzida por um chefe providencial, opõe-se a de um Portugal miserável, sob uma forte repressão, privado de liberdades e direitos fundamentais, segundo os movimentos de oposição.

Com o objectivo de acentuar os princípios que apregoava, o Estado Novo tomava a posição de tentar conduzir os portugueses à nova ordem que idealizava. O discurso ideológico orientava a acção política dos diversos organismos que haviam sido criados para a propagação ideológica.

O SPN dotava-se de quatro pilares (Rosas, 2001). Dois deles integravam a organização e divulgação da informação seleccionada, dos valores e da cultura, uma vez que o SPN era elemento unificador do discurso ideológico. Esta função era também desenvolvida no campo da difusão da ideologia colonial, tanto na metrópole como nas colónias. Em ambas as situações se verificava o poder de disciplinar e condicionar os comportamentos e pensamentos de acordo com os princípios ideológicos do regime. Para se verificar o seu cumprimento, utilizava-se a censura, a ameaça e a proibição das atitudes e valores considerados perversos. Os outros dois pilares eram os elementos fundamentais de difusão e inculcação da ideologia do regime. Um deles é o aparelho da educação nacional, que desenvolve a reforma nacionalista da educação pública, apoiado pela Mocidade Portuguesa e pela OMEN (Obra das Mães pela Educação Nacional). No âmbito da educação dos espíritos e da cultura popular destacavam-se então a FNAT e a JCCP.

Quando aceitou a ideia da criação do SPN António de Oliveira Salazar tinha ainda uma visão limitada acerca da propaganda política. Tinha apenas a necessidade de mostrar a obra do regime e combater aqueles que o criticavam. No entanto, o SPN, criado com o objectivo de divulgar a obra do regime, acabaria por ter a função de reeducar as massas, inculcando-lhe a ideologia do Estado Novo. Acaba por tornar-se o cenário da encenação política e da ideologia salazaristas. Em poucos anos é desenvolvido um aparelho de propaganda com dimensões espectaculares, agitando as massas, actuando sobre as artes e a cultura, essencialmente nos novos meios de propaganda, ou seja, cinema, rádio e cartazes. Eram lançados concursos literários, organizados teatros que recriassem a etnografia popular e também mobilizações e desfiles de apoio ao regime. Tudo isto era complementado pela censura, que o SPN passou a controlar a partir de 1940. Para além de espaço de divulgação da obra e dos valores do Estado Novo, era um forte dispositivo de imposição dos mesmos. A reeducação dos portugueses era um resultado pretendido. No entanto a inculcação estava a cargo da organização corporativa do regime (Rosas, 2001).

### 2.3.2. A EDUCAÇÃO AO SERVIÇO DA PROPAGANDA

Ainda na década de trinta dá-se uma importante reforma na educação, cujo objectivo era transformar a educação como guia da vida individual e colectiva da nação. Só pela educação seria possível criar-se o novo homem. O Estado devia estar atento à vida privada, existindo uma relação intensa entre as famílias e as entidades escolares de forma a garantir o sucesso do trabalho dos educadores, o que só seria possível se a escola conhecesse a vida do aluno para além do recinto escolar, exercendo a sua acção também nessa área. A reforma no sector da educação era essencialmente um projecto que colocaria a escola a todos os níveis, embora principalmente ao serviço da consciência, através da revisão dos programas escolares de acordo com os princípios ideológicos do regime. Era organizado um forte sistema de vigilância política das actividades dos docentes, recorria-se a várias cerimónias político-religiosas nas escolas para testar ideologicamente os alunos e os professores de forma a manter a inculcação ideológica. Foi lançada a milícia de enquadramento da juventude, a Organização Nacional da Mocidade Portuguesa, onde todos os alunos do ensino primário e secundário tinham de estar inscritos, ficando encarregue de todas as iniciativas culturais e desportivas. Foi também criada a Obra das Mães para a Educação Nacional (OMEN), cujo objectivo era a formação da mulher/esposa/mãe exemplar, uma transmissora dos valores ideológicos pretendidos no seio do lar e na educação dos filhos. Uma defensora dos princípios católicos, de honra, dever e nacionalismo. Através da Mocidade Portuguesa Feminina, a OMEN agia directamente sobre o quotidiano das famílias, “ajudando” na formação das futuras esposas e mães (Rosas, 2001).

O novo ministro, Carneiro Pacheco, acaba por proceder a algumas alterações após traçar o perfil do sistema educativo que então existia em Portugal. Acaba por secundarizar a ciência e o saber académico em prol dos valores mais tradicionais como o saber ler, escrever e contar, fomentando-se o culto nacionalista e os valores do regime, também apregoados pelos aparelhos de inculcação ideológica. Após uma sessão na Assembleia Nacional, apesar de a ideia ter sido rejeitada por dois deputados (Álvaro Morna e Lobo da Costa), a fixação do cruxifixo em todas as escolas públicas do ensino primário, como forma de demonstrar o cariz cristão do Estado, foi aprovada. Ao mesmo tempo procedia-se à aprovação do livro único para as disciplinas de história, filosofia e educação moral e cívica.

Este ano de 1936 é marcado por uma série de acontecimentos que, de certa forma, acentuam as convicções do Estado Novo. Passa a ser obrigatória a presença do crucifixo na escola, é criada a Mocidade Portuguesa. É tempo de controlar as mentalidades já estabelecidas e de formar as novas, as dos mais novos. Carneiro Pacheco, Ministro da Educação Nacional, afirma que Salazar passa a ser não só o maior estadista daquele tempo, como também o maior educador (Matos; 2010).

### 2.3.3. A DIVULGAÇÃO DO REGIME AO ESTRANGEIRO

À semelhança do que vinha a acontecer, o SPN continua a estimular internacionalmente a divulgação da imagem do Chefe de Governo, insistindo na visita de personalidades e intelectuais estrangeiros ao nosso país. As décadas de trinta e quarenta foram palco de acções que conduziam a essa divulgação.

No dia 27 de Abril de 1935 comemoravam-se sete anos da entrada de Salazar para o Governo. Mais uma vez, escrevia-se sobre este como sendo o salvador da pátria, fundador da nova ordem que a 28 de Maio de 1926 não se conseguiu estabelecer. Neste ano as manifestações e qualquer tipo de contestação que se possa levantar contra o regime já são encarados como actos irresponsáveis, uma vez que põem em risco a vida do povo, que está a tentar ultrapassar as dificuldades da vida, com a ajuda do Estado Novo. A repressão começa a chegar ao campo da consciência, ao mesmo tempo que se celebra a adaptação do país às novas circunstâncias. Assim, no dia 10 de Maio, é divulgada nos jornais uma nota que refere a aprovação de um diploma aprovado pelo Conselho de Ministros, onde está mencionado que os funcionários ou empregados, civis, ou militares, que tenham revelado ou revelem espírito de oposição aos princípios fundamentais da constituição política, ou não dêem garantia de cooperar na realização dos fins superiores do Estado, serão aposentados ou reformados se a isso tiverem direito, ou demitidos, em caso contrário. Sendo que, apenas cinco dias depois, é divulgada uma lista dos trinta e três funcionários públicos, civis e militares, que haviam sido afastados dos seus cargos. Fala-se também de uma tentativa de revolta no dia 20 de Maio, o que leva a que seja decretada uma lei que proibia as associações secretas, assim, nenhuma pessoa podia ser provida em nenhum cargo público, sem previa declaração sob compromisso de honra, de que não pertencia nem iria pertencer a qualquer associação secreta (Matos, 2010).

A revolta do 20 de Maio acaba por enaltecer ainda mais, especialmente em termos internacionais, a imagem de Salazar. No dia 13 de Junho, o jornal francês *Journal* publica um artigo onde está escrito que o governo de Salazar era fortíssimo uma vez tinha o apoio da massa país. Só os revolucionários estavam contra ele. A conspiração abortada em 20 de Maio chamara a atenção do mundo para a extraordinária e gigantesca obra de levantamento nacional que o Presidente Carmona e Dr. Oliveira Salazar operaram. Havia nisso uma lição e uma esperança. Escrevera-se também que Salazar deu a Portugal ordem e dignidade. O chefe do governo era retratado no artigo como um homem que nunca mentiu, que jamais enganou, que nunca fez uma promessa que não cumprira. Representava espiritualidade. Salazar era o homem de quem tudo dependia, a cabeça e corpo do Regime.

Mais uma vez comemoram-se as Festas de Lisboa e, tal como vinha a acontecer anteriormente, são convidados jornalistas de vários países, a convite do SPN. Agora, ao invés de um lugar meramente passivo, acabavam por desempenhar funções em algumas cerimónias. Neste ano de 1935, o cortejo que habitualmente fazia parte das Festas da Cidade era um cortejo que exaltava os feitos históricos do século XIV, nomeadamente da figura do Santo Condestável, D. Nun'Álvares Pereira, representado nestes anos trinta por António de Oliveira Salazar. Milhares de pessoas aglomeravam-se à porta do Mosteiro dos Jerónimos, representando uma imagem de orgulho no passado histórico do país que a propaganda relaciona com o presente do Estado Novo. Salazar era um admirador de D. Nun'Álvares Pereira, tal como este, também Salazar acreditava que estava na hora de convocar os portugueses para uma batalha, após 550 anos da Batalha de Aljubarrota (Matos, 2010).

No ano seguinte, em 1936, é criada uma nova iniciativa que consiste na atribuição de um prémio em dinheiro para o vencedor da melhor tradução de um dos discursos de Salazar. O concurso era dirigido aos alunos de português da Universidade de Hamburgo (Matos, 2010).

Já no início da década de quarenta, dá-se a exposição do Mundo Português, em 1940, onde seria comemorado um duplo centenário, da fundação de Portugal (1140) e da Restauração da Independência (1640), cujo objectivo seria dar a conhecer ao mundo o povo português, carácter de confiança em si mesmo.



#### 2.3.4. A IMPRENSA

Durante o Estado Novo a política de informação baseava-se essencialmente na censura prévia; no controlo do cargo de dirigente dos jornais- estes tinham que merecer confiança política; e na desvalorização das instituições políticas, como a Assembleia Nacional que se tornou palco de monotonia, uma vez que funcionava apenas três vezes por ano, sendo mandada encerrar quando se discutiam leis que poderiam levar a discussões desnecessária, segundo Salazar. Isto levou a uma desvalorização do jornalismo, especialmente do jornalismo político. Os assuntos relativos à política desapareceram dos jornais, com excepção das notas officiosas, da agenda oficial e dos discursos que elogiavam a obra do governo (Baptista, 2009).

Durante o regime de Salazar dá-se uma quebra da imprensa periódica, há também uma redução do aparecimento de novos periódicos, comparativamente à Primeira República e aos anos da Ditadura Militar. Isto é justificado pelos condicionalismos políticos do regime, marcado pela ausência de liberdade de expressão, pela censura e pela endoutrinação sistemática da juventude (Adão, 2012).

A Constituição de 1933, embora não referisse explicitamente a Censura, mencionava no artº. 8º a intenção de impedir a perversão da opinião pública. Vários diplomas regulamentaram a acção da mesma, sendo estabelecida, sob tutela do Ministro do Interior, a Comissão da Censura de Lisboa, cujo objectivo seria impedir que a opinião pública tomasse um rumo de perversão relativamente à vida social. A opinião pública deveria estar assim protegida de todos os factores que a insurgissem contra a moral, a justiça, a verdade e o bem comum. As consequências desta acção tiveram consequências imediatas, várias revistas culturais foram proibidas, tais como “Cultura”, “Sol Nascente” ou “O Globo”.

Em 1944, através de um diploma, a Censura deixava de estar sob tutela do Ministério do Interior passando a estar da dependência directa do Chefe de Governo. Assim, Salazar tinha o poder de nomear o secretário do Secretariado Nacional de Informação. Os censores dependiam totalmente do Chefe de Governo, não recebendo ordens de qualquer outro departamento de Estado, para além da Presidência do Conselho.

Em Janeiro de 1962, uma circular instituíu que as referências a actividades estudantis deveriam ser censuradas. Todo o conteúdo político e social que fosse

contrário ao estabelecido pelo Estado, que preconizasse perturbações ou indisciplina seria eliminado.

No final da década de sessenta e início da década de setenta, já com Marcelo Caetano como Chefe de Governo, a Lei de Imprensa de 1971 estabelece que a Censura passa a denominar-se de Exame Prévio. A sua actuação abranda, o que parece ser resultado da política de abertura do regime. Apenas as mutuações políticas internas, nomeadamente a questão dos territórios ultramarinos e a guerra que se fazia sentir nos mesmos, justificavam a sua manutenção. Apesar desta relativa abertura, a liberdade de expressão continuava a não existir (Adão, 2012).

Na década de setenta existe já uma maior presença de jornalistas mais jovens e qualificados, assim como mulheres, existindo nas redacções uma forte tendência para a esquerda. A renovação de publicações hostis ao governo, como “República” e a publicação do “Expresso” contribuíram para o enfraquecimento do marcelismo. Estas duas décadas reflectiam em Portugal mudanças no jornalismo, consequência das mudanças sociais, tecnológicas e políticas (Baptista, 2009).

#### 2.3.5. A RÁDIO

Em Portugal, as primeiras experiências de radiofusão foram estimuladas pela Primeira Guerra Mundial. Em 1914, Fernando Gardelho Medeiros criou a Rádio Hertz, em Lisboa, embora tenha conhecido o fim pouco tempo depois. Posteriormente, surgia a Rádio Continental. Em 1923, Francisco e António Borges criam no Porto a ORSCEC, sendo que as emissões não eram feitas nas melhores condições, eram emitidas, por vezes, em instalações improvisadas (Espírito Santo, 1997). Em meados dos anos trinta, no ano de 1935, a rádio afirma-se enquanto meio de comunicação privilegiado. Era inaugurada neste ano a Emissora Nacional, através da forte influência do Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco. Dois anos mais tarde surgia a Rádio Renascença, criada pela Igreja Católica. Ao longo de quarenta anos seriam estas as principais rádios em Portugal. Salazar definia a rádio como um “pequeno aparelho que parece estremecer às menores vibrações da minha voz” (Afirmção proferida no discurso ‘A Constituição das Câmaras na evolução da República Portuguesa’, radiodifundido a 9 de Dezembro de 1934). A rádio demonstra a sua relevância essencialmente nos dois actos eleitorais desse ano, ou seja, nas eleições para a Assembleia Nacional e nas eleições Presidenciais, onde ambas as campanhas utilizaram a propaganda de uma forma intensa. À imagem de

Salazar junta-se agora a sua voz. No dia 4 de Agosto é inaugurada a Emissora Nacional, dirigida por Henrique Galvão<sup>45</sup>, que representaria um forte instrumento de propaganda ao serviço do Estado Novo.

A rádio funcionava não apenas como um instrumento de persuasão política mas sobretudo de propaganda. Para pessoas menos instruídas é um meio de fácil entendimento. É também um meio que facilita um contacto entre o público e cujas mensagens são respeitadas. Assim, em qualquer estratégia política, constitui um instrumento fundamental de persuasão e sobretudo de propaganda, no sentido em que atinge públicos cuja acessibilidade é-lhe quase exclusiva (Espírito Santo, 1997).

#### 2.3.6. O CINEMA

O regime de Salazar considerava o cinema um importante meio de propaganda. Seria uma forma fulcral de impor a sua doutrina. Fundamental para, numa primeira fase, informar, e numa segunda, educar. Para além disso não ignorava o facto do seu ministro da propaganda, António Ferro, ser um grande conhecedor da cultura cinematográfica. Reconhecia também o sucesso que a sétima arte estava a atingir noutros Estados fascistas- apesar de nem sempre se identificar com esses Estados e as suas acções (Torgal, 2011).

É importante mencionar que não era apenas nas ditaduras de direita que o cinema estava ao serviço da propaganda. Foi particularmente importante nos regimes comunistas onde o marxismo-leninismo e o estalinismo lutavam para a aquisição e manutenção poder. A União Soviética foi o primeiro país onde se produziu cinema com caracter propagandístico. Serge Eisenstein<sup>46</sup> é ainda lembrado como um dos mais importantes produtores de cinema propagandístico, tendo sido admirado por Goebbels, ministro da propaganda de Hitler.

---

<sup>45</sup> Antigo apoiante de Salazar, que desiludido com a evolução do Estado Novo, acabou por se revelar um forte opositor ao mesmo, acabando por ser exilado na Venezuela. Durante o exílio que começou a preparar o acontecimento que o tornaria célebre: o desvio de um paquete cheio de passageiros. Conhecido também pelo caso do “Santa Maria”, um navio onde viajava clandestinamente com o objectivo de chegar a Angola e aí provocar uma revolução, plano que acabou por se revelar na sua derrota, uma vez que as autoridades portuguesas foram avisadas das intenções de Henrique Galvão e outros revolucionários que participavam no mesmo.

<sup>46</sup> O mais célebre realizador soviético até à década de cinquenta do século XX e teórico de cinema.

O Estado Novo e a sua doutrina foram constantemente exibidos através de documentários que exaltavam a figura de Salazar, assim como as obras públicas desenvolvidas e o desenvolvimento agrícola. Eram igualmente exibidos eventos públicos referentes à vida cultural e política da nação, demonstrações de apoio ao regime, celebrações militares, entre outras comemorações.

É impossível negar que a vasta maioria dos filmes portugueses produzidos durante o Estado Novo transmitiam a ideologia vigente, de uma forma ou de outra era algo que estava sempre presente. O tema central nunca se afastava dos contornos do regime. Leitão de Barros, um dos cineastas mais importantes do Estado Novo, produziu “As Pupilas do Senhor Reitor” (baseado na obra homónima de Júlio Dinis), um retrato do mundo rural e da conciliação de classes. As elites sociais eram influenciadas pelos valores do mundo rural e pela virtude do trabalho. Era a expressão do nacionalismo português. No filme Maria Papoila, do mesmo cineasta, assistimos à conversão social e moral de um jovem boémio que se rende aos valores rurais, apaixonando-se por uma mulher simples. Deixando-se encantar pelo ambiente bucólico do campo.

Apesar de Salazar se insurgir contra a ideia de um nacionalismo exacerbado, a verdade é que a identidade portuguesa e a ideologia estiveram sempre presentes na produção cinematográfica do Estado Novo, especialmente até à década de 50, onde se suavizou a utilização da ideologia, sobretudo devido ao período que então se vivia com a derrota das Potências do Eixo com o fim da Segunda Guerra Mundial.

Apesar dos valores do regime estarem sempre presentes, apenas dois dos sessenta filmes produzidos durante o Estado Novo, nas décadas de trinta e quarenta, podem ser classificados como filmes propagandísticos, ao contrário do que acontecia na Alemanha e Itália, onde a maioria tinha essa classificação. São esses “A Revolução de Maio” (1937) e “O Feitiço do Império” (1940), ambos realizados por António Lopes Ribeiro, outro dos mais importantes cineastas do regime (Torgal, 2011).

O facto de o regime de Salazar se querer destacar como original no seio dos regimes totalitários pressupunha que a propaganda política era elaborada de forma diferente daqueles, dotando-se de uma linguagem própria. Foi realizado em 1937, A Revolução de Maio, num período de afirmação do Estado Novo, da luta anticomunista, perante a ameaça advinda da Guerra Civil de Espanha, onde a facção comunista tinha cada vez mais apoio. O filme assenta em quatro pontos: servir o cinema português;

servir o público português; servir a propaganda em Portugal; servir a política de Salazar. Retracta a história de, entre outras personagens, de César Valente, um revolucionário expatriado (denominado bolchevique). A personagem regressa a Portugal, vinda do Báltico, ficando implícita a ideia de que vinha da União Soviética, com a ideia de organizar uma revolução que teria lugar no dia 28 de Maio, de forma a neutralizar a data que tinha acabado com a 1ª República, iniciando a Ditadura Militar, a dar-lhe outro significado. No entanto, as suas ‘virtudes morais’ acabam por convertê-lo aos ideais do Estado Novo, realçando a ideia de que os virtuosos estão do lado do regime de Salazar, do lado do bem.

Outro filme considerado um marco do cinema português do período em estudo foi o Feitiço do Império. Realizado em 1940, um ano que marcou a propaganda política em Portugal, comemorava-se o duplo centenário, ou seja, a fundação de Portugal (1140) e a restauração da independência (1640). Acontecia a Exposição do Mundo Português. O filme assenta, mais uma vez, na ideia de conversão, a conversão de um luso-americano aos valores da pátria portuguesa, neste caso do território ultramarino. Pretende incentivar a emigração para as antigas colónias, tentando evitar a saída para outros países como os Estados Unidos da América. Luís, a personagem principal do filme acaba por repudiar os valores materialistas americanos a favor da África Portuguesa.

#### 2.3.7. A TELEVISÃO

Dependente da Emissora Nacional da Radiodifusão, existia o Grupo de Estudos de Televisão. Ao longo de três anos, o grupo foi produzindo material suficiente que justificasse um projecto de criação de televisão, pelo Governo. É publicado ainda em 1956 o Decreto-Lei nº. 40341 que promovia a constituição, através do Governo, de uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, emissora de um serviço público de televisão (Espírito Santo, 1997)

Ao contrário do então Ministro da Presidência Marcelo Caetano, Salazar não deu muita importância a este novo meio de comunicação. Poucas vezes foi visto na televisão, sendo que se destacam a recepção à Rainha Isabel II, aquando da sua visita a Portugal, em 1957, a despedida do Presidente Craveiro Lopes e o encontro com Francisco Franco.

Apesar de tudo, a sua descrença neste meio não o impediu de o controlar e utilizar a favor do regime. A informação televisiva funcionava para enaltecer o regime, adoptando-se um discurso protocolar. Muitas das notícias que vinham do exterior eram proibidas pela censura.

Na década de sessenta, a televisão continua ao serviço do Estado, as mutuações políticas internas que se faziam sentir nesta altura, bem como as fugas de Henrique Galvão e de Álvaro Cunhas da prisão, o exílio do Bispo do Porto e as manifestações do 1º de Maio, nunca foram mencionadas.

Era, essencialmente, Marcelo Caetano quem aparecia com frequência a representar o Governo neste novo meio de comunicação, Salazar permanecia na sombra (Silva, 2009).

#### 2.4. O REVÉS DO APARELHO PROPAGANDÍSTICO DO ESTADO

No período pós Segunda Guerra Mundial os aparelhos de propaganda do Estado Novo e as suas principais organizações acabam por sofrer um revés. Dá-se um processo de desfascização e também uma formalização das instituições de difusão ideológica, através de uma alteração dos seus métodos e objectivos (Rosas, 2001).

No final da Guerra Civil de Espanha e da Segunda Guerra Mundial, o Estado Novo demonstrou alguma apreensão relativamente à dinâmica fascizante das organizações que haviam sido criadas. Por exemplo, na Legião Portuguesa começa a reivindicar-se uma milícia idêntica às milícias de outros Estados fascistas, dotadas de armamento e autonomia que colocaria em causa a autoridade do exército tal como as outras instituições cuja função era estabelecer e manter a ordem. No caso da FNAT, os sindicalistas que a dirigiam insistem em manter tradições anti plutocráticas no que refere ao controlo ideológico de todo o sistema corporativo, quer do meio urbano, quer do meio rural, tal como do SPN. Por sua vez, na Mocidade Portuguesa, Nobre Guedes, o seu comissário nacional não escondia a sua admiração pelos ideais pró-nazis e insistia na militarização da mesma, copiando os rituais da Juventude Hitleriana. Ao mesmo tempo, entrava em conflito com a Igreja.

A fascização do regime é encarada com desconforto por parte da oligarquia tradicional em Portugal, dado que esta acreditava beneficiar da actividade do Exército e

da Igreja para manter a ordem. Encara por isso a militarização de outras organizações como causas de uma possível destabilização e de rotura de hierarquias. O interesse nacional estaria em causa.

No início da Segunda Guerra Mundial a Grã-Bretanha dominava as rotas do Atlântico, as rotas de ligação com o Ultramar Português. Era um importante garante da economia portuguesa. Mantinha-se como a nossa principal compradora, credora e fornecedora. Assim, a neutralidade de Portugal no conflito mundial seria fulcral para a continuação de uma boa relação entre ambos os países. Por isso, identificações excessivas com determinadas ideologias tinham que primar pela discrição, especialmente depois de 1942 quando se começou a avizinhar a vitória dos aliados. Era fundamental que o Estado Novo trouxesse as organizações de inculcação ideológica de volta à normalidade. O processo de militarização e o armamento de algum dos organismos estaria sob a tutela das forças armadas, dependendo do seu consentimento. Deveria também evitar-se o discurso ideológico de cariz radical, bem como proibir-se a excessiva concentração de poderes na direcção, quer ideológica, quer política, de alguma destas instituições (Rosas, 2001).

Este processo, no entanto, nunca colocou em causa a ideologia base do regime nem os objectivos iniciais de qualquer dos organismos. Apenas, as suas intenções de autonomia, militarização e radicalização foram suavizadas.

A Legião Portuguesa ficará sob tutela dos Ministérios da Guerra e do Interior, ficando a actuar como auxiliar do Exército e da Polícia Política. Torna-se num organismo excessivamente burocratizado que vai perdendo importância e popularidade com a chegada do final da Guerra. Também a Mocidade Portuguesa sofreu alterações. Nobre Guedes é substituído em 1940 por Marcelo Caetano, defensor do corporativismo e mais afastado dos ideais totalizantes do regime. Relativamente à FNAT, acabam-se as mobilizações do 1º de Maio, acabando, praticamente, esta data por sair do calendário do regime. Ficará a cargo apenas da ocupação dos tempos livres dos trabalhadores, tarefa dividida, a partir de 1945, com a JCCP. Mantem-se sob a tutela do SPN, que passa a Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI).

Apesar da reestruturação dos organismos do Estado, o projecto do Estado Novo foi apenas posto em causa com as alterações no paradigma socioeconómico nos anos cinquenta. As ideias de urbanização, industrialização e terciarização intensificavam-se,

dado o seu desenvolvimento noutros países. A Educação Nacional, bem como toda a estrutura corporativa do Estado substituíram o objectivo da criação do homem novo pelo da adaptação ao desenvolvimento económico. Também as actividades de lazer passaram a ser marcadas pelas actividades que preparassem os trabalhadores às novas condições socioeconómicas. O discurso propagandístico do regime teria que sofrer um processo de estruturação, causado pelas necessidades do curso da História (Rosas, 2001).

Salazar fazia-se acompanhar de um forte instrumento de divulgação e inculcação ideológica mas, para além disso, era, naturalmente, um génio da manipulação política. Ao longo da Segunda Guerra Mundial, apesar das pressões quer da parte dos Aliados, quer das potências do Eixo, manteve-se neutro (Maxwell, 1999). Durante algum tempo forneceu tungsténio e volfrâmio tanto à Alemanha, como aos Aliados. Em 1943, após uma vitória anunciada dos Aliados, cedeu a Base das Lages nos Açores aos Estados Unidos, o que garantiu a Portugal a integridade do império colonial e a entrada na NATO. Para além da entrada na NATO, Portugal acabou também por conseguir a integração no Plano Marshall e a adesão às Nações Unidas (Nunes, 2000).

## 2.5. MARCELO CAETANO

Marcelo Caetano, enquanto Ministro da Presidência, era visto diversas vezes na televisão a representar o Governo, enquanto Salazar primava pela discrição. O então Ministro da Presidência tinha, ao contrário do Presidente do Conselho, noção das potencialidades da televisão, especialmente como instrumento de propaganda política. Quando é indigitado Presidente do Conselho, por Américo Tomás, após o acidente de Salazar que acabou por o incapacitar, Marcelo Caetano estava plenamente consciente do poder que a televisão podia exercer, nomeadamente num período conturbado, de enormes fragilidades e mudanças sociais. Como imagem do Regime, encarrega-se de estabelecer a comunicação com os portugueses, lançando o programa “Conversas em Família”, criado por Ramiro Valadão, Presidente da RTP, na altura- a primeira emissão seria a 8 de Janeiro de 1969. A partir deste ano de 1969, a televisão teve um importante papel na campanha eleitoral, sendo transmitidos diversos diários onde Marcelo Caetano propagava a sua máxima da evolução na continuidade, como sendo a única política viável.



O então Presidente do Conselho pretendia apenas modernizar a ditadura e não chegar à democracia. No entanto, o país estava diferente, deram-se mudanças sociais, económicas e culturais, assim como o mundo também tinha mudado, a conjuntura internacional alterara-se. A comunidade internacional não apoiava o regime ditatorial que se vivia em Portugal, nem a política colonial perpetuada até então. Assim, seria necessário começar a demonstrar-se uma certa tolerância e abertura em termos informativos, sendo que a imprensa começa a utilizar metáforas para tocar em temas como a política e os políticos. Começa a ser permitida a transmissão de notícias do exterior ou notícias acerca dos exilados opositores do Governo, demonstrando-se, por parte do então Chefe de Governo, uma forte capacidade de instrumentalização dos órgãos de comunicação, colocando-os ao serviço dos seus objectivos políticos (Silva, 2009).

O controlo exercido pelo Marcelismo sobre os media, especialmente sobre a televisão, era evidente. Marcelo Caetano acabou por se revelar um manipulador exímio dos meios de comunicação social, utilizando-os em prol da sua estratégia política, enquanto Salazar os utilizou por uma questão moral, para difundir a verdade e os valores em que acreditava, estes estavam ao serviço da educação da Nação.

### **3. OS PRESIDENTES DA REPÚBLICA DO ESTADO NOVO**

#### **3.1. A RELAÇÃO COM ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR E MARCELO CAETANO**

O golpe de Estado de 28 de Maio de 1926 que acabou por derrubar o regime liberal da Primeira República não se revelou como uma alternativa viável ao mesmo. Várias correntes surgiram neste período, então conhecido como Ditadura Militar. Uma das correntes é a do liberalismo conservador, dos partidos republicanos conservadores. Pretendiam a reforma da Constituição de 1911, defendendo um regime presidencialista que iria limitar o sistema parlamentar. Outra corrente era a do conservadorismo autoritário, vincadamente antiliberal, propunha a criação de um regime autoritário que acabasse com o sistema de partidos. Ambas as correntes se baseavam no corporativismo católico. Existia também a corrente da direita radical, cuja proposta seria a rotura completa com o sistema liberal. O objectivo seria a criação de um Estado Nacionalista, com base no corporativismo integral.

Entre as várias forças que apoiavam a Ditadura sobressai o Centro Católico que constitui um forte grupo de pressão, só neutralizado nos anos trinta com a entrada de Salazar para a pasta das Finanças. Os republicanos conservadores, por sua vez, conseguiam deter uma forte influência sobre o Exército, principalmente sobre alguns generais, que mais tarde se opuseram a Salazar.

A Ditadura Militar falhou, tendo sido alvo de diversas tentativas de golpes de Estado, não só dos republicanos mas também da ala conservadora da direita. Ao nível governamental, existia um núcleo de generais mais conservadores que se reunia em torno do general Óscar Carmona, que conseguia, no entanto, consolidar a autoridade e a ordem, apesar da crise financeira que se vivia. Neste ambiente, Salazar era nomeado ministro das Finanças, tendo no entanto poderes sobre outros ministros, após negociação com Óscar Carmona.

Em 1930 era publicado o decreto-lei que instituía a União Nacional que iria agregar os sectores da sociedade, as forças civis que apoiavam o novo regime. Em 1933, a Constituição proclamava Portugal uma República unitária e corporativa. Óscar Carmona mantinha-se como Chefe de Estado, tendo desempenhado por diversas vezes um papel de mediador entre Salazar e os Militares. A Constituição consagrava um Presidente eleito através do sufrágio directo, por mandatos de sete anos.

A censura eliminaria qualquer hipótese de conflito, a polícia política fora reorganizada. Tudo através do apoio de generais e do Ministério do Interior, ignorando-se possíveis vozes opositoras vindas da “rua”. Em 1934, o liberalismo político estava esquecido, bem como substituídas as velhas instituições republicanas. As novas instituições do Estado Novo foram estabelecidas na Constituição de 1933, que mantinha formalmente as liberdades e os direitos dos cidadãos mas que simultaneamente os eliminava através da regulamentação governamental. Os partidos eram eliminados, ainda que a liberdade de associação se mantivesse.

António de Oliveira Salazar seria o Presidente da União Nacional, seria ele a nomear os deputados. A Constituição atribuía escassos poderes à Câmara dos Deputados e nenhuns à Câmara Corporativa, onde Salazar nomeava a maioria dos membros. Mantendo o Presidente da República eleito por sufrágio directo e um Presidente do Conselho de Ministros, Salazar respondia apenas perante o Chefe de Estado. O que representava um possível revés ao poder absoluto daquele. Ao ser ocupada por um general, a Presidência da República era uma herança advinda da Ditadura Militar que poderia causar problemas ao Presidente da União Nacional, especialmente no Pós Segunda Guerra Mundial, no entanto a sua função de Presidente do único partido existente, a União Nacional, dava-lha, na prática, o poder de escolher o Chefe de Estado.

Salazar era um ultra conservador que recusava a democracia e os seus princípios ideológicos. Tinha sobretudo uma visão tradicionalista e católica acerca da sociedade. Guiou o destino do país com a consciência de que a modernização era inevitável, no entanto, tudo fez para a combater em prol do bem comum da Nação e dos valores que a modernização poderia ameaçar (Pinto, 2001).

### 3.1.1. ÓSCAR CARMONA<sup>47</sup> (24 de Novembro de 1869 - 18 de Abril de 1951)

Toma posse em 1926 pela primeira vez, sendo que em 1928 vai às urnas para legitimar o seu poder. O papel de Óscar Carmona na consolidação do Estado Novo foi fundamental, tendo desempenhado um papel activo no processo que levou à institucionalização do mesmo. Foi o Presidente responsável pela escolha de António de Oliveira Salazar para Ministro das Finanças, embora não mantivesse relações pessoais

---

<sup>47</sup> Presidente eleito em quatro mandatos: 1928-1935/ 1935-1942/ 1942-1949/ 1949-1951

com o mesmo, e posteriormente para Chefe do Governo. Proporcionou a sua ascensão e acabou por ser ultrapassado por ele.

Dia 25 de Março de 1928, após a aprovação do decreto 12704, Óscar Carmona é eleito Presidente da República embora exercesse desde 1926 a chefia do Ministério. Juntamente com António de Oliveira Salazar, já no cargo de Ministro das Finanças organiza uma reforma financeira e uma reorganização política no país. A relação entre ambos passa a ser uma relação de dependência. Carmona será uma espécie de garante das relações entre Salazar e as Forças Armadas, sendo fundamental na implementação do Estado Novo, apesar da já praticamente certa liderança de Salazar na condução da Ditadura Militar nos anos que antecedem o Estado Novo.

Estabelecida a relação entre ambos, Salazar procura não entrar em conflitos, sobretudo com o exército, sendo que para tal o papel do Chefe de Estado mostra-se fundamental. No entanto, sobretudo a partir do mandato que tem início em 1935, após um afastamento das questões fundamentais do regime, Óscar Carmona vai perdendo importância política. Todos os seus discursos ou assuntos jurídicos passam primeiro por Salazar, as decisões governamentais são decididas por este, embora formalmente acordadas com Carmona. Com o início da Segunda Guerra Mundial, o papel do Chefe de Estado volta a ser relevante. A sua actividade acaba por gerar alguma estabilidade perante as ameaças, quer do conflito mundial, quer da Guerra Civil de Espanha, juntamente com as pretensões anglo-germânicas relativamente ao ultramar português. Com o objectivo de afirmar a coesão do império colonial, Carmona demonstra soberania em deslocações a África e Ponta Delgada, receando uma ocupação norte-americana nos Açores.

O Presidente Carmona passa a ser visto como um importante meio de propaganda do regime, divulgando os valores apregoados pelo aparelho de inculcação ideológica, tais como a defesa da pátria e da família portuguesa. Em 1942, Salazar propõe a sua reeleição, sendo que este terceiro mandato é marcado por mutuações políticas internas. As vozes da oposição fazem ouvir-se. Em 1946, a Junta Militar de Libertação Nacional planeia, através de uma plataforma civil-militar, um golpe de estado, cujo objectivo seria pressionar Óscar Carmona a demitir o Governo. A abertura a conversações com a oposição levou a que a relação entre o Chefe de Estado e o Chefe de Governo ficasse mais tensa, embora não fique totalmente arruinada, uma vez que o

Regime conseguiu resolver as questões relativas à tentativa de golpe. Após a desistência do General Norton de Matos às eleições presidenciais de 1949, Óscar Carmona é novamente eleito Presidente da República. A sua eleição era vista como uma forma de assegurar Salazar no Governo, ao mesmo tempo que os Monárquicos a encaravam como uma possibilidade de, após a morte de Carmona dada a sua idade avançada, restauração do regime monárquico.

O mandato do seu sucessor, Craveiro Lopes, demonstra o quão importante foi o seu papel como garante do apoio ao regime e ao Chefe de Governo. Uma presidência pautada pela protecção ao Estado Novo, mesmo no período de transição da Ditadura Militar, e na sua consolidação. Apesar dos tímidos contactos com a oposição, os objectivos políticos internos e a estabilidade do regime foram assegurados.

No entanto, ao longo do exercício dos seus mandatos, a actividade de Óscar Carmona nos assuntos do Estado diminuiu drasticamente. A concentração das pastas fundamentais em Salazar, dada a situação delicada causada pela Guerra Civil de Espanha e pela Segunda Guerra Mundial, acabou por causar divergências entre ambos. Sendo que o Presidente da República terá mesmo tido contactos com a oposição, nomeadamente com figuras do Movimento Unitário Antifascista (MUNAF) e do Movimento de Unidade Democrática (MUD), revelando uma certa abertura que não agradava ao primeiro. Muitos opositores ao regime afirmavam ter sido influenciados por Carmona. Ambos tinham a noção de que não estavam de acordo em muitos assuntos, especialmente ao longo da década de quarenta, tendo havido um afastamento público entre eles. Sendo que a reconciliação culmina com a atribuição do título de Marechal a Óscar Carmona em 1947 e com a aceitação deste para uma nova candidatura à presidência, enfrentando pela primeira vez um opositor, o que resultou de uma abertura consequente do final da Segunda Guerra Mundial. O opositor seria então o General Norton de Matos, que acabou por desistir das eleições por considerar que estas não eram livres o suficiente. Assim, em 1949, Carmona seria “eleito” para mais um mandato, que culminaria com a sua morte em Abril de 1951.

Óscar Carmona era fundamental para o regime uma vez que sabia jogar com as relações entre os militares, as relações entre estes e os políticos, e com as relações entre monárquicos e republicanos. Tinha a capacidade de reunir consensos, e talvez por isso

nunca tenha sido afastado da mesma forma como Salazar afastou Craveiro Lopes, o Presidente que lhe sucedeu.

### 3.1.2. CRAVEIRO LOPES (12 de Abril de 1894 - 2 de Setembro de 1964)

O Presidente Francisco Craveiro Lopes foi o único a ocupar o lugar de Chefe de Estado do regime de Salazar por apenas um mandato, acabando por conspirar contra este poucos anos depois de ocupar o cargo.

Após uma campanha eleitoral pouco acesa, onde os candidatos da oposição são proibidos de concorrer pelo Conselho do Estado, ou desistem pela falta de seriedade do acto eleitoral, Craveiro Lopes é investido Presidente da República Portuguesa. Seria um presidente que gozaria de pouco apoio entre os mais acérrimos defensores do regime. A sua acção era essencialmente protocolar, pautava por uma certa distância das questões políticas. Era pouco popular. A sua base de apoio era essencialmente a ala militar e os marcelistas, no entanto este suporte revelou-se insuficiente para o garantir como candidato da União Nacional a um segundo mandato.

Após a morte de Óscar Carmona procurava-se alguém para lhe suceder na Presidência da República, esse alguém acaba por ser Francisco Craveiro Lopes, desconhecido dos holofotes políticos até então. Apresentava-se como uma pessoa honesta e alheia à manipulação política. Por esta altura já se falava numa possível substituição de Salazar. Craveiro Lopes reunia consenso entre o regime e a oposição, neste período conturbado que já se vivia no Estado Novo. Acabou por ser o único candidato uma vez que Quintão Meireles, seu opositor, acaba por desistir das eleições pelo mesmo motivo de Norton de Matos, ou seja, não as consideravas suficientemente livres.

Pouco tempo depois da sua tomada de posse, em 1951, os problemas surgiram. A relação entre o Presidente da República e o Presidente do Conselho eram essencialmente formais, nunca tiveram uma saudável relação pessoal, não existia empatia entre ambos. Sendo que ao longo dos anos o então Presidente da República sente-se cada vez mais humilhado, via os seus discursos alterados e as suas convocações ignoradas, bem como os seus projectos recusados. A passividade estava a desconcertá-lo, era um militar, estava habituado à acção. Agora era meramente um símbolo. A oposição começava a apoiá-lo, sentia-se um sinal de mudança. Recebia com frequência cartas, eram-lhe solicitadas audiências. Debatia a falta de liberdade de expressão, a

questão do sufrágio, e a censura. Isto desagradava ao regime que pretendia que o Presidente da República tivesse um papel passivo, que fosse um mero símbolo. Era urgente que se começasse a denegrir a sua imagem, para que se justificasse a sua substituição.

Chegava o ano de 1958, ano de eleições presidenciais. Craveiro Lopes é afastado, surge em cena para o substituir Américo Tomás, escolhido pela União Nacional. Santos Costa considerava imprudente e até mesmo de alguma gravidade a reeleição de Craveiro Lopes, uma vez que acreditava que este estaria, juntamente com Marcelo Caetano, a planear demitir Salazar, o que poderia acontecer uma vez que tinha o apoio dentro das Forças Armadas, nomeadamente com o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Botelho Moniz. Por sua vez, os marcelistas defendiam a reeleição, considerando que a escolha de outro candidato poderia levar a uma grave crise política. Mais uma vez, Salazar mostra as suas capacidades diplomáticas. Em 1958 convoca os seus conselheiros privados. Após a reunião acaba por escolher o nome de Américo Tomás, almirante e Ministro da Marinha, como candidato da União Nacional às eleições desse ano. No entanto, não informa Craveiro Lopes da decisão dizendo-lhe apenas que há oposição à sua recandidatura, afirmando não ser essa a sua posição fazendo-o acreditar de que terá o seu apoio. Dia 2 de Maio, Craveiro Lopes é formalmente informado de que não será o candidato da União Nacional, o que causa um forte ressentimento pessoal e político entre o então Presidente da República e o Chefe do Governo.

Craveiro Lopes aproxima-se dos reformistas, bem como da conspiração contra o regime. Inconformado, acaba por participar no golpe militar de 13 de Abril de 1961- que acabou por ser descoberto por Salazar, ficando assim sem efeito o desejo de reforma do regime e de alteração da política ultramarina.

### 3.1.3. AMÉRICO TOMÁS<sup>48</sup> (19 de Novembro de 1894 - 18 de Setembro de 1987)

Pouco antes de ser tomada a decisão final sobre qual o candidato da União Nacional que seria apresentado para a corrida à Presidência da República, Américo Tomás é ouvido por Salazar como Ministro da Marinha. Na reunião mostra-se contra a reeleição de Craveiro Lopes. Pouco depois, Américo Tomás é anunciado como candidato. Com uma campanha eleitoral apagada, os seus discursos eram meramente circunstanciais. O

---

<sup>48</sup> Presidente eleito para três mandatos: 1958-1965/ 1965-1972/ 1972-1974

protagonismo ia para outras figuras do regime, nomeadamente Salazar, a campanha era ele. Tomás perdia contra o carisma e audácia de Humberto Delgado, o seu opositor à eleição presidencial.

Américo Tomás foi o candidato escolhido pela União Nacional para suceder a Craveiro Lopes. Pela primeira vez um candidato da oposição levou as eleições até ao fim, o General Humberto Delgado. As proporções que estas eleições tomaram assustaram o Regime, devido ao descontentamento popular e ao apoio que era manifestado a Humberto Delgado. No entanto, Américo Tomás acaba por ser eleito. Sendo que para evitar novos contratempos, medidas tinham que ser tomadas e eis que, pela Lei nº 2100, de 29 de Agosto de 1959, o acto eleitoral sofre um revés, o Presidente da República passaria a ser eleito por um colégio eleitoral restrito. Este colégio eleitoral elegeu Américo Tomás para Presidente da República, em Julho de 1965. O Presidente foi eleito por sufrágio indirecto, sem concorrência. Em 1972, é eleito novamente, exercendo o cargo de Presidente da República até ao 25 de Abril de 1974, que põe fim ao regime do Estado Novo.

O primeiro mandato de Américo Tomás foi essencialmente marcado por inaugurações, visitas oficiais e actos protocolares, onde proferia discursos que acabariam por ser alvo de chacota popular, dada a sua falta de conteúdo. A primeira vez, e das poucas, que intervém a nível político prende-se com a tentativa de golpe de estado, orquestrado por Botelho Moniz e outros militares, em Abril de 1961. Na sequência desta tentativa acaba por demitir as principais chefias das Forças Armadas.

Durante os seus mandatos vivia-se um período conturbado, embora apenas uma situação o tenha feito agir utilizando as suas prerrogativas presidenciais- a substituição de António de Oliveira Salazar, em 1970. Em Setembro de 1968, dá-se o acidente de Salazar, ficando este impossibilitado de continuar na Chefia do Conselho. Américo Tomás ficará encarregado de continuar a missão da defesa da integridade da Nação e da manutenção do território ultramarino, o que era defendido pela direita conservadora. Na sequência desta missão, qualquer tentativa de reforma ou modernização teria a oposição do Chefe de Estado, apesar da chegada ao poder do reformista Marcelo Caetano, como substituto do Chefe de Governo. A elite económica e social, os diplomatas, os comandos militares, todos pareciam estar a favor da nomeação de Marcelo Caetano, desde que este não pusesse em causa a política colonial levada a cabo até então, assim



como o esforço de guerra. Assim, Caetano irá limitar-se e recuar, de modo a não evitar roturas, bem como a possibilidade de guerra civil, perpetuando a evolução na continuidade.

Esta fora uma escolha que nunca agradou a Américo Tomás, uma vez que este considerava Caetano demasiado reformista. Havia receio de uma alteração relativamente à questão do Ultramar se o regime sofresse uma reforma. Assim, o novo Chefe de Governo foi obrigado a comprometer que não colocaria em causa a política colonial (Pinto, 2001).

Com o Golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, Américo Tomás é destituído, sendo posteriormente exilado para o Brasil, tendo regressado a Portugal em 1980, sob consentimento de Ramalho Eanes, o então Presidente da República.

## **4. ANÁLISE AOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DE TOMADA DE POSSE DURANTE O PERÍODO DO ESTADO NOVO**

### **4.1. NOTA METODOLÓGICA**

A análise de conteúdo surgiu nos Estados Unidos, no início do século XX, a partir do desenvolvimento da comunicação social no país. Esta técnica de investigação rapidamente passou a ter uma importância fulcral na propaganda política. A área pioneira na sua aplicação foi o jornalismo. Os conteúdos da mensagem ou os conteúdos relacionados com o comportamento e atitudes, nomeadamente dos políticos fazem parte do conjunto de temas que podem ser objectos de uma investigação através da análise de conteúdo. Como técnica de investigação em ciências sociais, é uma das mais utilizadas neste mesmo âmbito. Permite a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação (Berelson, 1952). Diversos autores foram, ao longo do tempo, dando os seus contributos relativamente a esta técnica de investigação, tentando defini-la.

A referência a Krippendorff em análise de conteúdo é fundamental pela sua visão fortemente qualitativa da técnica, não descurando, no entanto os processos quantitativos. Daí a referência ao mesmo. De acordo com este autor, a análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem como objectivo efectuar inferências a partir dos dados do seu contexto. Destaca a potencialidade desta técnica para a obtenção de um forte conhecimento dos conteúdos. Os métodos qualitativos provaram ser uma ferramenta eficaz em áreas como a comunicação e a propaganda. O facto de os conteúdos poderem ser analisados nos seus variados significados é uma vantagem da análise de conteúdo na sua abordagem qualitativa (Krippendorff, 1980).

Por sua vez, Romero define a análise de conteúdo como uma técnica que consiste na utilização de métodos e instrumentos utilizados pelos investigadores da comunicação e da informação aquando do seu objectivo de analisar e explicar quantitativa e qualitativamente as formas e os significados das ideias ou palavras que ao serem difundidas podem provocar reacções no auditório a que se dirigem (1991).

Para Weber, a análise de conteúdo é um método de investigação que se serve de determinados procedimentos para fazer inferências a partir do texto. Segundo o mesmo, destaca-se a componente interpretativa e simbólica desta técnica. Nota-se a influência de Berelson aquando das potencialidades das inferências. De acordo com Weber, as

mesmas referem-se aos emissores da mensagem, à mensagem em si e à audiência da mensagem (Weber, 1990).

O objectivo da análise de conteúdo é efectuar inferências com base numa lógica explicitada sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas. Os dados de que o analista dispõe são dados que se encontram já dissociados da fonte e das condições gerais em que foram produzidos. Este dispõe os dados tendo em conta os objectivos e o objecto de pesquisa, sendo que para proceder a inferências através dos mesmos recorre a um sistema de análise na qual a articulação dos conceitos permite formular as regras da inferência. Acaba por ser uma desmontagem do discurso e a produção de um novo discurso. É uma técnica de tratamento da informação que se pode integrar em qualquer tipo de procedimento de investigação e servir diferentes níveis de investigação. Tendo a vantagem de dar ao investigador a possibilidade de trabalhar sobre documentos históricos, entrevistas, conteúdos dos media, ou seja sobre importantes fontes de informação.

Parte da interpretação pessoal por parte do investigador tendo em conta a percepção que o mesmo tem relativamente aos dados, acabando por ser uma interpretação do mesmo. O contexto da investigação deve estar sempre presente, sendo que não existem limites para delimitar o contexto da análise, depende do investigador, dos objectivos e dos materiais de análise. É uma técnica que deve ter em conta a análise dos textos nos seus elementos característicos e ao mesmo tempo os factores que estão por detrás dessas características.

Quando se trata de uma análise de conteúdo é frequente distinguir-se dois grupos de técnicas documentais: as técnicas clássicas, que propiciam uma análise qualitativa em profundidade, e as técnicas modernas, com uma base quantitativa que abrangem um campo de estudo mais amplo. As técnicas clássicas têm como pilares as análises históricas e literárias, embora se adaptem à perspectiva disciplinar onde são utilizadas. As técnicas clássicas são, geralmente, auxiliadas por técnicas quantitativas, onde se utilizam processos estatísticos de forma a garantir uma análise mais rigorosa, e pela análise de conteúdo, cujo objectivo é reunir significações e não se limitando apenas ao significado literal do texto escrito. Acaba por ajudar a desvendar o sentido do texto, a mensagem que este transmite, permitindo também captar o contexto ideológico do mesmo (Almeida, 1975).

A escolha da utilização da análise de conteúdo prende-se com o facto de esta ser uma técnica de investigação em ciências sociais que tem como objectivo a sistematização da informação, tendo em conta processos de codificação, categorização e inferência. Este método de investigação é dotado de três instrumentos conceptuais básicos, as categorias, os indicadores e as unidades de análise. Relativamente às categorias, estas são sistematizadas de acordo com os seguintes princípios: homogeneidade; exaustividade; exclusividade; objectividade; e pertinência, ou seja adequação aos objectivos ou conteúdos. No que respeita aos indicadores, estes constituem as ideias-chave que se enquadram num plano concreto quando comparadas com as categorias. Sendo que as unidades de análise são elementos ainda mais concretos que os indicadores. A hipótese possibilita a definição das categorias que a sistematizam, posteriormente, os indicadores constituem elementos que se posicionam entre as categorias e as unidades de análise. Por fim, retiram-se os elementos que se enquadram nas unidades de análise, que ajudam a fundamentar a hipótese e a sua confirmação ou refutação.

Relativamente às etapas da organização de uma análise de conteúdo, podemos definir três: Pré-análise, onde se dá a leitura e recolha dos dados e se formam os objectivos; A Exploração do material, onde são implementadas as decisões tomadas na fase anterior; e o tratamento dos dados (Bardin, 1977).

A codificação, a categorização, a inferência, o tratamento dos dados e a análise e a apresentação dos resultados são os cinco processos que constituem a análise de conteúdo. A codificação, que se traduz num conjunto de operações precisas que procuram a sistematização de objectivos e a confirmação de hipóteses, é necessário saber porque se analisa e explicá-lo, para que se possa saber qual a melhor forma de análise; a categorização permite classificar elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, posteriormente, por reagrupamento segundo o género. Tem em conta o campo semântico (significado), o campo sintáctico (de acordo com categorias gramaticais). Este processo pode ser desencadeado de duas formas. Ou seja, de acordo com um sistema de caixas, que consiste na integração e organização das categorias à medida que as mesmas vão sendo seleccionadas; e de acordo com um sistema de milhas, que compreende uma classificação progressiva das categorias, sendo que a divisão por critérios diversos é completada no final da sistematização integral do material em análise. No que respeita à inferência, traduz-se num processo que visa a

acepção de significados latentes que não são acessíveis numa análise quantitativa, procura a concretização de uma componente interpretativa por parte do investigador. Neste processo é pressuposto que fiquem claros conceitos que podem fundamentar os significados relativos à descrição e leitura dos dados. A categorização tem como objectivo primordial fornecer uma representação simplificada dos dados em bruto. A análise de conteúdos baseia-se na crença de que a categorização dá a conhecer informações que não eram facilmente apreendidas apenas com os dados brutos (Bardin, 1977).

A presente dissertação foca-se na análise de conteúdo dos discursos de tomada de posse dos Presidentes da República Portuguesa durante o período do Estado Novo, portanto, entre 1933 e 1974<sup>49</sup>. O objectivo foi verificar quais os valores predominantes nos mesmos, no que refere a representações político ideológicas, ou seja, o posicionamento do país no momento em estudo, a representações de carácter, através da referência aos valores predominantes, a sistemas e estruturas sociais e a instituições e referentes políticos. Quando se analisam mensagens ou discursos políticos, determinadas palavras ou expressões têm que ser contextualizadas de forma a ser compreendido o seu verdadeiro significado. Assim, a referência ao contexto é fundamental.

A pergunta de partida para o desenvolvimento da análise foi “Quais os principais valores, instituições, estruturas, contextos e entidades mencionados ao longo dos discursos presidenciais de tomada de posse, durante o período do Estado Novo?”. Em termos metodológicos estabeleceram-se as seguintes hipóteses: Os valores expressos ao longo dos discursos de tomada de posse vão ao encontro daquilo que era apregoado pelos aparelhos de inculcação ideológica não se verificando indícios de discórdia; As principais instituições e referentes políticos do Estado Novo eram mencionados pelos Presidentes da República tendo em conta a importância que lhe era atribuída pelo Chefe do Governo; As referências ao contexto em que o discurso era proferido reflectiam o posicionamento político ideológico do país naquele preciso momento influenciando a escolha das palavras nos discursos; Os sistemas e estruturas sociais mencionados eram aquelas que serviam de base à sociedade do Estado Novo, ao qual eram fundamentais.

---

<sup>49</sup> Foram também considerados e analisados os discursos do Presidente Óscar Carmona, de 1926 e 1928, uma vez que este continuou como Chefe de Estado durante parte do período em estudo.

No decorrer da investigação os limites colocaram-se sobretudo com a falta de documentação relativa à análise em questão e com o facto de alguns dos discursos presidenciais de tomada de posse terem uma revisão prévia por parte de António de Oliveira Salazar, Chefe de Governo, o que fez com que a fidelidade dos mesmos se perdesse

Optou-se pela técnica de investigação análise de conteúdo essencialmente na sua vertente quantitativa, uma vez que foram efectuadas contagens e os resultados se basearam na frequência dos indicadores, embora também tenha sido utilizada a variante qualitativa, dado que os objectos de análise se centram na comparação dos indicadores e categorias ao longo do período em estudo, tendo em conta também a simbologia por detrás da mensagem política em cada discurso. Convém também mencionar que uma análise qualitativa não nega qualquer forma de quantificação, sendo que ao longo do presente estudo foram efectuadas contagens para se verificar a frequência com que determinados indicadores iam sendo apresentados, apenas a frequência com que os índices são retidos não é tão elevada quanto a análise quantitativa. Baseia-se na presença de um tema, personagem ou palavra, e não na sua frequência. A presença ou ausência de um determinado indicador pode ser significativa. Para determinadas mensagens e o objectivo da sua análise a ausência pode ser uma variável importante (Bardin, 1977). Para além de um levantamento quantitativo, encontraram-se, assim, vantagens na aplicação da variante qualitativa.

Foi um estudo que se baseou fortemente no processo de categorização, previamente mencionado. As categorias foram sistematizadas de acordo, essencialmente, com o princípio da pertinência. Os principais valores encontrados foram transformados em indicadores que foram posteriormente agrupados em categorias, através do sistema de milhas, que compreende uma classificação progressiva das mesmas. Quando foi feita a escolha das categorias e respectivos indicadores foi tida em consideração a sua relevância aquando do período em questão. As categorias definidas foram as representações de carácter, dentro das quais se incluíram os critérios: provincialismo, modéstia, bondade, capacidade realizadora, espírito de sacrifício, tradição e virtude; as representações político ideológicas, cujos indicadores são: 28 de Maio, Primeira República, união/coesão nacional, bem comum da nação, integridade territorial, interesse nacional, patriotismo, comunismo, relações internacionais, mudança/evolução, ocidente, atraso socioeconómico, e governo da ditadura; As instituições e referentes

políticos, onde se inseriram os seguintes indicadores: pátria, nação, Constituição, Estado Novo e Forças Armadas; Os contextos, países e organizações, com os indicadores: ambiente internacional conturbado, mutuações políticas internas, ultramar, mundo português, Europa e América; Os sistemas e estruturas sociais, dentro das quais trabalho e família são os respectivos indicadores; As entidades/personalidades religiosas e políticas, com os indicadores trabalho e família; E a sociedade civil, com o indicador povo português. Esta estrutura teve como base o estudo efectuado pela Professora Paula Espírito Santo, *A mensagem nos discursos presidenciais de tomada de posse: 1976-2006*, uma vez que este, apesar de em períodos temporais distintos, se baseou igualmente na análise de discursos presidenciais de tomada de posse.

Ao longo dos discursos foram surgindo valores, instituições, bem como referentes políticos que poderiam ter sido incluídos em alguma categoria mas que por uma questão de irrelevância não foram considerados na análise final. Foi objectivo seguir regras que proporcionassem sobretudo a objectividade e produtividade na construção do instrumento metodológico, de forma a ser produzida uma boa estrutura analítica e comunicacional, tendo em conta o material em estudo e os objectivos da análise proposta.

#### 4.1.1. VALORES PREDOMINANTES AO LONGO DOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DE TOMADA DE POSSE DO PRESIDENTE ÓSCAR CARMONA



O Presidente Óscar Carmona é considerado um importante meio de propaganda do regime, divulgando os valores apregoados pelo aparelho de inculcação ideológica, tais como a defesa da pátria, do trabalho e da família portuguesa. Os seus mandatos foram pautados pela protecção ao Estado Novo, desde o período de transição da Ditadura Militar até à consolidação do mesmo. Óscar Carmona era fundamental para o regime uma vez que sabia jogar com as relações entre os militares, as relações entre estes e os políticos, e com as relações entre monárquicos e republicanos. Foi durante grande parte dos seus mandatos um garante de estabilidade nas relações entre Salazar e as Forças Armadas.

Óscar Carmona foi um dos principais obreiros do Golpe de Estado de 28 de Maio de 1926, tendo tido um papel fulcral no Governo da Ditadura Militar. O seu primeiro discurso de tomada de posse como Presidente da República Portuguesa foi dia 16 de Novembro de 1926.

“O movimento militar de 28 de Maio, executado com patriótica e admirável decisão, pelo glorioso Exército português da terra e mar, numa explosão unânime de revolta contra erros inveterados da governação do Estado” (Primeiro parágrafo do



discurso de tomada de posse de 1928); “ (...) um movimento geral e profundo da opinião pública pôs fim a uma crise política que, pela sua longa duração e intensidade, vinha enfraquecendo e anarquizando as forças estruturais do País” (Terceiro parágrafo do discurso de tomada de posse de 1935). As representações Politico Ideológicas, categoria dominante ao longo dos seus discursos de tomada de posse, eram assim marcadas por indicadores como o 28 de Maio, e a sua exaltação, e a Primeira República, como representante do caos e da desordem.

Ainda dentro da categoria previamente mencionada, o indicador Patriotismo teve também especial preponderância: “Tenho confiança na solidariedade patriótica dos portugueses e nos sacrifícios heróicos e devotados (...) ”- segundo parágrafo do discurso presidencial de tomada de posse de 1926; “Sei que posso contar com esta admirável força patriótica (...) ”- sétimo parágrafo do discurso presidencial de tomada de posse de 1942.

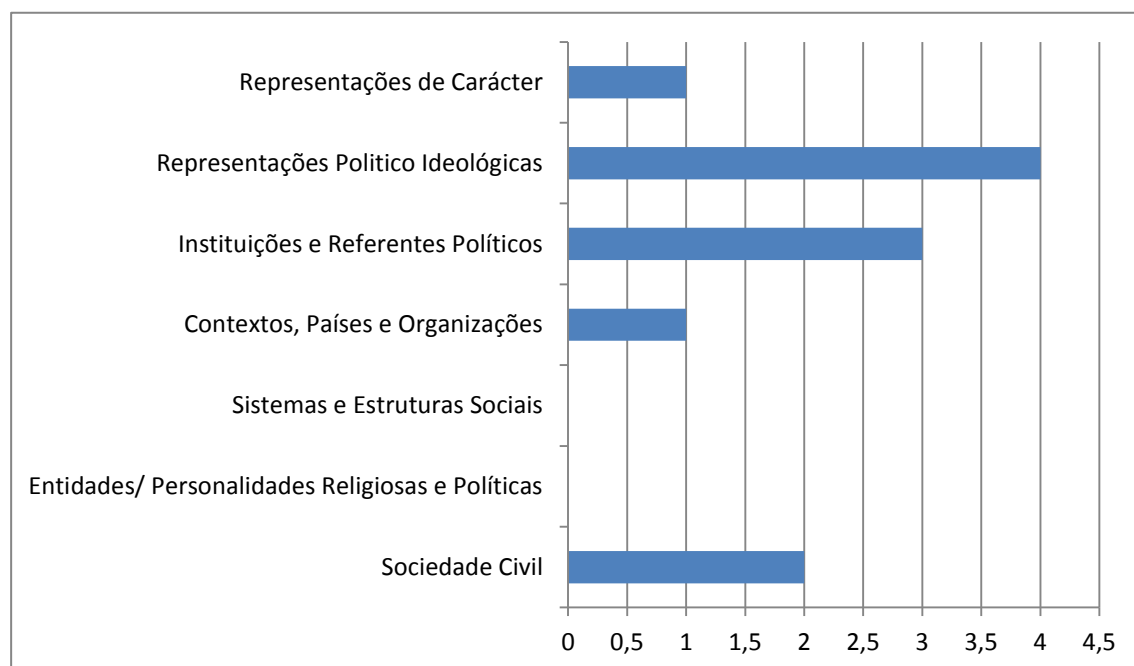
A categoria Instituições e Referentes Políticos é a segunda mais mencionada ao longo dos discursos do Presidente Óscar Carmona, sendo que o indicador Nação é o mais mencionado: “Iniciou-se e já vai longe a obra da reconstrução moral e material da Nação e esta readquiriu a confiança nos seus próprios destinos, sobretudo depois que pôde ver a sua actividade apontada como exemplo a povos de mais relevo na cena mundial” (Quinto parágrafo do discurso presidencial de tomada de posse de 1942). No entanto há que fazer referência aos indicadores Pátria e Forças Armadas (cuja menção é feita no primeiro parágrafo do discurso de tomada de posse de 1928), dois importantes referentes políticos, também referenciados nos discursos do Presidente Óscar Carmona. No penúltimo parágrafo do discurso de tomada de posse de 1942, o Presidente eleva a Pátria a algo transcendente: “Vale a pena (...) viver e morrer por uma Pátria que ainda na hora em que parece que o Mundo tudo despreza e tudo subverte, encontra justos motivos para o respeito de outros povos”.

Na categoria Contextos, Países e Organizações, o indicador Ambiente Internacional Conturbado foi o mais vezes mencionado, principalmente no discurso de 1942. Vivia-se a Segunda Guerra Mundial e passavam apenas três anos da Guerra Civil de Espanha. Assim, Carmona afirmava: “Estas palavras do compromisso constitucional, que podem, em épocas de calma normalidade, parecer simples manifestação da majestade do poder público, envolvem, nesta hora conturbada, responsabilidades que

todos conhecem e a muitos causam justa apreensão” (Quinto parágrafo do discurso de 1942). No ano de 1949, aquando do seu último mandado, o mundo vivia a chamada Guerra Fria, onde se opunham, o Capitalismo do Ocidente e o Socialismo Soviético. Assim, dentro desta categoria as referências a Europa e América, como líder do bloco ocidental, marcavam a posição de Portugal perante o ambiente internacional que se vivia: “Não podemos deixar de ver com satisfação que a Europa vai despertando para a consciência dos princípios da sua própria civilização (...). A generosidade com que a América (...) ajuda à recuperação europeia marcará sob certo aspecto a fisionomia duma época, e, se for possível, mercê dessa política salvar a paz e com ela a civilização cristã do ocidente (...)”- Sétimo parágrafo do último discurso presidencial de tomada de posse de Óscar Carmona.

Revela-se uma extrema importância deste Presidente uma vez que garantiu ao Estado Novo e a Salazar um apoio constante, quer na fase de transição da ditadura militar, quer na consolidação do regime salazarista. Mesmo em períodos mais conturbados, nomeadamente após a Segunda Guerra Mundial, onde alguns contactos com a oposição tiveram que ocorrer, Carmona revela-se fundamental para os objectivos quer de política interna, quer de política externa do Estado Novo, garantindo a sua estabilidade. Sendo que este apoio é visível após a análise aos seus discursos, sobretudo pelo patriotismo e apreço à nação denotado nos mesmos.

#### 4.1.2. VALORES PREDOMINANTES NO DISCURSO PRESIDENCIAL DE TOMADA DE POSSE DO PRESIDENTE CRAVEIRO LOPES



O Presidente Francisco Craveiro Lopes foi o único a ocupar o lugar de Chefe de Estado do regime de Salazar por apenas um mandato, acabando por conspirar contra este poucos anos depois de ocupar o cargo. Seria um presidente que gozaria de pouco apoio entre os mais acérrimos defensores do regime. A sua acção era essencialmente protocolar, pautava por uma certa distância das questões políticas. Era pouco popular. A sua base de apoio era essencialmente a ala militar e os marcelistas, no entanto este suporte revelou-se insuficiente para o garantir como candidato da União Nacional a um segundo mandato.

Tal como o seu antecessor, Óscar Carmona, a categoria Representações Político Ideológicas foi a mais mencionada ao longo dos seus discursos, sendo os indicadores Patriotismo (“Procurarei corresponder à confiança que em mim depositarem, pondo toda a minha vontade e todo o meu patriotismo ao serviço da Nação, com a ambição única de contribuir para o bem e a prosperidade dos portugueses”- segundo parágrafo) e Relações Internacionais os mais frequentes, sendo este último indicador referido no sexto parágrafo: “Mas Portugal, que não vive isolado do mundo, tem de partilhar das responsabilidades e riscos que pesam sobre o grupo de nações a que está ligado; e tal facto obriga o país a preparar-se moral e materialmente para satisfazer os

compromissos que as circunstâncias internacionais impuserem (...). Portugal teria que se preparar para uma possível mudança, não podia viver isolado, principalmente numa altura em que o mundo se encontrava dividido em dois blocos, na eminência de um embate. Apesar da constante defesa da neutralidade, está presente nesta afirmação a inclinação de Portugal para um grupo de nações, ou seja, para o bloco Ocidental, uma vez que o Comunismo era abominado pelo regime.

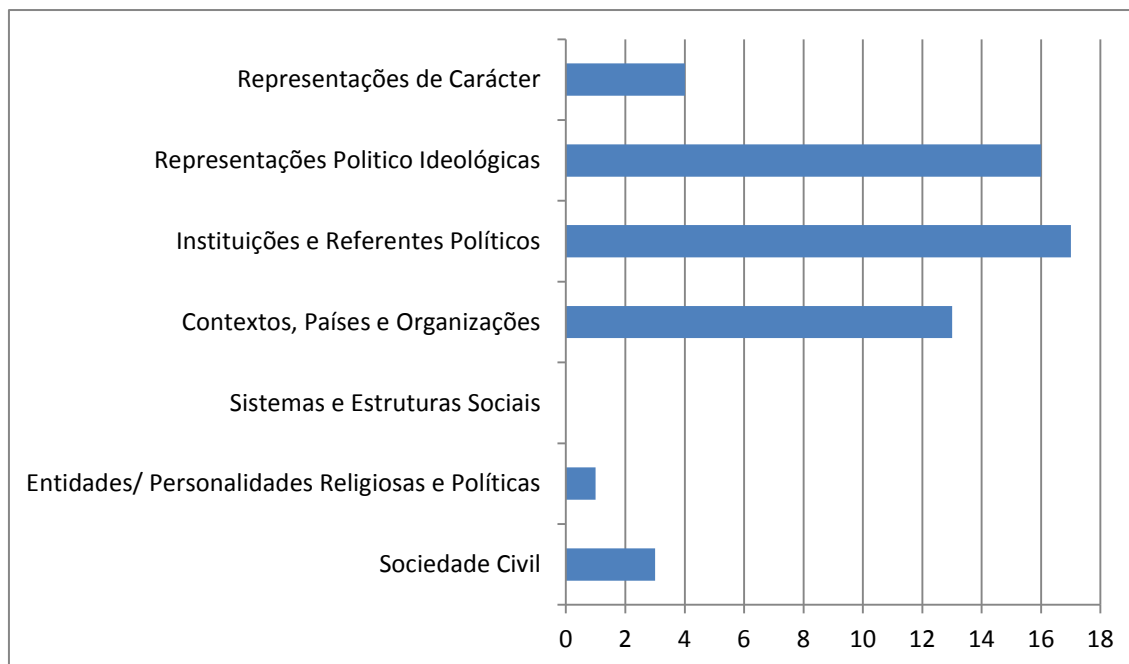
“As nossas gloriosas forças armadas de mar, terra e ar adestram-se sem olhar a sacrifícios para poderem cumprir a alta missão que lhes compete na defesa do património nacional e da civilização que tanto ajudámos a criar” (Sexto parágrafo). Aqui, para além da Pátria, é feita a exaltação das Forças Armadas, uma das instituições mencionadas no seu discurso, que tal como a Pátria, constitui os dois indicadores da categoria Instituições e Referentes Políticos.

Também o Presidente Craveiro Lopes faz referência ao ambiente internacional conturbado que se vivia, incluído na categoria Contextos, Países e Organizações Políticas: “A época em que vivemos, tão perturbada e de futuro tão incerto (...) É mister que nos apetrechemos para enfrentar os perigos que nos ameaçam”. Durante o seu mandato já estava consolidado internacionalmente aquele período a que se daria o nome de Guerra Fria, sendo que no plano interno, os movimentos de oposição, floresciam igualmente.

Nas palavras aos Deputados e Procuradores, Craveiro Lopes fez questão de exaltar as qualidades do Povo Português, indicador incluído na categoria Sociedade Civil, considerando-o como “um grande povo, que, através de longa e gloriosa vida, escreveu páginas das mais brilhantes da História da Humanidade”, embora já tivesse demonstrando o seu Patriotismo através da referência ao Povo Português no terceiro parágrafo, “(...) que em minha volta se reúnam todos os que tiveram a honra de nascer em terras de Portugal sem distinguir raças, religiões ou ideias (...)”.

Assim, apesar de ter sido um Presidente que nunca gozou de muita popularidade junto dos mais acérrimos defensores do regime, sendo que ele próprio nunca o foi, através da análise do seu discurso podemos verificar que as suas palavras não diferem em muito daquilo que era dito pelo seu antecessor, que foi, no entanto, um forte apoiante e garante da estabilidade do Estado Novo.

#### 4.1.3. VALORES PREDOMINANTES AO LONGO DOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DE TOMADA DE POSSE DO PRESIDENTE AMÉRICO TOMÁS



Américo Tomás foi o candidato escolhido pela União Nacional para suceder a Craveiro Lopes. Pela primeira vez, Humberto Delgado, um candidato da oposição levou as eleições até ao fim. As proporções que estas eleições tomaram assustaram o Regime, devido ao descontentamento popular e ao apoio que era manifestado a Humberto Delgado.

Durante os seus mandatos vivia-se um período conturbado, embora apenas uma situação o tenha feito agir utilizando as suas prerrogativas presidenciais- a substituição de António de Oliveira Salazar, em 1970. Marcelo Caetano acabou por ser o escolhido para Presidente do Conselho, escolha essa que nunca agradou a Américo Tomás, uma vez que este considerava Caetano demasiado reformista. Havia receio de uma alteração relativamente à questão do Ultramar caso o regime sofresse uma reforma. Assim, Marcelo Caetano foi obrigado a comprometer que não colocaria em causa a política colonial.

Américo Tomás revelava-se como o último bastião da defesa dos Estado Novo e das políticas de Salazar.

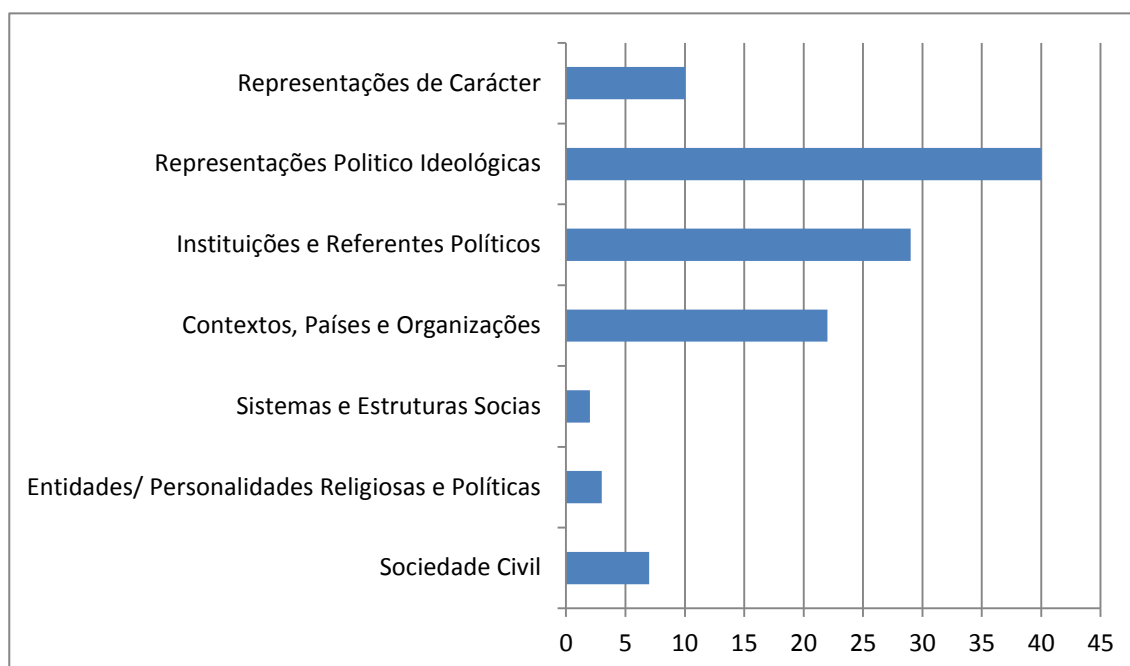
Em comparação com os discursos dos seus antecessores onde se destacou a categoria Representações Político Ideológicas como categoria dominante, cujos indicadores foram os mais mencionados, nos discursos do Presidente Américo Tomás a categoria Instituições e Referentes Políticos foi a dominante, sendo Pátria o indicador mais repetido. Pela primeira vez, é feita uma referência àquele que foi um dos mais importantes referentes políticos do Estado Novo, a Constituição de 1933: “Mas o essencial (...) a defesa da integridade do solo pátrio.”; “ (...) o respeito à Constituição, à nossa História quase milenária e aos portugueses que ao longo dos séculos tudo sacrificaram (...)”- Décimo terceiro parágrafo do discurso de 1972.

A categoria Representações Político Ideológicas surge como a segunda mais referida ao longo dos discursos de tomada de posse de Américo Tomás. O indicador Comunismo marca também uma novidade, é a primeira vez que é mencionado num discurso presidencial de tomada de posse: “(...) têm-se vincado, cada vez mais, os dissídios entre os dois grandes blocos em que o Mundo se encontra dividido (...). Nem há que cuidar somente, da defesa do Ocidente sob o ponto de vista militar, porque se é indispensável (...) para evitar o maior mal de todos, não tem ela conseguindo obstar a que o Oriente (...) vá atingindo os objectivos que visava alcançar”- terceiro parágrafo do discurso de 1958. Referindo-se aqui ao Comunismo como “o maior mal de todos”. Havia uma preocupação crescente com a influência do mesmo, sobretudo no Ultramar, preocupação essa mencionada no quarto parágrafo do discurso presidencial de tomada de posse de 1965, onde Américo Tomás refere que “a sucessão de acontecimentos internacionais, os constantes insucessos da política ocidental e a crescente expansão dos comunismos russo e chinês em África, têm ajudado a esclarecer na opinião pública internacional, ainda que com lentidão, as posições tomadas pelos portugueses.” Precisamente, a questão do Ultramar, tal como o Ambiente Internacional Conturbado, são indicadores dominantes na categoria Contextos, Países e Organizações Políticas nos discursos de Américo Tomás. A preservação das Colónias marcara a política externa da ditadura, a sua sobrevivência era um factor vital. Nesta categoria é ainda feita uma importante referência às Mutuações Políticas Internas, as forças da oposição cada vez mais se faziam ouvir. Em 1961 era orquestrado, pelo Ministro da Defesa, Botelho Moniz, e outros militares, nomeadamente Craveiro Lopes, um golpe de Estado. No discurso de 1965, o Presidente afirma, “Não se afiguram fáceis os sete anos que hoje começam”. Ao longo do discurso reforça a ideia defendendo que “A ambição é no plano

externo a principal causa de guerra, sobretudo quando alimentada por certas ideologias que, sendo universalistas, em si mesmas contém germes de agressão. E no plano interno sucede naturalmente o mesmo” (Sétimo parágrafo do discurso de 1965). Estas afirmações são sobretudo referentes ao florescimento do comunismo, cuja influência em países de recente formação se faz notar, o que poderia destabilizar a África portuguesa. Por sua vez, na metrópole as vozes da oposição, igualmente influenciadas por ideologias de esquerda, ganham força.

Após a análise dos discursos de Américo Tomás, pode concluir-se que, apesar de ideologicamente se manter fiel aos pilares do Estado Novo e de fazer a defesa dos mesmos, o Presidente tem a noção das dificuldades quer no plano interno, quer no plano externo. Os movimentos independentistas e de libertação nas colónias influenciados por movimentos internacionais, uma vez que o mundo vivia um embate de ideologias, bem como a instabilidade interna, causada pelos movimentos da oposição, vão culminar no Golpe de Estado do 25 de Abril de 1974, originando-se a queda do Estado Novo. Américo Tomás é exilado no Brasil.

#### 4.1.4. SÍNTESE DE RESULTADOS<sup>50</sup>



O objectivo do aparelho propagandístico do Estado Novo era transmitir o que se passava na vida da nação, só existia aquilo que o público sabia que existia. Tudo o que era transmitido tinha como objectivo proporcionar às pessoas um sentimento de pertença à mesma, encarada como uma instituição superior. Deveria existir o sentimento de que a nação era algo mais do que a casa, a escola, a terra. Era transcendente. Assim, competia ao SPN elevá-la, moldando as mentalidades com base nos postulados ideológicos do regime. As certezas do regime eram transmitidas através de um discurso objectivo e simples, com ideias claras e pouco controversas, de modo a que toda a gente concordasse com as mesmas para se evitar discussão e oposição às mesmas.

Salazar defendia que Deus e a virtude, Pátria e História, autoridade e o seu prestígio, família e a sua moral, o trabalho e o seu dever eram verdades indiscutíveis, deveriam ser quase encarados como dogmas. Era nestes valores que assentavam os pilares do regime, que permitiriam construir e manter a ordem, a união nacional, a autoridade, o patriotismo, o corporativismo, o vigor económico e o ultramar. Por isso era necessário introduzir frequentemente estes valores no espírito dos portugueses. Não

<sup>50</sup> Consultar a tabela 10 do anexo 2 de modo a observar as categorias e os respectivos indicadores.



existia um acto público que não se enquadrasse no paradigma ideológico do Estado (Silva, 2009).

O homem do Estado Novo deveria ser livre dos vícios do liberalismo, do racionalismo e da influência marxista. Haveria de ser temente e crente em Deus, respeitador da ordem estabelecida e das hierarquias sociais e políticas. Deveria estar pronto para servir a pátria e o império que a constituía, e ainda cumprir os seus deveres como chefe de família e ser um trabalhador honesto e honrado com a sua modéstia. A “raça” do homem português era a expressão da ruralidade, da terra regada com o esforço dos que nela laboravam, fonte de riqueza, temperança e ordem (Rosas, 2001).

Para além dos aparelhos de inculcação ideológica, os discursos presidenciais de tomada de posse serviam igualmente para, mais uma vez, serem introduzidos no seio da sociedade os valores basilares do regime.

“Quais os principais valores, instituições, estruturas, contextos e entidades mencionados ao longo dos discursos presidenciais de tomada de posse, durante o período do Estado Novo?” Foi a partir desta pergunta que se procedeu à análise dos discursos de tomada de posse dos Presidentes da República Portuguesa durante o período do Estado Novo. Após a elaboração do gráfico acima, que representa a síntese da análise torna-se possível responder à questão, verificando-se que as representações Político Ideológicas foram as que marcaram mais os discursos presidenciais de tomada de posse durante o período do Estado Novo, seguidas das Instituições e Referentes Políticos. A prevalência destas categorias é justificável pela posição ideológica do país. Sendo um país dotado de um regime ditatorial, a terceira categoria do gráfico e os seus indicadores, como Pátria, Nação, Interesse Nacional, Patriotismo, Integridade Territorial, são uma forma de reafirmar o mesmo, sobretudo num país cujo regime acaba por sofrer com uma guerra civil no país mais próximo, a Guerra Civil Espanhola, que atravessa um conflito mundial, no qual acaba por adoptar uma neutralidade colaborante, que vê o seu império colonial ameaçado e que atravessa por diversas vezes agitações políticas internas causadas pelos opositores ao mesmo.

Ainda no que refere às representações Político Ideológicas o indicador predominante, portanto com mais frequências, foi o Patriotismo, seguido do apelo à Coesão/União Nacional, estando, no entanto, os dois relacionados, o que se justifica pela posição ideológica do país no período em estudo. Por sua vez, no que respeita às

Instituições e Referentes Políticos, Pátria e Nação foram os indicadores mais frequentemente mencionados. Ainda que não concordasse com o nacionalismo exacerbado de outros regimes da época com o qual o regime que liderava era comparado, Salazar pretendia que os portugueses “sentissem” o país, que fizessem tudo em prol do bem-estar nacional, de modo a que não surgissem fracturas e oposições que o enfraquecem. Procurou executar um projecto de reeducação dos portugueses, através da criação de um novo tipo de homens e mulheres, orientados pelo ideário nacional. O homem/mulher do Estado Novo seria submetido à Nação, no sentido em que esta o antecedia, vinculando-lhes as atitudes e os modos de vida.

Dentro da categoria Contextos, Países e Organizações, que surge em terceiro lugar das categorias com mais referências entre os discursos, o indicador Ambiente Internacional Conturbado é aquele que se repete mais vezes. No entanto as Mutuações Políticas Internas também foram mencionadas, aquando do surgimento de vozes da oposição, que iam gerando movimentos anti-regime. Todos os Presidentes se referiram ao ambiente internacional que se vivia aquando da sua tomada de posse, o que é justificável sobretudo por dois grandes acontecimentos internacionais que marcaram a própria política externa do Estado Novo, a Guerra Civil de Espanha e a Segunda Guerra Mundial, e o período que se seguiu a esta, a Guerra Fria, marcada pela oposição entre dois blocos ideológicos distintos, por um lado o capitalismo do bloco ocidental, por outro, o Comunismo. Seriam liderados pelos Estados Unidos da América e pela União Soviética, respectivamente. A seguir ao Ambiente Internacional Conturbado, o Ultramar foi o que mais marcou os discursos, nomeadamente o segundo discurso de tomada de posse do Presidente Américo Tomás, em 1965. A situação na África portuguesa começara a ser insustentável desde 1961, com o surgimento do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Portugal fora a última potência colonial a iniciar o processo de descolonização. Tudo fez para manter o ultramar, uma vez que caso se perdessem os territórios teriam que ocorrer grandes mudanças socioeconómicas na metrópole, mudanças que Salazar não queria enfrentar.

No que concerne às Representações de Carácter, embora não tenham sido mencionadas com muita frequência, a menção às mesmas revela os valores que eram apregoados pelos aparelhos de inculcação ideológica, tais como o apelo ao Provincialismo ou ao Espírito de Sacrifício do povo português em prol da Nação. Tal como a referência a Deus, como único indicador da categoria Entidades/ Personalidades

Religiosas e Políticas, revela o apelo à fé e ao catolicismo dos Portugueses, dos que viviam na metrópole e dos portugueses pelo mundo, incluídos na categoria Sociedade Civil, mais precisamente no indicador Povo Português. A apologia da essência católica do regime expressa constitucionalmente após a revisão constitucional de 1935 fez da Igreja parte essencial no processo de afirmação ideológica do regime.

Há que mencionar ainda a categoria Sistemas e Estruturas Sociais que, apesar de ter apenas dois indicadores, Trabalho e Família, sendo mencionados uma vez cada um ao longo dos discursos presidenciais, são estruturas sociais basilares no regime, Salazar afirmava mesmo que não se discutia família e a sua moral, nem o trabalho e o seu dever. Por isso, apesar da fraca frequência com que são mencionadas, esta categoria foi ainda assim introduzida de acordo com o princípio da pertinência, excluindo-se a exaustividade. Uma das características do novo homem a que o chefe de governo tanto aspirava deveria ser cumpridor dos seus deveres familiares, sendo um exemplar chefe de família, bem como cumpridor dos seus deveres laborais. Foi criada a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, para manter o homem educado espiritualmente de acordo com a cultura popular, ficando assim distraído dos possíveis problemas do país, uma vez que à ilusão de um Portugal reinventado opunha-se a realidade de um país pobre e escassamente industrializado, com graves problemas socioeconómicos.

Assim, ao longo de quatro décadas, o tom dos discursos presidenciais de tomada de posse denota um pendor moderado, em consonância com o discurso do Estado Novo marcado pelo ideal da renascença portuguesa, rompendo com os ideais liberais; pela vontade de retomar o verdadeiro curso da História, trabalhando-se em prol da Nação para o atingir; pelo ideal da ruralidade, encarado como uma virtude especial onde se iam buscar as principais qualidades dos portugueses, uma espécie de guia para a harmonia social; pela pobreza honrada; pelo corporativismo, que demonstrava a conformidade dos portugueses com a ordem pré-estabelecida; pela essência católica, um atributo da identidade nacional; e pela vocação colonizadora e civilizadora.

## CONCLUSÃO

Uma vez que o Estado Novo foi um regime ditatorial poderia questionar-se a pertinência do presente estudo, já que o líder indiscutível era António de Oliveira Salazar, sendo sem dúvida a figura principal, ao contrário dos Presidentes da República que exerceram um papel quase meramente formal, submetendo-se à vontade do primeiro. No entanto houve momentos em que existiu discórdia entre um Presidente e o Chefe do Governo. Por isso foi feita uma pormenorizada análise aos discursos em busca de indícios da mesma, concluindo-se que estes não a retractaram.

Durante o regime salazarista, Portugal era um país escassamente industrializado, sobretudo rural, onde algumas estruturas resistiam à inculcação ideológica. Os anos trinta e quarenta foram o período de afirmação do projecto propagandístico e ideológico do regime. O objectivo era estabelecer a essência do povo português, através da reeducação dos portugueses. Portugal “reencontrar-se-ia”. Era adoptado, nesta altura, um discurso propagandístico forte que procurava fundamentar a “nova ordem”. Através da construção de um conceito integrador da memória histórica procurava-se a criação da unidade da cultura popular, da raiz nacional-etnográfica de Portugal. O homem do Estado Novo seria um ser livre do racionalismo, da influência marxista, dos malefícios do liberalismo. Respeitava a ordem previamente estabelecida, bem como a hierarquia sociopolítica natural. Estava satisfeito com a vida modesta mas honrada que tinha.

Os valores do Estado Novo exigiam a criação de um aparelho de difusão ideológica que entrasse no dia-a-dia das pessoas, de modo a que se criasse o tão desejado “homem novo” do sistema salazarista. Através dos órgãos governamentais, o Estado procurou criar um novo tipo de portugueses, regidos pelo ideal do nacionalismo. Estava presente um projecto de reeducação dos “espíritos”. O homem do Estado Novo deveria ser um homem conservador e contra-revolucionário, no entanto aspirava a uma utopia, à criação de algo novo. Seria um chefe de família devoto, recatado, modesto, que renegava aos bens materiais. A sua criação era influenciada pelas corporações, em colaboração com a Igreja. Poderia ser um homem viril com apetências militares, como um honrado e modesto camponês (Rosas, 2001).

António de Oliveira Salazar era um homem conservador que recusava a democracia e os seus princípios ideológicos. Tinha sobretudo uma visão tradicionalista e católica

acerca da sociedade. Guiou o destino do país com a consciência de que a modernização era inevitável, no entanto tudo fez para a combater em prol do bem comum da Nação e dos valores que a modernização poderia ameaçar (Pinto, 2001).

De acordo com José Adelino Maltez, para muitos a política consiste na luta pela conquista do poder, pela aquisição, manutenção e exercício do poder do governo, onde, em democracia, há uma tentativa de captura do poder se sufrágio, através de partidos, entendidos como grupos que lutam por esse poder. Considera-se que o poder é o poder de decisão em momento excepcional, onde há uma espécie de primado do executivo pela liderança pessoal do líder desse executivo, marcado por uma espécie de solidão. Foi esta perspectiva concentracionária do poder que marcou o modelo de António de Oliveira Salazar, o mesmo declarou que a essência do poder é procurar manter-se<sup>51</sup>.

Durante o Estado Novo a propaganda constituiu-se um forte instrumento de difusão da ideologia. Os discursos políticos, os slogans, os livros escolares constituíram alguns dos meios privilegiados para essa difusão. Sendo que a presente dissertação se baseou no estudo dos discursos presidenciais de tomada de posse dos seus Presidentes da República. O objectivo primordial da análise de conteúdo desenvolvida foi verificar quais os valores predominantes nos mesmos no que concerne a representações de carácter, através da referência aos valores predominantes, a representações político ideológicas, ou seja, o posicionamento do país no momento em estudo, a sistemas e estruturas sociais, a instituições e órgãos políticos, e a contexto, países e organizações. Pretendia-se a verificação das seguintes hipóteses: Os valores expressos ao longo dos discursos de tomada de posse vão de encontro daquilo que era apregoado pelos aparelhos de inculcação ideológica; As principais instituições e referentes políticos do Estado Novo eram mencionados pelos Presidentes da República; As referências ao contexto em que o discurso era proferido reflectiam o posicionamento político ideológico do país naquele preciso momento; Os sistemas e estruturas sociais mencionados eram aquelas que serviam de base à sociedade do Estado Novo. Todas acabaram por se verificar. É importante ressaltar que, uma vez que se vivia num período ditatorial, as hipóteses estabelecidas seriam facilmente confirmadas, no entanto

---

<sup>51</sup> “A Conquista do Poder” (Centro de Estudos do Pensamento Político). Disponível em [http://www.iscsp.utl.pt/~cepp/indexfro1.php3?http://www.iscsp.utl.pt/~cepp/conceitos\\_politicos/conquist\\_a\\_do\\_poder.htm](http://www.iscsp.utl.pt/~cepp/indexfro1.php3?http://www.iscsp.utl.pt/~cepp/conceitos_politicos/conquist_a_do_poder.htm)

foi pertinente analisar-se os discursos procurando-se possíveis sinais de discórdia, uma vez que nem todos os Presidentes eram acérrimos defensores do regime de Salazar.

Durante o período do regime do Estado Novo, por onde passaram três Presidentes da República onde, à excepção de um (Craveiro Lopes), todos ocuparam o cargo mais que uma vez, os discursos presidenciais de tomada de posse foram marcados pela ideologia vigente no período em questão. Após a análise dos mesmos verifica-se que não existe nenhuma diferença significativa entre todos. A categoria Representações Político Ideológicas e respectivos indicadores foi aquela que mais destaque teve, com excepção do Presidente Américo Tomás, onde a categoria Instituições e Referentes Políticos se destacou, embora logo seguida das Representações Político Ideológicas.

Ao longo dos discursos é facilmente apreendido qual o pendor ideológico vigente em Portugal, através da presença de indicadores como Patriotismo, União/Coesão Nacional, Interesse Nacional (inseridos na categoria Representações Político Ideológicas), Pátria, Nação e Estado Novo (inseridos na categoria Instituições e Referentes Políticos).

Por outro lado na categoria Representações de Carácter, através dos seus indicadores, verificava-se aquilo a que se aspirava pelos aparelhos de inculcação ideológica para a construção do homem do Estado Novo, pelo apelo a características como o Provincialismo, a Modéstia, a Virtude, o Espírito de Sacrifício do Povo Português, a que o regime tanto apregoava. A resistência à mudança era evidente, havia a consciência de que era inevitável, no entanto deveria ser comedida: “Eis porque Portugal se tem mostrado tão largo e aberto ante novas perspectivas (...) e ao mesmo tempo tão apegado se mostra às directrizes permanentes da sua História e aos princípios modeladores da consciência da Nação; (...) receou pudessem ser atingidos alguns daqueles princípios fecundos a que tem obedecido a sua vida, o seu orgulho de nação livre, a independência e integridade da Pátria” (Quinto parágrafo do último discurso presidencial de tomada de posse do Presidente Óscar Carmona). Também o Presidente Américo Tomás, já com o reformista Marcelo Caetano no poder, afirma: “Aumentar os nossos conhecimentos, só nos pode trazer vantagens (...) mas não percam as nossas especiais características” (Décimo sexto parágrafo do seu último discurso presidencial de tomada de posse).

A referência a Estruturas Sociais como o Trabalho e a Família que eram considerados importantes pilares da vida social do regime reflecte igualmente uma consonância com aquilo que era apregoado.

Na categoria Contextos, Países e Organizações Políticas, os indicadores dominantes Ambiente Internacional Conturbado e Mutuações Políticas Internas revelavam a instabilidade que se vivia quer interna, quer internamente. Ao mesmo tempo revelavam posições ideológicas, através da referência a Europa e América, no último discurso do Presidente Óscar Carmona, em 1949, onde o mundo já se encontrava dividido entre dois distintos blocos ideológicos, ao que se denomina Guerra Fria. É facilmente perceptível a inclinação para o bloco ocidental, uma vez que o comunismo era considerado pelo regime como “o maior mal de todos”, cuja influência na criação de novos Estados em África iria ameaçar mais tarde a integridade territorial de Portugal. Por sua vez, o indicador Mutuações Políticas Internas revela alguns problemas internos, causados pelo surgimento de algumas forças da oposição e o seu florescimento, sendo que em 1949, aquando da eleição para aquele que seria o seu último mandato, Óscar Carmona tem pela primeira vez um opositor, o General Norton de Matos que acaba por desistir da corrida presidencial ainda antes do acto eleitoral.

O Presidente da República deveria tentar, acima de tudo, manter a coesão nacional entre todos os agentes políticos agindo em consonância com Oliveira Salazar que era, sem dúvida, a figura principal do Estado Novo. De facto, todos os discursos analisados confirmavam esse ideal. O Presidente Carmona é mesmo encarado como um importante meio de propaganda do regime, divulgando os valores apregoados pelos instrumentos de propaganda política, tais como a defesa da pátria e da família portuguesa.

O papel do Chefe de Estado era acima de tudo simbólico e o seu discurso deveria garantir que os valores defendidos pelo regime eram aqueles em que o Presidente acreditava e os quais também apregoava. Embora nem sempre isso se verificasse. Por exemplo, Craveiro Lopes nunca foi um defensor acérrimo dos valores do Estado Novo, acabando mesmo por lutar pela queda do mesmo poucos anos depois do fim do seu mandato.

Por sua vez, o Presidente Américo Tomás, conservador, é considerado o último bastião do Estado Novo acreditando nos valores de Salazar divulgados pelos aparelhos

de inculcação ideológica, lutando pela integridade dos territórios da África Portuguesa. Impediu Marcelo Caetano de aplicar as reformas a que este aspirava.

É certo que o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) desempenhou um papel fundamental no que refere à difusão ideológica dos valores do regime, nomeadamente através da criação de aparelhos de inculcação como a Fundação Nacional para a Alegria do Trabalho (FNAT), a Junta Central das Casas do Povo (JCCP), a Acção Escolar de Vanguarda (AEV), a Mocidade Portuguesa, ou a Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN). No entanto, o apoio demonstrado pelos Presidentes da República através dos valores predominantes nos seus discursos presidenciais de tomada de posse, fez com que estes se revelassem igualmente importantes instrumentos de difusão ideológica ao serviço do regime.





## BIBLIOGRAFIA

- Adão, Áurea, 2012. «*A educação nos artigos de jornal durante o Estado Novo (1945-1969)*». Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- Almeida, João Ferreira; Pinto, José Madureira, 1975. *A Investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença.
- Arendt, Hannah, 1978. *O Sistema Totalitário*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Aristóteles, IV a.C., 1998. *Retórica*. Lisboa: Edição Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Baptista, Carla, 2009. «*O tratamento da política nos jornais portugueses ao longo de três regimes políticos diversos: Monarquia Constitucional, República, Estado Novo*». LUSOCOM (8º Congresso).
- Bardin, Laurence, 1977. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bartolitti, Mirella, 1969. *O Fascismo: Origens e Análise Crítica*. Lisboa: Edições 70.
- Beiswanger, George W., 1939. «Communication, Propaganda and Form». *Ethics* 49 (4): 395-416. The University of Chicago Press.
- Bereslon, Bernard, 1952. *Content Analysis in Communication Research*. New York: The Free Press,
- Bessa, António Marques, 1979. *Dicionário Político do Ocidente*, Braga-Lisboa: Editorial Intervenção LDA.
- Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco, 2004. *Dicionário de Política*. Vol. 1. Brasília: Editora UNB (12ª Edição).
- Bretonha, João Fábio, 2000. «A questão da "Internacional Fascista" no mundo das relações internacionais: a extrema-direita entre solidariedade ideológica e rivalidade nacionalista». *Revista Brasileira de Política Internacional* 43 (1). Brasília.
- Brito, António José de; Oliveira, Barradas de; Ameal, João; Nogueira, Franco, 1978. «*Quem era Salazar*». Porto: Casa Nun'Álvares.

- Brito, António José de, 1999. *Para a compreensão do Fascismo*. Lisboa: Editora Nova Arrancada.
- Brown, J.A.C, 1976. *Técnicas de Persuasão, da Propaganda à Lavagem Cerebral*. Rio de Janeiro: Zahar Editores (3ª Edição).
- Correia, J.C; Ferreira, G. B; e Espírito Santo, Paula, 2010. *Conceitos de Comunicação Política*, Covilhã: Livros LabCom.
- Correia, J. C., 2010. «Ideologia, Crítica e Deliberação», em Correia, J.C., et. al., 2010. *Conceitos de Comunicação Política*. Covilhã: Livros LabCom.
- Costa, José Joaquim Ribeiro, 1993. *Óscar Carmona (1869-1951). Elementos para o estudo biográfico do primeiro Presidente da República do Estado Novo*. Lisboa: FCSH-UNL.
- Creel, George, 1941. «Propaganda and Morale». *The American Journal of Sociology* 47 (3): 340-351. Chicago: The University of Chicago Press.
- Crespiny, Anthony de; Cronin, Jeremy, 1981. *Ideologias Políticas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Cruz, Manuel Braga, 1988. *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- Dacosta, Fernando, 2007. *As Máscaras de Salazar*. Cruz Quebrada: Casa das Letras-Oficina do Livro, Sociedade Editorial, Lda (22ª Edição)
- Domenach, Jean-Marie, 1975. *A Propaganda Política*, Amadora: Oficinas gráficas da Livraria Bertrand.
- Espírito Santo, Paula, 1997. *O Processo de Persuasão Política: abordagem sistémica da persuasão com referências ao actual sistema político português*. Lisboa: ISCSP.
- Espírito Santo, Paula, 2007. «A mensagem nos discursos presidenciais de tomada de posse: 1976-2006». Lisboa: ISCSP.

Espírito Santo, Paula, 2008. *Estudos de Comunicação Política: análise de conteúdo da mensagem na campanha e pós - campanha eleitoral nas eleições presidenciais*. Lisboa: ISCSP.

Espírito Santo, Paula, 2010. *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais: Génese, Fundamentos e Problemas*. Lisboa: Edições Sílabo.

Espírito Santo, Paula; Figueiras, Rita, 2010. «Comunicação Eleitoral», em Correia, J.C., et. al., 2010. *Conceitos de Comunicação Política*, Covilhã: Livros LabCom.

Felice, Renzo de, 1976. *Explicar o Fascismo*. Lisboa: Edições 70.

Fernandes, Joana Lobo, 2010. «Marketing político e comunicação (política)», em Correia, J.C., et. al., 2010. *Conceitos de Comunicação Política*, Covilhã: Livros LabCom.

Ferro, António, 1978. *Salazar*. Aveiro: Edições Templo.

Gomes, Neusa Demartini, 2010. «Propaganda», em Correia, J.C, et. al., 2010. *Conceitos de Comunicação Política*. Covilhã: Livros LabCom.

Gonçalves, José Júlio, 1961. *Técnicas de Propaganda. Elites, Estados e Outros Estudos*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar.

Hayakawa, S. I., 1939. «General Semantics and Propaganda». *The Public Opinion Quarterly* 3 (2): 197-208. Oxford: Oxford University Press, American Association for Public Opinion Research.

Inácio, Margarida Rodrigues Alves, 2003. *O Candidato Político, um Produto de Marketing? Uma abordagem ao marketing eleitoral*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Krippendorff, Klaus, 1980. *Content Analysis- na introduction to its methodology*. London: Sage Publications.

Lara, António de Sousa, 2005. *Ciência Política: Estudo da Ordem e da Subversão*. Lisboa: ISCSP.

Lasswell, Harold D., 1927. «Propaganda Technique in the World War». *The American Political Science Review* 21 (3): 627-631.

Lasswell, Harold, 1984. *Política: quem ganha o quê, quando, como*. Brasília: Universidade de Brasília.

Lee, Stephen J., 2000. *The european dictatorships 1918-1954*. London: Routledge (second edition).

Linz, J. Juan, 2000. *Totalitarian and Authoritarian Regimes*. USA: Lynne Rienner Publishes, Inc.

Linz, J. Juan, 1964. «An Authoritarian Regime: the case of Spain», em Pinto, António Costa, 1992. *O salazarismo e o fascismo europeu*. Lisboa: Editorial Estampa.

Lloyd, J., 2005. «Square peg, round hole? Can marketing-based concepts such as ‘product’ and the ‘marketing-mix’ have a useful role in political arena?». *Journal of Non-profit and Public Sector Marketing* 14 (1-2): 27-46. s.l.

Lucena, Manuel, 1976. *A evolução do sistema corporativo português. O salazarismo* (Vol. 1). Lisboa: Perspectivas Realidades.

Mandel, Ernest, 1976. *Sobre o Fascismo*. Lisboa: Edições Antídoto.

Maxwell, Kenneth, 1999. *A Construção da Democracia em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.

McNair, Brian, 1995. *An Introduction to Political Communication*. Second Edition. London-New York: Routledge.

Maltez, José Adelino, 1991. *Ensaio sobre o Problema do Estado*. Lisboa: ISCSP.

Maltez, José Adelino, 2007. *Metodologias da Ciência Política: O Estado à procura do Político*. Lisboa: ISCSP.

Maquiavel, Nicolau, 2000. *O Príncipe*. Mem Martins: Publicações Europa-América (4ª Edição).

Martino, Luís Mauro Sá, s.d. «A estética da propaganda política em Goebbels- Um estudo sobre a produção da publicidade a partir dos seus Diários, Comunicação & Política» 25 (2): 035-053. s.l.

Martins, Manuel Meirinho, 2010. *Comunicação e Marketing Político- Contributos Pedagógicos*. Lisboa: ISCSP.

Matos, Helena, 2010. *Salazar, a Propaganda*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Michel, Henry, 1977. *Os Fascismos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Monteiro, J. A. Pereira, 2003. *Poder e Obediência- Uma Teoria do Consentimento*. Lisboa: ISCSP.

Morais, Roque, 1999. «Análise de Conteúdo». *Revista Educação* 37: 7-32. Porto Alegre.

Moreira, Adriano, 1968. *Ideologias e Política Internacionais*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Estudos Ultramarinos.

Moreira, Carlos Diogo, 2007. *Teorias e Práticas de Investigação*. Lisboa: ISCSP.

Nunes, Leopoldo, 1942. *Carmona: Estudo Biográfico*. Lisboa: s.e.

Nunes, João Paulo Avelãs, 2000. «Tipologias de Regimes Políticos. Para uma leitura neo-moderna do Estado Novo e do Nuevo Estado». Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Oliveira, César, 1987. *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Editora “O Jornal”.

Otero, Paulo, 2001. *A Democracia Totalitária: do Estado Totalitário à Sociedade Totalitária. A influência do totalitarismo na democracia do século XXI*. Cascais: Principia, Publicações Universitárias e Científicas.

Pinto, Céli Regina Jardim, s.d. «Elementos para uma análise de discurso político». s.l.

Pinto, António Costa, 1992. *O salazarismo e o fascismo europeu*. Lisboa: Editorial Estampa.

Pinto, António Costa, 2001. *Os Presidentes da República Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates- Actividades Editoriais.

- Polin, Claude, 1982. *O Totalitarismo*. Lisboa: Editorial Inquérito, Lda (18ª edição).
- Quintero, Alejandro Pizarroso, 2011. *História da Propaganda Política*. Lisboa: Planeta Editora, LDA.
- Romero, Andres, 1991. *Metodologia de Análise de Conteúdo*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Rosas, Fernando, 2001. «O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo». *Análise Social* 31 (157): 1031-1054. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- Schmitter, Phillippe, 1975. *Corporatism and public policy in authoritarian Portugal*. London: Sage Publications.
- Saraiva, José António, 1974. *Do Estado Novo à 2ª República*. Amadora: Bertrand.
- Sena, Nilza Mouzinho de, 2006. «As regras e os equívocos do discurso político», em Martins, Manuel Meirinho, et. al., 2010. *Comunicação e Marketing Político – Contributos pedagógicos*. Lisboa: ISCSP.
- Serrano, Estrela, 2010. «Spin doctoring e profissionalização da comunicação política», em Correia, J.C., et. al., 2010. *Conceitos de Comunicação Política*. Covilhã: Livros LabCom.
- Silva, Célia Maria Taborda da, 2009. «A comunicação como estratégia política da Ditadura e da Democracia». SOPCOM (6º Congresso).
- Silva, Augusto Santos; Pinto, José Madureira, 1986. *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento (8ª edição).
- Smith, Bruce Lannes, 1941. «Propaganda Analysis and the Science of Democracy». *The Public Opinion Quartelry* 5 (2): 250-259. Oxford: Oxford University Press- American Association for Public Opinion and Research.
- Sousa, Américo, 2001. «Retórica e discussão política». Covilhã: Universidade de Beira Interior.
- Tchakhotine, Serge, 1967. *A Mistificação das Massas pela Propaganda Política*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

Torgal, Luís Reis, 2011. «The originality of Portuguese fascism and its original propaganda». Coimbra: Universidade de Coimbra.

Trent, Judith S.; Friedenberg, Robert, 1995. *Political Campaign Communication- Principles and Practices*. Westport, Connecticut- London: Praeger Series in Political Communication.

Weber, Robert Philip, 1990. *Basic Content Analysis*. USA: Sage Publications.

Woolf, S. J., 1978. *O Fascismo na Europa*. Lisboa: Editora Meridiano.

### **Webgrafia**

Maltez, José Adelino. “Dicionário Político do Ocidente”. Disponível em <http://maltez.info/>. Acedido em 31-01-2013.

Maltez, José Adelino. “A Conquista do Poder” (Centro de Estudos do Pensamento Político). Disponível em [http://www.iscsp.utl.pt/~cepp/indexfro1.php3?http://www.iscsp.utl.pt/~cepp/conceitos\\_politicos/conquista\\_do\\_poder.htm](http://www.iscsp.utl.pt/~cepp/indexfro1.php3?http://www.iscsp.utl.pt/~cepp/conceitos_politicos/conquista_do_poder.htm). Acedido em 07-10-2012.

“Discurso de tomada de posse do Presidente Óscar Carmona (1949)”. Disponível em [http://www.museu.presidencia.pt/arquivo\\_fotos.php?id=8879](http://www.museu.presidencia.pt/arquivo_fotos.php?id=8879). Acedido em 20-10-2012.

“Presidentes da República- Estado Novo (Óscar Carmona)”. Disponível em [http://www.museu.presidencia.pt/presidentes\\_rep.php?id=102](http://www.museu.presidencia.pt/presidentes_rep.php?id=102). Acedido em 20-10-2012.

“Presidentes da República- Estado Novo (Craveiro Lopes)”. Disponível em [http://www.museu.presidencia.pt/presidentes\\_rep.php?id=103](http://www.museu.presidencia.pt/presidentes_rep.php?id=103). Acedido em 20-10-2012.

“Presidentes da República- Estado Novo (Américo Tomás)”. Disponível em [http://www.museu.presidencia.pt/presidentes\\_rep.php?id=121](http://www.museu.presidencia.pt/presidentes_rep.php?id=121). Acedido em 20-10-2012.



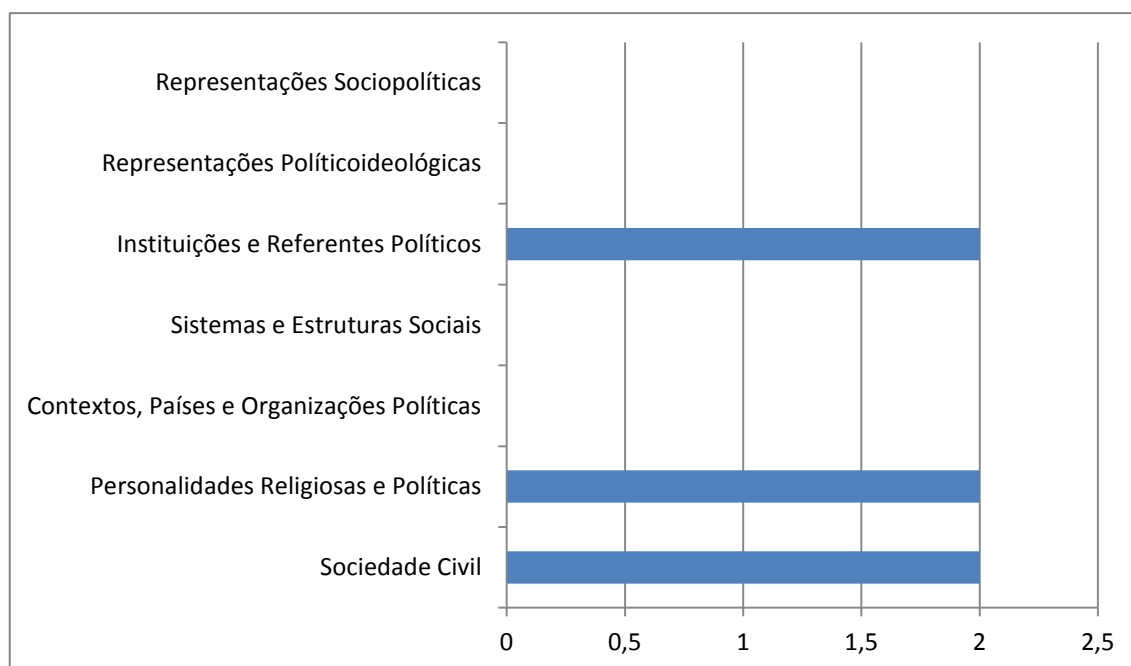


## **ANEXOS**



## **Anexo 1: Gráficos referentes às Categorias predominantes**

**Gráfico 1. Discurso de tomada de Posse de Óscar Carmona em 1926**



**Gráfico 2. Discurso de tomada de posse de Óscar Carmona em 1928**

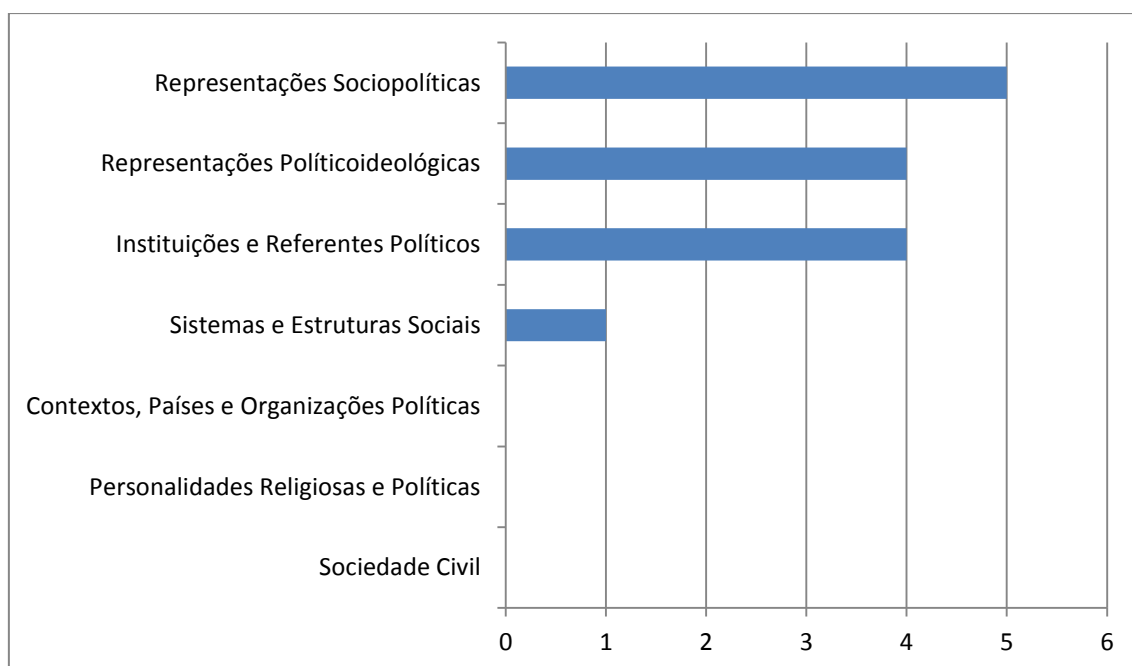


Gráfico 3. Discurso de tomada de posse de Óscar Carmona em 1935

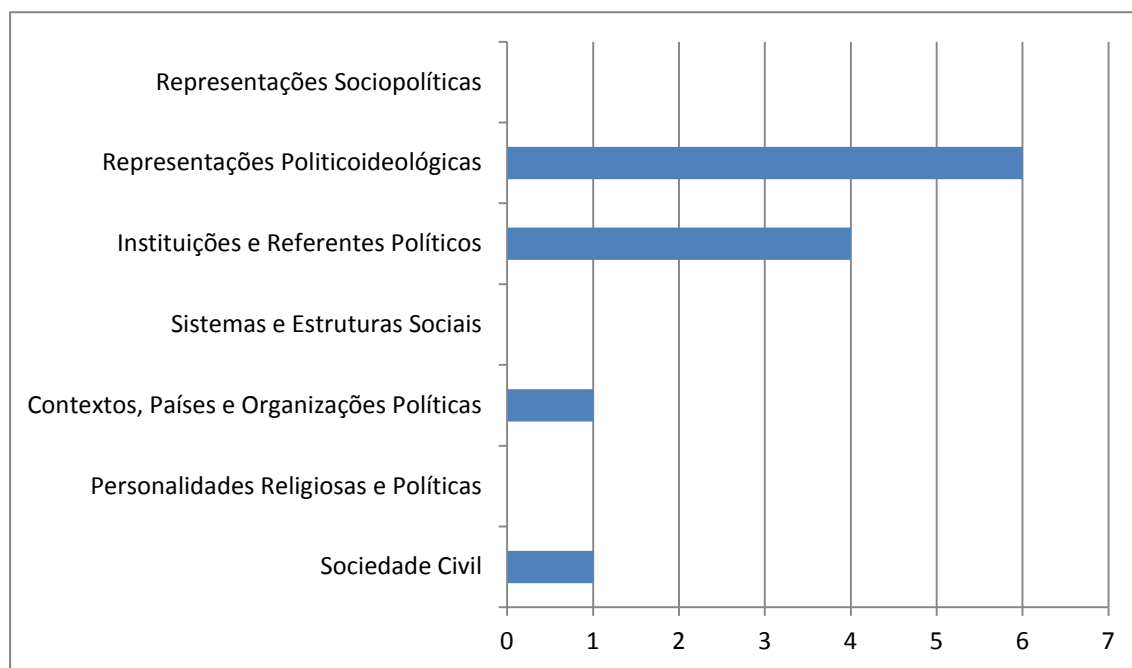


Gráfico 4. Discurso de tomada de posse de Óscar Carmona em 1942

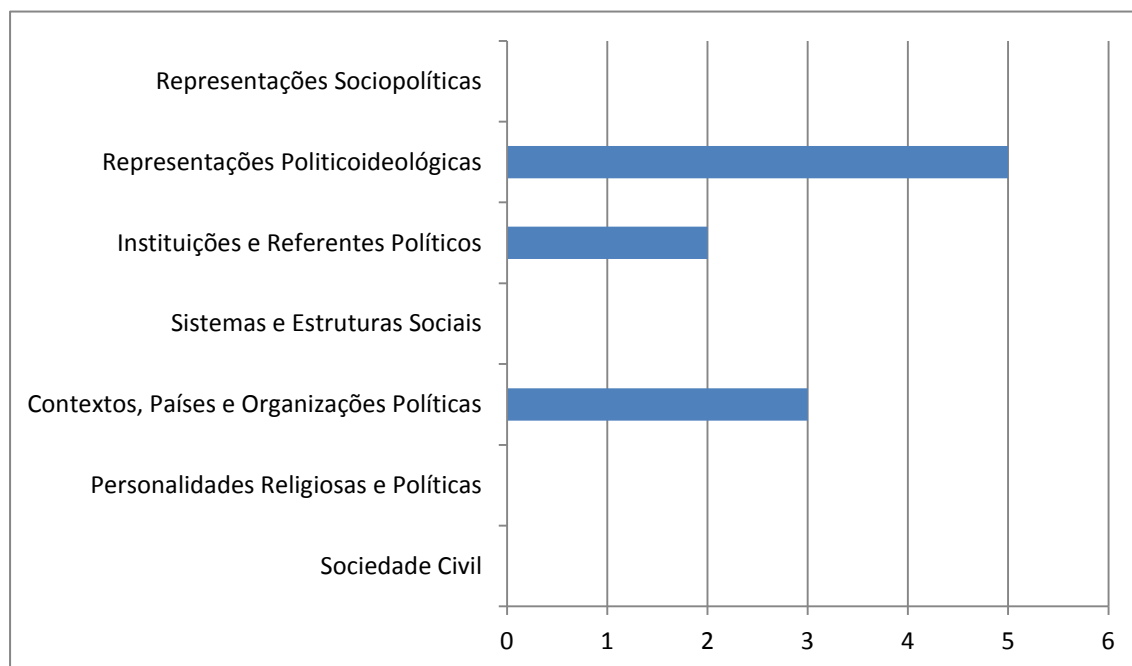


Gráfico 5. Discurso de tomada de posse de Óscar Carmona em 1949

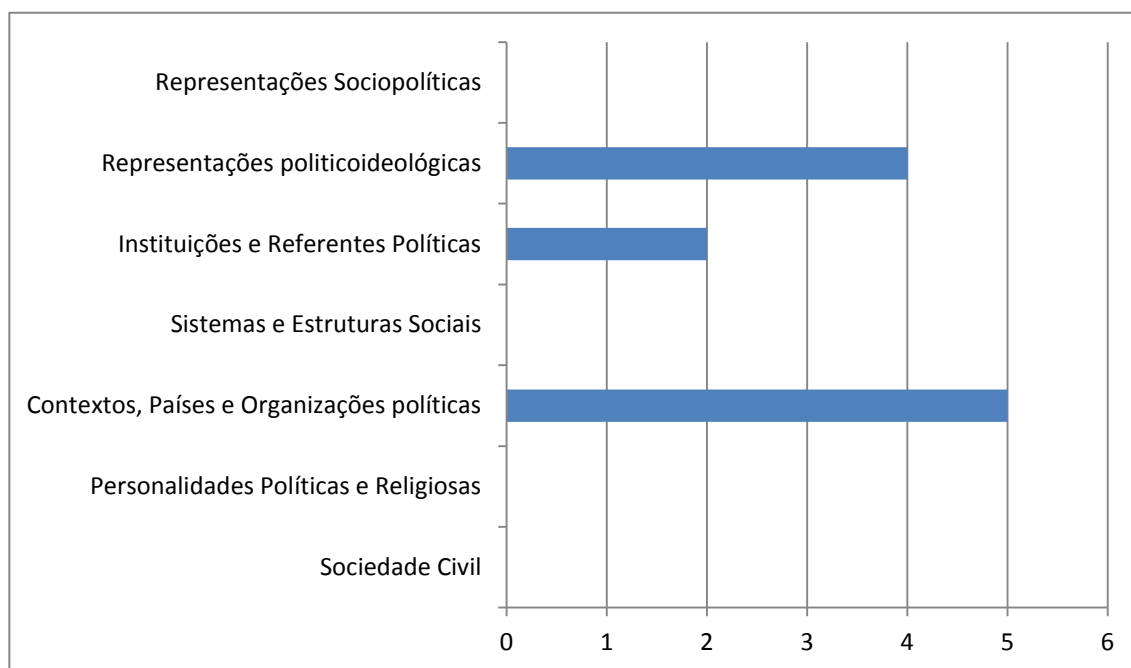


Gráfico 6. Discurso de tomada de posse de Craveiro Lopes em 1951-1958

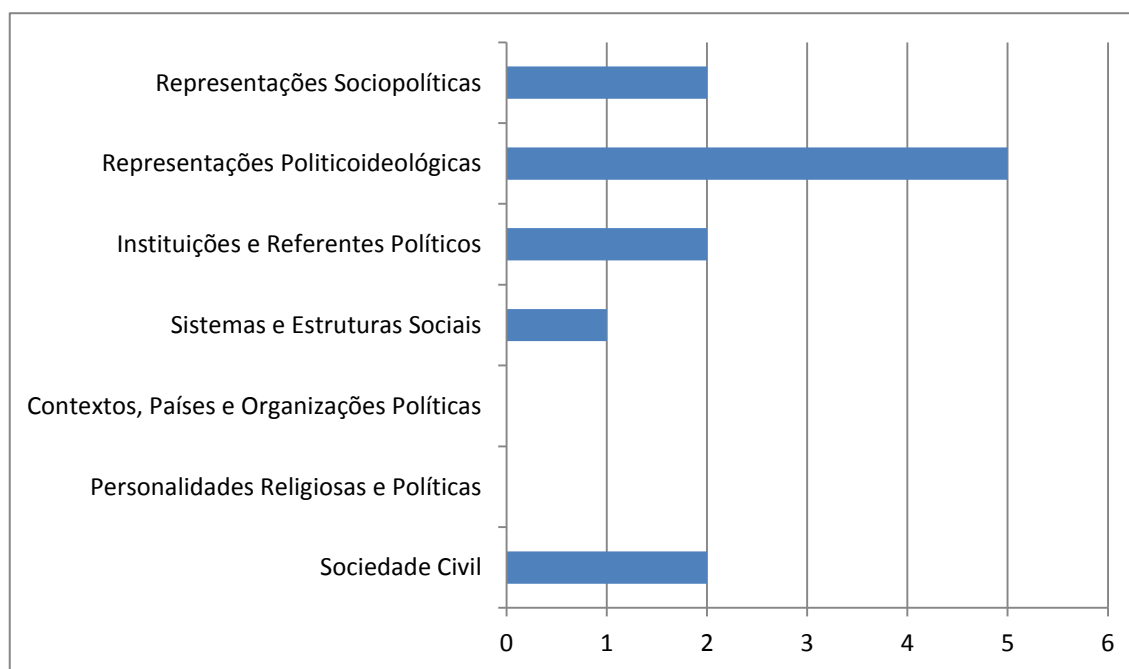


Gráfico 7. Discurso de tomada de posse de Américo Tomás em 1958

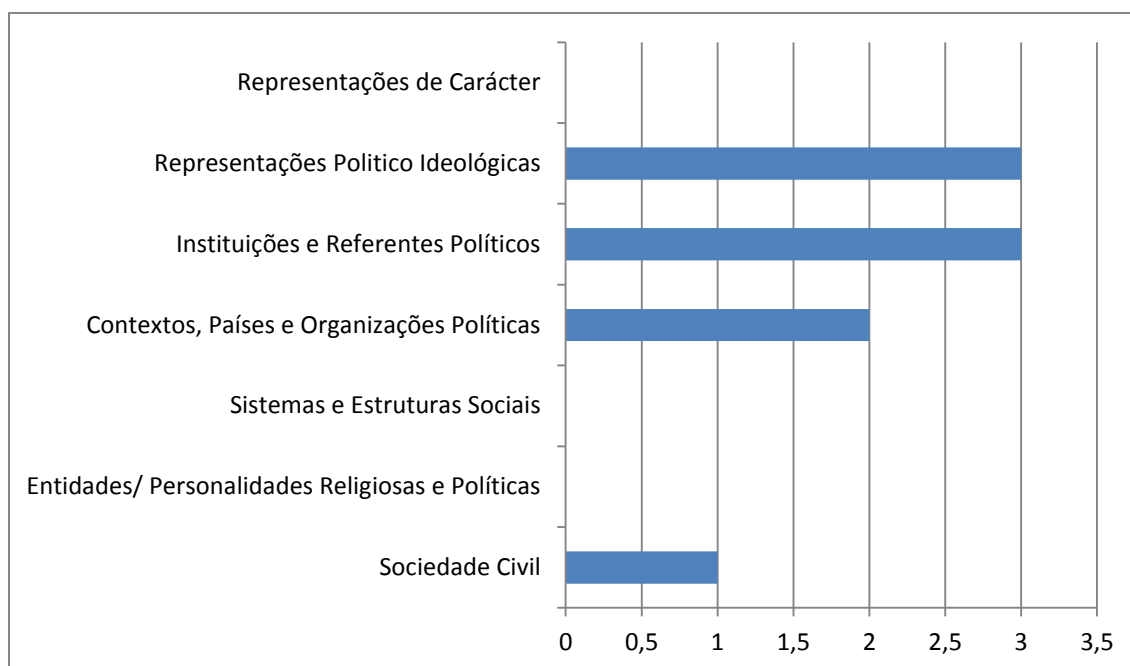


Gráfico 8. Discurso de tomada de posse de Américo Tomás em 1965

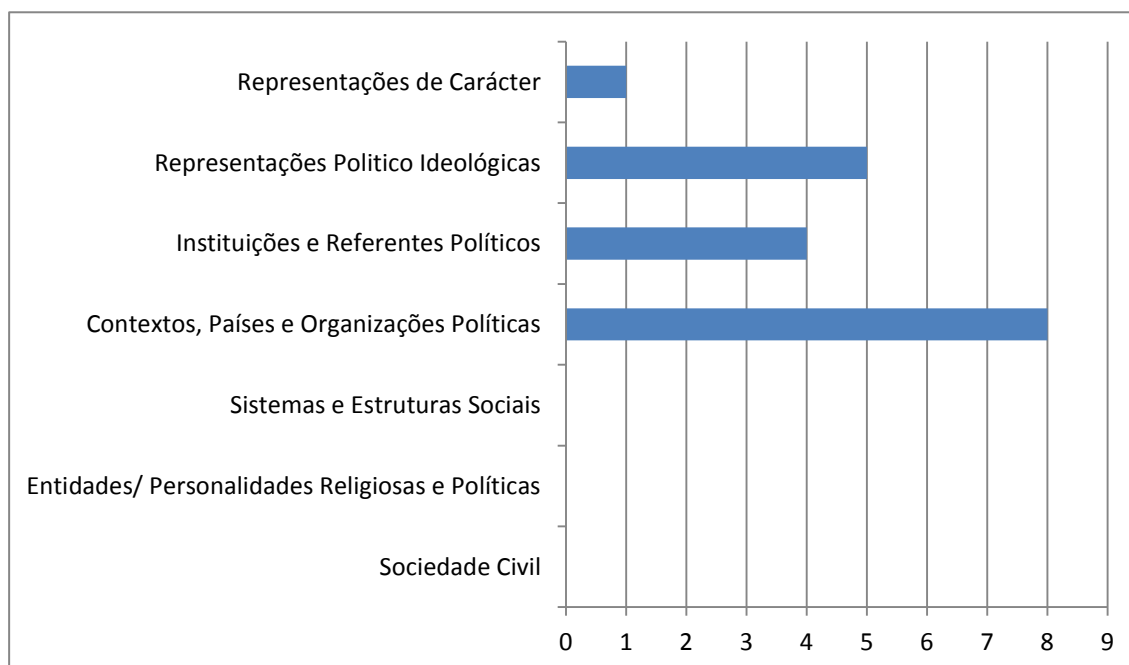
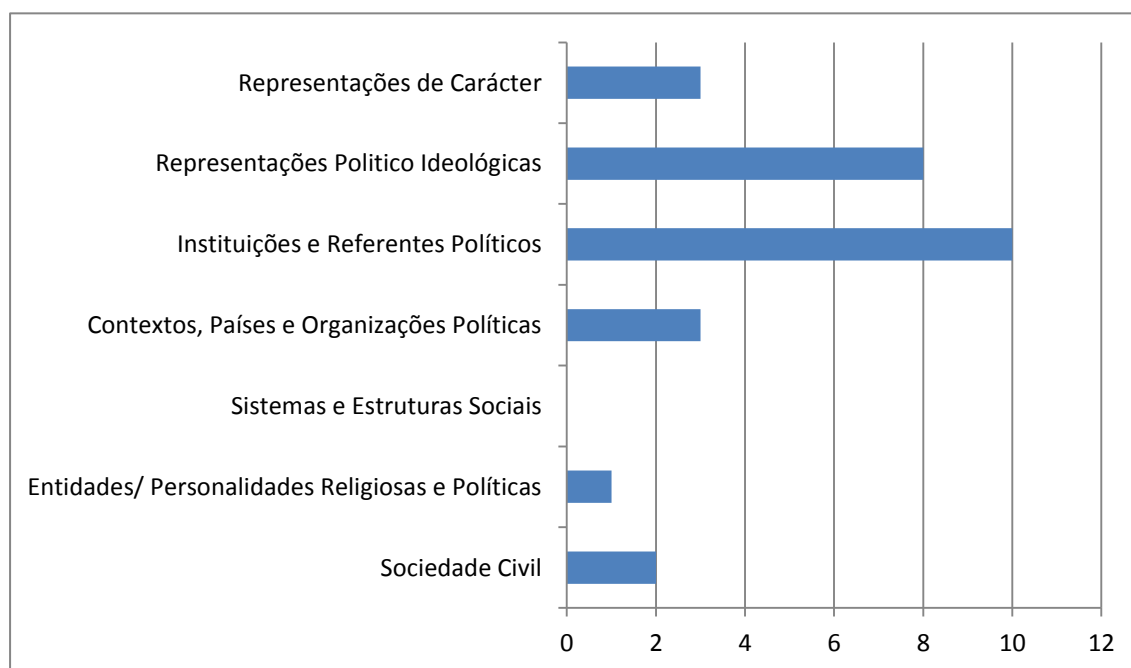


Gráfico 9. Discurso de tomada de posse de Américo Tomás em 1972







**Anexo 2:** Tabelas referentes à frequência com que os principais indicadores foram mencionados

Tabela 1. Principais indicadores utilizados pelo Presidente Óscar Carmona aquando do seu discurso de tomada de posse de 1926

<b>Categorias</b>	<b>Indicadores</b>
Representações de Carácter	Espírito de Sacrifício <b>1</b>
Representações Político Ideológicas	Patriotismo <b>1</b>
Instituições e Referentes Políticos	Nação <b>1</b>
Contextos, Países e Organizações	<b>X</b>
Sistemas e Estruturas Sociais	<b>X</b>
Entidades/ Personalidades Religiosas ou Políticas	Deus <b>1</b>
Sociedade Civil	Povo Português <b>1</b>

Tabela 2. Principais indicadores utilizados pelo Presidente Óscar Carmona aquando do seu discurso de tomada de posse de 1928

<b>Categorias</b>	<b>Indicadores</b>			
Representações de Carácter	Provincialismo <b>1</b>	Tradição <b>1</b>	Virtude <b>1</b>	Espírito de Sacrifício <b>1</b>
Representações Político Ideológicas	28 de Maio <b>1</b>	Primeira República <b>1</b>	Governo da Ditadura <b>1</b>	Patriotismo <b>1</b>
Instituições e Referentes Políticos	Nação <b>1</b>	Forças Armadas <b>1</b>		
Contextos, Países e Organizações	<b>X</b>			
Sistemas e Estruturas Sociais	Família <b>1</b>	Trabalho <b>1</b>		
Entidades/ Personalidades Religiosas e Políticas	Deus <b>1</b>			
Sociedade Civil	<b>X</b>			

Tabela 3. Principais indicadores utilizados pelo Presidente Óscar Carmona aquando do seu discurso de tomada de posse de 1935

<b>Categorias</b>	<b>Indicadores</b>			
Representações de Carácter	<b>X</b>			
Representações Político Ideológicas	28 de Maio <b>2</b>	Primeira República <b>1</b>	Relações Internacionais <b>1</b>	União/ Coesão Nacional <b>1</b>
Instituições e Referentes Políticos	Nação <b>3</b>			
Contextos, Países e Organizações	Ambiente Internacional Conturbado <b>1</b>			
Sistemas e Estruturas Sociais	<b>X</b>			
Entidades/ Personalidades Religiosas e Políticas	<b>X</b>			
Sociedade Civil	Povo Português <b>1</b>			

Tabela 4. Principais indicadores utilizados pelo Presidente Óscar Carmona aquando do seu discurso de tomada de posse de 1942

<b>Categorias</b>	<b>Indicadores</b>		
Representações de Carácter	<b>X</b>		
Representações Político Ideológicas	Patriotismo  <b>2</b>	União/ Coesão Nacional  <b>2</b>	Relações Internacionais  <b>1</b>
Instituições e Referentes Políticos	Pátria  <b>1</b>		
Contextos, Países e Organizações	Ambiente Internacional Conturbado  <b>3</b>		
Sistemas e Estruturas Sociais	<b>X</b>		
Entidades/ Personalidades Religiosas e Políticas	<b>X</b>		
Sociedade Civil	<b>X</b>		

Tabela 5. Principais indicadores utilizados pelo Presidente Óscar Carmona aquando dos seus discursos de tomada de posse de 1949

<b>Categorias</b>	<b>Indicadores</b>			
Representações de Carácter	<b>X</b>			
Representações Político Ideológicas	Mudança/Evolução <b>2</b>	Relações Internacionais <b>1</b>	União/Coessão Nacional <b>1</b>	Ocidente <b>1</b>
Instituições e Referentes Políticos	Nação <b>1</b>	Pátria <b>1</b>		
Contextos, Países e Organizações	Ambiente Internacional Conturbado <b>2</b>	Europa <b>1</b>	América <b>1</b>	
Sistemas e Estruturas Sociais	<b>X</b>			
Entidades/Personalidades Religiosas e Políticas	<b>X</b>			
Sociedade Civil	<b>X</b>			

Tabela 6. Principais indicadores utilizados pelo Presidente Craveiro Lopes aquando do seu discurso de tomada de posse de 1951

<b>Categorias</b>	<b>Indicadores</b>		
Representações de Carácter	Modéstia		
	<b>1</b>		
Representações Político ideológicas	Patriotismo	Relações Internacionais	
	<b>2</b>	<b>2</b>	
Instituições e Referentes Políticos	Forças Armadas	Pátria	Nação
	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Contextos, Países e Organizações	Ambiente Internacional Conturbado		
	<b>1</b>		
Sistemas e Estruturas Sociais			
	<b>X</b>		
Entidades/ Personalidades Religiosas e Políticas			
	<b>X</b>		
Sociedade Civil	Povo Português		
	<b>2</b>		

Tabela 7. Principais indicadores utilizados pelo Presidente Américo Tomás aquando do seu discurso de tomada de posse de 1958

<b>Categorias</b>	<b>Indicadores</b>		
Representações de carácter	<b>X</b>		
Representações Politico ideológicas	Comunismo <b>1</b>	Patriotismo <b>1</b>	Ocidente <b>1</b>
Instituições e Referentes Políticos	Nação <b>1</b>	Pátria <b>1</b>	Estado Novo <b>1</b>
Contextos, Países e Organizações Políticas	Mutuações Politico Sociais Internas <b>1</b>	Ambiente Internacional Conturbado <b>1</b>	
Sistemas e Estruturas Sociais	<b>X</b>		
Entidades/ Personalidades Religiosas e Políticas	<b>X</b>		
Sociedade Civil	Povo Português <b>1</b>		



Tabela 8. Principais indicadores utilizados pelo Presidente Américo Tomás aquando do seu discurso de tomada de posse de 1965

<b>Categorias</b>	<b>Indicadores</b>				
Representações de Carácter	Modéstia				
	<b>1</b>				
Representações Político Ideológicas	28 de Maio	Patriotismo	Interesse Nacional	Bem Comum da Nação	Comunismo
	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Instituições e Referentes Políticos	Pátria	Forças Armadas	Estado Novo		
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>		
Contextos, Países e Organizações	Ultramar	Mutuações Político Sociais Internas	Ambiente Internacional Conturbado		
	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>2</b>		
Sistemas e Estruturas Sociais	<b>X</b>				
Entidades/ Personalidades Religiosas e Políticas	<b>X</b>				
Sociedade Civil	<b>X</b>				

Tabela 9. Principais indicadores utilizados pelo Presidente Américo Tomás aquando do seu discurso de tomada de posse de 1972

<b>Categorias</b>	<b>Indicadores</b>						
Representações de Carácter	Bondade  <b>1</b>	Capacidade Realizadora  <b>2</b>					
Representações Político Ideológicas	Atraso Socioeconómico  <b>1</b>	Comunismo  <b>1</b>	Mudança / Evolução  <b>2</b>	Integridade Territorial  <b>1</b>	União Nacional  <b>1</b>	Patriotismo  <b>1</b>	Ocidente  <b>1</b>
Instituições e Referentes Políticos	Pátria  <b>4</b>	Nação  <b>3</b>	Constituição  <b>2</b>	Estado Novo  <b>1</b>			
Contextos, Países e Organizações	Ambiente Internacional Conturbado  <b>1</b>	Ultramar  <b>1</b>	Mundo Português  <b>1</b>				
Sistemas e Estruturas Sociais	<b>X</b>						
Entidades/Personalidades Religiosas e Políticas	Deus  <b>1</b>						
Sociedade Civil	Povo Português  <b>2</b>						

Tabela 10. Principais indicadores utilizados ao longo dos discursos presidenciais

Categorias	Indicadores													
	Provincialismo	Modéstia	Bondade	Capacidade Realizada	Espírito de Sacrifício	Tradição	Virtude							
Representações de Carácter	1	2	1	2	2	1	1							
Representações Políticas Ideológicas	28 De Maio	Pri-meira República	União/Coessão Nacional	Bem Comum da Nação	Integridade Territorial	Interesse Nacional	Patriotismo	Comunismo	Relações Internacionais	Mudança/Evolução	Ocidente	Atraso Socioeconómico	Governo da Ditadura	
	4	2	5	1	1	1	9	3	5	4	3	1	1	
Instituições e Referentes Políticos	Pátria	Nação	Constituição	Estado Novo	Forças Armadas									
	10	11	2	3	4									
Contextos, Países e Organizações	Ambiente Internacional Conturbado	Mutações Políticas Internas	Ultramar	Mundo Português	Europa	América								
	11	2	6	1	1	1								
Sistemas e Estruturas Sociais	Trabalho	Família												
	1	1												
Entidades/Personalidades Religiosas e Políticas	Deus													
	3													
Sociedade Civil	Povo Português													
	7													



**Anexo 3:** Discursos Presidenciais de Tomada de Posse durante o Período do Estado Novo

Discurso de tomada de posse do Presidente Óscar Carmona em 1926

Comovidamente, agradeço a todos os portugueses, cujos sentimentos V. Ex<sup>a</sup> tão eloquentemente acaba de interpretar, e aqui se encontram tão lucidamente representados, esta mensagem de solidariedade e confiança; mais do que nas minhas mãos cansadas ela fica depositada no meu espírito e no meu coração.

Como V. Ex<sup>as</sup> tenho confiança e fé na solidariedade patriótica dos portugueses e nos sacrifícios heróicos e devotados de que souberam sempre dar exemplos ao mundo, e também creio que a protecção Divina que deu alentos sobrehumanos aos nossos maiores, continuará a guiar e a proteger esta Nação profundamente cristã.

É fortalecido por esta solidariedade, por esta confiança e por esta fé, que vou iniciar o novo ciclo do mandato que me foi confiado e espero exercer a Bem da Nação.

APOC/Gx.30/105



## Discurso de tomada de posse do Presidente Óscar Carmona em 1928

em que o cenário se transforma completamente: as rivalidades entre os chefes parecem, as dissidências entre os subordinados reduzem-se sucessivamente, os estadistas vão afinal dirigindo a bareagem governamental e os aias sucedem-se, passam as semanas e os meses vão avançando na sua marcha fatal e inexorável sem que surja a almejada mutação!

«Nova suficiência! Os descrentes da unidade do Exército não podem compreender o que se passa em virtude daquele fenómeno de psicologia, segundo o qual a razão se subordina servilmente aos sentimentos.

«Eis, sumariamente exposto, um dos aspectos mais interessantes, que deve ser considerado pelos que venham a ocupar-se da situação política actual, e que vem demonstrar mais uma vez que Portugal, nas situações mais críticas da sua História, pode e sabe encontrar a fórmula salvadora, sintetizada agora nestas simples palavras: — UNIAO DO EXERCITO!»

### A PRIMEIRA ELEIÇÃO DE CARMONA PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

A primeira eleição do general Carmona para o cargo de Presidente da República, que já exerceia, com o aplauso da Nação, pela forma demonstrada anteriormente, foi uma expressiva afirmação de fé, de respeito e de confiança dos portugueses no mais alto magistrado. Nessas eleições votaram os que, na verdade, tinham o direito de votar: os que representavam, na vida nacional, as actividades que são, de facto, expressão do País. Não houve caciquismo nem combinações políticas. A campanha eleitoral fez-se sem acordos de partidos nem exageros de retórica. Foi um acto sério e digno, como a eleição. O Presidente Carmona viu consagrada com 738.065 votos, a acção que desenvolvera em benefício da sua Pátria, e a dignidade com que sempre vivera.

A proclamação do Chefe do Estado realizou-se no dia 15 de Abril de 1928, na sala da Câmara dos Deputados, perante o Governo, o Corpo Diplomático e as figuras de maior relevo social do País. O povo, nas ruas do percurso, desde Belém a S. Bento, e dentro da sala das sessões, aclamou delirantemente o Presidente-eleito.

Nos termos seguintes, depois de prestar juramento, dirigiu o Presidente Carmona a sua mensagem à Nação:

«Meus senhores: — O movimento militar de 28 de Maio, executado com patriótica e admirável decisão, pelo glorioso Exército português de terra e mar, numa explosão unânime de revolta contra erros inveterados da governação do Estado, traduziu à evidência os sentimentos e a vontade soberana da Nação, rudemente experimentada, desde longe, por vicissitudes funestas e desilusões bem amargas.

«Dois anos volvidos sobre a memorável data histórica, e postos em prática, através de circunstâncias aspérrimas, novos métodos e processos administrativos, caracterizados por uma honestidade irre-

preensível, e pela abnegação sem limites que à Pátria devemos todos nas horas de má fortuna, é de uma grande consolação verificar como o povo — este bom e generoso povo da nossa terra, encarnação viva das virtudes e do génio imortal da Raça — chamado a exprimir em sufrágio directo e livre o seu juízo sobre o uso que o Governo da Ditadura tem feito da plenitude do poder, consagra solenemente, pela votação mais retumbante que ainda se fez em Portugal, não o valor muito obscuro do Presidente da República que, neste momento, se investe no exercício da sua magistratura, mas antes e sobretudo o próprio pensamento de reabilitação nacional, que eu, modestamente, sou obrigado a personificar como sei e como posso.

«É cedo para julgar os homens e os acontecimentos. Dessa delicada missão se encarregará a História, algum dia. Mas, se o primeiro e mais grato dos meus deveres, nesta hora, é saudar toda a família portuguesa, sem restrições nem reserva, patenteando eterno reconhecimento aos meus concidadãos que me honraram com a confiança do seu voto, do qual procurarei ser digno, julgo também oportuno afirmar a admiração de que me sinto possuído por todos os meus dedicados cooperadores, que, fazendo prova de um alto espírito de sacrifício, têm prestado relevantes e desinteressados serviços ao País, quer na metrópole, quer nas colónias, sendo para destacar a notável acção das comissões administrativas municipais, na fama nunca assaz louvada de reconstituírem a vida provincial, lamentavelmente decaída das suas antigas e preciosas tradições.

«Esforçada tem sido a acção do Ministério a que presidi. É natural que haja nela erros cometidos, inerentes à experiência contingente e à falibilidade da inteligência. Mas é de vulto a sua tarefa já cumprida, na preocupação absorvente de restabelecer sem violência a ordem na rua e nos espíritos, condição primeira de todo o programa de reconstituição em perspectiva; de reconquistar o crédito financeiro, saldando compromissos importantes no estrangeiro; de acalmar paixões sectárias, distribuindo justiça a uns e chamando outros, qualquer que seja o seu credo político, filosófico ou religioso, a colaborar com as suas idéias e o seu patriotismo na redenção da nossa Terra, que só pelo Trabalho e pela virtude poderá alcançar tranqüilamente o seu antigo prestígio.

«Que o Governo da Ditadura vai em boa estrada, prova-se bem pelo testemunho de repetidas demonstrações de apreço e consideração diplomática que lhe têm sido prodigalizadas pela Inglaterra, nossa fiel aliada, pelo Brasil, e pela Espanha, nações amigas, duma amizade muito leal, às quais nos prendem fortes vínculos de raça, e afinidades históricas que não é lícito esquecer, e, de modo geral, por todas as demais nações entre nós acreditadas.

«Meus senhores: — Nada contribui com ambições que nunca tive para ascender a esta posição, que considero bem excessiva para a pobreza dos meus méritos. Soldado, fui sempre escravo do Dever e da Honra; jurando defender até à última gota do meu sangue, se preciso fôr, a Pátria e a República, que hoje me são confiadas, dou por penhor

*do meu juramento a coerência de todas as acções da minha vida; e só peço a Deus que, se algum prémio merece a minha dedicação à causa da Pátria, me dê a felicidade de ver reconciliada, em breve, numa perfeita unidade moral, toda a Família portuguesa. É a minha suprema aspiração».*

Houve um momento de apoteose quando o Presidente concluiu a leitura da sua mensagem. Esse grande momento nunca mais o esqueceu o Presidente Carmona.



## Discurso de tomada de posse do Presidente Óscar Carmona em 1935

Dominado por profunda comoção, o Sr. general Carmona proferiu o seguinte discurso:

*«Senhores deputados: — Agradeço a VV. Ex.<sup>as</sup> as palavras de saúdação que me dirigistes e mais sentidamente, ainda, os votos que fizestes para que eu dirija com felicidade, neste novo período, o Governo do País.*

*«Eu sei que o que procede em harmonia com os ditames de uma consciência recta cumpre, perante a moral, o seu dever, mas o homem público só realiza o seu destino quando os seus actos aumentam o património moral e material da Nação. Penso ter obedecido sempre aos ditames da minha consciência e espero confiadamente que a eles continuarei a obedecer, mas espero também que a Assembleia Nacional e os demais órgãos do Estado, ajuntando os seus esforços aos de todos os portugueses, darão aos meus propósitos a virtude de com eles servir os altos destinos de Portugal.*

*«Senhores deputados — Há muitos anos que sirvo a Nação: primeira a servi como soldado, sem reservas, sem restrições, como é lei do soldado; depois, na direcção dos negócios públicos, desde que um movimento geral e profundo da opinião pública pôs fim a uma crise política que, pela sua longa duração e intensidade, tinha enfraquecendo e anarquizando as forças estruturais do País.*

*«Vão decorridos mais de oito anos depois que me foi confiado esse pesado encargo, tempo bastante para experimentar processos de acção e para os condenar ou sancionar.*

*«Durante eles, pôs-se termo ao dissídio permanente que nos enlascava e ameaçava subverter; iniciou-se e já vai longe a obra de reconstrução moral e material da Nação e esta readquiriu a confiança nos seus próprios destinos, sobretudo depois que pôde ver a sua actividade apontada como exemplo a povos de mais relevo na cena mundial.*

*«É certo que o esforço para a reconstituição não pôde ainda atingir todos os objectivos visados pela revolução nacional, não só porque algumas demandas de si mesmos muito tempo para serem executados, mas também porque fomos surpreendidos pela crise mundial, que a todos os países fundamentalmente perturbou, mesmo aos mais bem apetrechados, mais ricos do engenho do homem e das dádivas da natureza. Creio, porém, que os resultados merecem ser recordados e postos em relevo, e, se o digo, é, sobretudo, com o intuito de fazer justiça ao próprio esforço da Nação, sem o qual seria impossível obra de tão grande culto, e a colaboração dos homens de boa vontade que a têm servido.*

*«A idade já longa e os trabalhos de muitos anos podiam-me fazer erar que sobre outros ombros a Nação lançaria o pesado encargo de a dirigir. Entendenda, porém, que poderia ser-lhe ainda útil a minha acção, e eu, acostumado a servir, não a recusei, embora não ignorasse a gravidade dos problemas que ensombraram a hora presente.*

*«A crise mundial continua dominando todos os poros, invadindo todos os sectores da actividade. No mundo assim conturbado, e por força da solidariedade que a todos une, as nações são vítimas não só das dificuldades que em cada povo se engendram e nascem, mas das que em outros povos se geram.*

*«Parece-me, por isso, que toda a governação deve ser orientada no sentido de cada país, organizando-se a si próprio e promovendo o seu progresso material e moral, evitando que as suas dificuldades sejam causa da perturbação nas outras nações. Assim, do mesmo passo que realiza o seu ideal nacional, realiza, ainda, o princípio da comunidade internacional, e esta atitude será, sem dúvida, o melhor e mais útil contributo que cada povo pode dar à obra da solidariedade das nações.*

*«A reconstrução nacional tem de ser, tem de continuar a ser, simultaneamente, moral e material; obra moral de fortalecimento contínuo do ideal colectivo pela exaltação dos altos destinos da raça e das perspectivas que o seu génio saberá traçar, e pelo apaziguamento das paixões desvairadas, dos conflitos que dividem e por isso mesmo o diminuem; obra material, que eleve o nível de vida da população e torne, se não mais fácil, pelo menos, mais útil o esforço dos que trabalham.*

*«Eis, senhores deputados, no que podem resumir-se os objectivos que desejaria fossem realizados neste segundo período da minha presidência, para o que sei que posso contar com a ajuda da vossa colaboração valiosa.»*

## Discurso de Presidente Óscar Carmona em 1942

### A NOVA MENSAGEM DO PRESIDENTE

A 15 de Abril, numa imponentíssima sessão da Assembléia Nacional, o Sr. general Carmona prestou novo compromisso de honra. Foi saúdo, em nome da Câmara, com um vibrante e magnífico discurso pelo deputado Sr. dr. Madeira Pinto. Aclamado em delírio pela assistência, o Sr. Presidente da República, comovidíssimo, pronunciou as seguintes palavras:

*«As palavras de saudação que VV. Ex.<sup>as</sup> acabam de dirigir-me vieram obrigar mais ainda o agradecimento devido à Nação pelo entusiasmo e carinho com que decidiu renovar-me o mandato de continuar a presidir aos seus destinos.*

*A autoridade em que acabo de ser investido existe para bem de todos os portugueses, e a todos os que comungam na unidade da Pátria, embora vivam ou cumpram a sua missão em terras distantes, se dirigem as minhas saudações e a expressão do meu reconhecimento.*

*Não aludirei às deficiências da minha pessoa e da minha idade para sopesar a mais alta magistratura do País, nem que não seja senão porque, ante a insegurança dos acontecimentos, já os maiores valores humanos se reputam insuficientes.*

*Patrioticamente coagido a continuar no exercício da Presidência da República, quero somente dizer que, tendo aprendido a servir a Nação no decorrer duma vida inteira, da melhor vontade lhe ofereço as energias que me restam e todo o esforço de que fôr capaz para a sustentação inquebrantável dos seus direitos, para a defesa do seu maior prestígio, da sua integridade e independência.*

*Estas palavras do compromisso constitucional, que podem, em épocas de calma normalidade, parecer simples manifestação da majestade do poder público, envolvem, nesta hora conturbada, responsabilidades que todos conhecem e a muitos causam justa apreensão.*

*Mas jamais, em qualquer época da história, a missão altíssima de governar andou isenta das maiores dificuldades e perigos; para os vencer e conjurar se reuniram sempre à volta dos chefes todas as energias nacionais, desde a força da tradição, pela qual as nações são o que são ao longo dos séculos, até aos sacrifícios mais devotados dos seus continuadores no presente; desde os desígnios, formados pela infalível inteligência dos homens, até aos que encontram decisivo apoio no favor da Providência. E rodeada de todas estas energias e valores que a voz de um homem, embora imperfeito ou alquebrado, fala em nome duma pátria, assume ressonâncias infindas; nela ecoam direitos e obrigações dos antepassados, nela vibram as esperanças dos homens de hoje, nela vivem antecipadamente as ansias de verdade, de ventura e de justiça dos homens de amanhã.*

*Sei bem que posso contar com esta admirável força patriótica no desempenho da minha árdua missão; conheço-lhe as raízes que a prendem na história e tenho podido avaliar, nas altas funções que me*



forem confiadas, a sua fecundidade construtiva na preparação de novos tempos; e se é crucial o momento histórico que atravessamos, também sinto essa força patriótica cobrar novos alentos pela união dos corações e das inteligências à volta dos supremos interesses nacionais.

Vale a pena, senhores deputados, viver e morrer por uma Pátria que ainda na hora em que parece que o Mundo tudo despreza e tudo subverte, encontra justos motivos para o respeito dos outros povos.

De muitos dos seus ilustres Chefes, como do Sumo Pontífice, tive a honra de receber palavras de apreço pela minha reeleição; quero renovar-lhes também os meus agradecimentos, em nome da Nação Portuguesa, que com todas tem procurado manter amistosas relações e só deseja poder continuá-las, animada do bom propósito de converter em proveito comum, não só a tranquilidade que felicemente disfrutava, mas ainda os sacrifícios que as lutas alheias imerecidamente lhe imponham.»

702

Fev. 1948  
No retiro final.

BIBLIOTECA NACIONAL  
ARQUIVO  
SALAZAR  
LISBOA

Ao assumir pela quarta vez o mandato em que a Nação me investiu são para ela, nas pessoas dos seus directos representantes, as minhas primeiras saudações. Tributo-lhe ainda os meus reconhecidos agradecimentos pelo seu voto de confiança e manifesto a minha gratidão pelas palavras com que a Assembleia Nacional teve a bondade de receber-me. Faço-o por dever de cortesia e por imposição do sentimento, ainda que as reais limitações de uma idade avançada e o cansaço de uma vida de trabalho me agravem neste momento as preocupações com que, mesmo noutras circunstâncias, tomariam o encargo de presidir aos destinos da Nação.

Como homem consciente das responsabilidades do cargo e das dificuldades da época que atravessamos, não obedeci, com efeito à voz da comodidade, mas posso dizer que segui o imperativo do dever. Ao menos pareceu-me que a simpa-

tia, o ardor, o entusiasmo com que a Nação se ergueu para designar o meu nome me impunham a obrigação de me dispor a servi-la com as forças que me restassem e enquanto humanamente o pudesse fazer. Sirvo-a em nome dos mesmos princípios que me tem conduzido e todos temos professado, nenhum outro interesse busco através de toda a acção além do interesse nacional.

Estamos, como todos reconhecem, numa das grandes viragens da História. Multiplicam-se os problemas; acumulam-se as dificuldades; uma grave perturbação agita os espiritos; no mundo económico, no mundo social, no mundo político, nas relações entre Estados e no seio das Nações, os homens revelam mais preplexidades que seguranças, mais problemas que soluções, mais dúvidas que certezas. É quasi certo que desta fermentação social um novo mundo dispondará; Esse outro mundo é porém para a mesma humanidade - isto é, para o mesmo homem que, à face da terra, terá sempre de trabalhar e sofrer,



de conviver com os outros homens, disciplinar e condicionar a sua actividade, e continuará a partilhar a vida entre tendências inferiores, a caminho da materialidade das coisas, e magnificas florescências duma espiritualidade quase divina.



E sendo assim, muito perigosa é para as sociedades a ânsia duma impossível renovação total, e falsa a ideia de que, para fazer de novo, se podem esquecer ou postergar os princípios que derivam da própria natureza humana e a experiência de séculos foi pouco a pouco revelando e cristalizando na consciência dos povos.

Eis porque Portugal se tem mostrado tão largo e aberto ante novas perspectivas - e algumas com imensos sacrificios seus abriu ao mundo - e ao mesmo tempo tão apegado se mostra às directrizes permanentes da sua História e aos princípios modeladores da consciência da Nação. Nós o vimos bem claramente através de uma recessão vivíssima quando receou pu-



dessem ser atingidos alguns daqueles princípios fecundos a que tem obedecido a sua vida, o seu orgulho de nação livre, a independência e integridade da Pátria, cuja defesa de modo tão explícito a Constituição me impõe como Chefe do Estado.

Essas claras indicações da consciência nacional são directrizes a que tem de obedecer a acção do Estado, nos confusos tempos que vivemos. Para que triunfem não basta porém que as sigamos; é necessário que comunidade nacional se encontre espiritualmente unida na sua defesa. É para essa união dos portugueses que apelo, é essa união de espíritos que desejaria me fortalecesse cada vez mais, como indispensável à realização dos seus destinos.



Não podemos deixar de ver com satisfação que a Europa vai despertando para a consciência dos princípios da sua própria civilização, e que das recentes destruições e desgraças começa a ressurgir para uma vida mais conforme à solidariedade das nações que a constituem. A generosidade

com que a América tanto material como moral e politicamente ajuda à recuperação europeia marcará sob certo aspecto a fisionomia duma época, e, se for possível, mercê dessa política salvar a paz e com ela a civilização cristã do Ocidente, penso que a Humanidade deverá pelos séculos <sup>longos</sup> regosijar-se de ter sido possível preservar os erros e loucuras que ameaçam o seu mais valioso património.



Concluo sobre essa esperança e sinceríssimo voto as minhas despretensiosas palavras e sobre ela começo o meu novo mandato que a Providência abençoe e torne feliz para todos os portugueses.



Senhores Presidentes da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa,

Senhores Deputados e Dignos Procuradores:

Saúdo em V. Ex<sup>as</sup>. os ilustres representantes da Nação e agradeço-lhes a bondade das palavras que, em vosso nome, acabam de ser-me dirigidas.

Ao ser investido na suprema magistratura do País, não quero deixar de significar a minha profunda gratidão pela forma por que êle se manifestou no momento melindroso em que teve de eleger o novo Chefe do Estado. Procurarei corresponder à confiança que em mim depositaram, pondo tôda a minha boa vontade e todo o meu patriotismo ao serviço da Nação, com a ambição única de contribuir para o bem e prosperidade dos portugueses.

Desejo, ardentemente, que em minha volta se reunam todos os que tiveram a honra de nascer em terras de Portugal sem distinguir raças, religiões ou ideias, e que no Chefe do Estado vejam segura garantia do prestígio e da continuidade da Pátria. Os povos só prosperam e são fortes quando, espiritualmente unidos, formam um bloco sólido e homogéneo, invulnerável às investidas do tempo e dos homens.

A época em que vivemos, tão perturbada e de futuro tão incerto, não nos permite — nem às nações nossas amigas — dedicar energias e haveres exclusivamente ao bem estar das populações; é mister que nos apetrechemos para enfrentar os perigos que nos ameacem. No entanto, apesar das dificuldades que o



mundo atravessa, em Portugal as grandes realizações de toda a ordem têm podido continuar num ritmo que deve satisfazer os mais exigentes; e, em passo tão difícil da vida nacional, realizaram-se ou estão em curso importantíssimos trabalhos públicos, que contribuirão, sem dúvida, para elevar o nível de vida do nosso povo.

Não seria possível tal situação se não estivessemos preparados com uma orgânica do Estado que não facilita a divisão dos valores nacionais, nem permite que as energias da grei sejam consumidas em lutas estéreis. A sensata reflexão da nossa gente mostrou mais uma vez, na última consulta ao País, que todos — indivíduos ou famílias, na Metrópole ou no Ultramar — desejam continuar a viver habitual e pacificamente a sua modesta mas progressiva existência.

Está assegurada a paz interna onde quer que flutue a nossa bandeira. Mas Portugal, que não vive isolado no mundo, tem de partilhar das responsabilidades e riscos que pesam sobre o grupo de nações a que está ligado; e tal facto obriga o País a preparar-se moral e materialmente para satisfazer os compromissos que as circunstâncias internacionais impuzeram. As nossas gloriosas forças armadas de mar, terra e ar adestram-se sem olhar a sacrifícios para poderem cumprir a alta missão que lhes compete na defesa do património nacional e da civilização que tanto ajudámos a criar.

Espero em Deus que as precauções tomadas pelos países do Ocidente serão suficientes para evitar que o Mundo — mal curado ainda de recentes feridas — seja lançado no mais sangrento e devastador conflito. Por nossa parte, continuará



a ser constante aspiração vivermos nas melhores relações com as nações amigas e por essa forma contribuirmos para a boa compreensão entre os povos, facilitando as condições em que a Paz possa existir e consolidar-se duradouramente.

Senhores Deputados e Dignos Procuradores:

O juramento que prestei perante Deus e perante os homens ficou profundamente gravado no meu espírito e na minha consciência. Não esquecerei que passei a ser o chefe de um grande Povo, que, através de longa e gloriosa vida, escreveu páginas das mais brilhantes da história da Humanidade.

9 de Agosto de 1951

Senhores Presidentes da Assembleia Nacional e da Câmara  
Corporativa  
Senhores Deputados e Dignos Procuradores:

O juramento que perante vós prestei nesta soleníssima sessão, para formal investidura nas funções de Presidente da República, impõe-me a obrigação de manter e cumprir leal e fielmente a Constituição, de observar as leis, de promover o bem-estar geral da Nação e de sustentar e defender a integridade e a independência da Pátria Portuguesa. Nas circunstâncias actuais, em que os espíritos se mostram, não só entre nós mas por toda a parte, perigosamente perturbados, o juramento a que fiquei vinculado exprime-se, e talvez mais do que nunca, por uma tarefa extremamente pesada e difícil, que só poderá ser integralmente executada desde que me não falte a indispensável ajuda dos portugueses e possa verificar-se uma favorável evolução nos acontecimentos mundiais.

Salvo episódicas ocasiões, conseguimos viver em quietação política nos últimos trinta anos, com manifesta utilidade para o progresso e bom nome do País. Ocorreu recentemente uma dessas ocasiões, que se caracterizou por nefasto clima de paixões, apto a envenenar a paz e harmonia em que vivemos. Convém, no entanto, estar atento a sentimentos ou críticas que pareçam justificados. Em toda a obra humana nem tudo resulta bem feito ou executado em conformidade com os melhores intentos e, não se afigurando sério negar ou minimizar o muito que de bom se faça, não há, também,



que falar apenas no que resulte bem, escondendo o que ficou por fazer ou se realizou mal. A quem administra cabe estar atento aos erros que se cometem e às deficiências que forem surgindo e animado do firme desejo e da preocupação constante de só ser útil à causa que serve. A obra a realizar, dentro desta orientação, é ainda imensa e para a sua consecução poderá contribuir, em muito, o II Plano de Fomento, cuja execução começará no próximo ano; e não deverá olvidar-se que entre os problemas mais instantes, e só parcialmente resolvidos, avultam os do nível de vida das classes mais desfavorecidas, da habitação dessas classes, da saúde e da educação. A eles terá de ser dedicado imediato e especial cuidado e para a sua realização serão necessárias a ajuda e a compreensão de todos os portugueses.

Apesar das aparências, têm-se vincado, cada vez mais, os dissídios entre os dois grandes blocos em que o Mundo se encontra dividido, caracterizando-se um pela sua orientação desconcertante, mas sempre objectiva e dinâmica, e o outro por procedimentos muitas vezes desconexos, hesitantes, senão contraditórios. Dessa diferença de orientações têm resultado apreciáveis ganhos para um deles e perdas, praticamente irrecuperáveis, para o outro. Nós estamos directamente interessados no caso, porque aos Portugueses deve em grande parte o Ocidente a influência que dele perdurou em várias partes do Mundo durante alguns séculos e a eles deve ainda um dos pontos de resistência consciente aos abandonos geralmente consentidos. Para se evitarem as maiores catástrofes parece indispensável que o bloco ocidental defina e siga uma política homogénea e firme, não só capaz de lograr a paz geral entre os povos, mas de preservar-lhes a sua integridade e independência. Nem há que cuidar, somente, da defesa do Ocidente sob o ponto de vista militar, porque se é indispensável, apesar dos pesados sacrifícios que impõe, para evitar o maior mal de todos, não tem ela conseguido obstar a que o Oriente, por caminhos menos aleatórios, vá atingindo os objectivos que visava alcançar.

Senhores Deputados e Dignos Procuradores:

Não se me tendo afigurado legítimo esconder as apreensões que naturalmente suscitam as dificuldades e os perigos do momento em que se inicia o meu mandato, não podem umas e outros dominar, e felizmente não dominam, a fé e a esperança de que estou possuído ao dirigir ao País, do seio da representação nacional, a minha primeira mensagem como Chefe de Estado, como resposta à confiança que em mim quis depositar.

Nela me cumpre agradecer, e desvanecidamente o faço, as palavras cativantes que acabei de ouvir e constituirão precioso incentivo no limiar da tarefa árdua que terei de enfrentar. Nela sinto, ainda, o dever de endereçar as mais cordiais saudações às Nações aliadas e amigas, cujos representantes vejo presentes. E nela ofereço, a todos que nasceram portugueses, vivam ou não em território pátrio, o que humanamente possa ser exigido em esforço e dedicação.

Crente de que a Providência continuará velando por Portugal e de que todos os Portugueses, esquecendo as suas divergências de ocasião e unidos num mesmo patriótico pensamento, darão ao novo Chefe do Estado a colaboração de que venha a carecer, inicio o desempenho das funções em que fui investido com o firme propósito de acertar e de não desmerecer do exemplo deixado pelos meus ilustres antecessores, Marechal Óscar Carmona e General Craveiro Lopes.

Senhores Presidentes da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa  
Senhores Deputados e Dignos Procuradores:

A mensagem que vou ler perante Vossas Excelências tem de começar, naturalmente, por agradecer a confiança que a Nação me reiterou, por via do seu Colégio Eleitoral, elegendo-me para novo septenato na chefia do Estado. A exemplar dignidade em que funcionou o Colégio e a presença da quase totalidade dos possíveis eleitores, conferiram ao acto a maior relevância e pareceram provar as vantagens do novo sistema, afinal semelhante ao existente em muitos outros países e até com a vantagem de mais larga e completa representação nacional. E a votação que o meu nome mereceu, além de muito me ter desvanecido, mostrou que a anuência por mim dada para segunda candidatura à chefia do Estado terá constituído talvez, na situação actual, a solução que o País esperaria.

Mas sinto-me no dever de esclarecer que muito hesitei em candidatar-me a novo mandato presidencial. Foi sempre minha intenção retirar-me após os sete anos que hoje precisamente findaram. Completei já setenta anos de vida e poucos períodos de ócio conheci durante ela. Habituei-me ao trabalho árduo e, na chefia do Estado, continuei seguindo a mesma linha de conduta, coerente com o meu passado. E se em tão alto cargo tive a suprema consolação de conquistar a geral simpatia popular, é igualmente certo não me ter eximido a qualquer esforço, por maior que fosse a sua violência.



Onde foi pedida a minha presença e ela se justificava, não deixei de estar presente e muitas foram as terras que em mim viram o primeiro Chefe do Estado que as visitava. A saúde e o vigor físico permitiram sete anos de dedicação completa à causa pública e sem essa dedicação completa não é legítima, a meu ver, a presença em cargo de tão grande responsabilidade. Por isso hesitei muito e resisti largo tempo às pressões que de tanto lado e tão simpaticamente se exerceram. E só as razões derivadas das circunstâncias especiais de guerra em que o País vive me convenceram. Por isso nenhuma gratidão me é devida. Apenas cumprirei mais uma vez e com toda a devoção o meu dever para com a Pátria. Em servi-la, não há sacrifícios que contem: mas só servindo-a exemplarmente se justificará continuar.

Não se afiguram fáceis os sete anos que hoje começam. Durante eles poderão surgir problemas da maior gravidade, a exigirem decisões prontas e firmes, mas que terão de ser consentâneas com os reais interesses da grei portuguesa. E se ao Chefe do Estado cabe sempre estar atento, compete-lhe sobretudo estar preparado para as emergências que possam surgir, pois é na sua consciência que pesará a responsabilidade das decisões que tomar.

Quero crer só haja, por enquanto, que continuar enfrentando as dificuldades internas e externas que, de diversos modos, afligem também todos os outros povos. No caso português tais dificuldades quase se confundem, porque os problemas internos criados à Nação são sobretudo os que, tendo origem internacional, se desenvolvem no ultramar português. Mas a sucessão de acontecimentos internacionais, os constantes insucessos da política ocidental e a crescente expansão dos comunismos russo e chinês em África, têm ajudado a esclarecer na opinião pública internacional, ainda que com lentidão, as posições tomadas pelos portugueses. E, no entanto, os sacrifícios que estas comportam não se traduzem em vantagens exclusivas da Nação Portuguesa. Antes e ao mesmo tempo se destinam a salvar interesses essenciais do Ocidente. Não é de mais afirmar que estamos trabalhando e lutando, sobretudo, em benefício alheio.

E na luta que se está travando em Angola, na Guiné e em Moçambique, junto às fronteiras de Estados recém-nascidos, donde parte o terrorismo que nos tem assolado, deve-se às Forças Armadas o maior reconhecimento pelo seu abnegado e total esforço na defesa

intransigente do Torrão pátrio, contra inimigos insidiosos, instruídos principalmente pelos que odeiam o Ocidente e a sua civilização milenária. O moral com que os soldados de terra, mar e ar seguem para as zonas infestadas, se batem e morrem, suportando as maiores inclemências, dão bem a medida do seu valor e, também, da plena consciência com que lutam. E tudo isso é possível e natural porque o povo português se mantém patriota como nenhum outro e tem, como aliás teve sempre, o sentido exacto do verdadeiro interesse nacional.

A luta terá de continuar até à nossa vitória final, que uma compreensão mais realista do Ocidente pode apressar. Mas tal determinação da nossa parte não obsta a que manifestemos sempre o nosso espírito e o nosso desejo de colaboração com todos os países, especialmente os que, sendo vizinhos em África, mais necessitam, no nosso entendimento, de auxílio e apoio e não de lutas.

E não podemos duvidar de que o Mundo, em muitas partes envolvido em guerras, anseia por ter paz, embora pareça não saber já procurar os caminhos que a ela podem conduzir. A ambição é no plano externo a principal causa da guerra, sobretudo quando alimentada por certas ideologias que, sendo universalistas, em si mesmas contêm germes de agressão. E no plano interno sucede naturalmente o mesmo. A espécie de angústia espiritual do nosso tempo não se curará através da permanente e sôfrega procura de gozos e bens materiais, nem se curará com mutações políticas a cada momento procuradas, ainda que as instituições tendam a evolucionar à medida que as circunstâncias da vida económica e social apresentem alterações profundas. O optimismo criador que impulsiona a vida económica dos nossos dias tem de ser aproveitado para o bem comum, na criação e distribuição da riqueza.

Fala-se hoje muito de um mundo novo, de uma sociedade nova e de um homem novo em gestação nos nossos dias: mas a evolução do ser humano é de si extraordinariamente lenta e daí os atritos, mais ou menos duros, entre o homem e o meio em que é obrigado a viver. Sejam os por isso modestos, não ambicionando alterar em décadas a constituição do mundo, mas trabalhemos antes por melhorá-lo em cada momento no que de nós dependa e o progresso da técnica, em certas épocas como a nossa, mais aceleradamente permita.



Esta tem sido, aliás, a orientação que temos seguido, pois não podemos esquecer não sermos ricos e que há quarenta anos nos encontrávamos em confrangedor atraso. O que se tem conseguido justifica que comemoremos, no próximo ano, as primeiras quatro décadas do regime em que vivemos. Temos usufruído, ao longo delas, uma quase contínua paz interna, que pôs termo a muitas outras de lutas políticas constantes e improdutivas. E tem sido possível, apesar de graves e demorados acontecimentos internacionais terem repercutido intensa e desfavoravelmente na vida nacional, um progresso económico e social muito além do que há anos atrás era possível ambicionar. Largas tarefas, no entanto, terão ainda de ser executadas, mediante completos e bem estruturados planos de fomento, para elevar os níveis de vida, de habitação, de educação e de saúde do nosso povo. Para tanto, porém, há que continuar usufruindo a mesma paz interna que o regime nascido em 28 de Maio de 1926 assegurou. E não pode afirmar-se, com seriedade, que tal regime só existe mantido pela força e contra a vontade do povo. Dificilmente, em qualquer época, houve força capaz de impor e manter, em paz, um mesmo regime durante quarenta anos. Hoje isso tornou-se impossível e a verdade é pois outra: se o nosso actual regime viveu e vive, é porque contém em si mesmo a vida que o faz viver.

Senhores Deputados  
e Dignos Procuradores:

Alonguei-me demasiadamente, talvez, nesta minha mensagem, mas é meu dever, antes de concluir, agradecer as palavras gentis e encorajantes que escutei em vosso nome e manifestar a esperança de que as lutas africanas terminem em breve e de que as populações regressem à paz e tranquilidade do trabalho, essenciais ao seu progresso económico e social. E o regresso à ordem permitir-nos-á dedicar-nos mais intensamente ao seu bem-estar.

E ainda deste lugar me compete saudar as Nações Amigas, através dos seus representantes diplomáticos aqui presentes, e exprimir a todos os portugueses, vivam ou não em território nacional, a minha profunda simpatia. Em primeiro lugar o meu pensamento vai, muito naturalmente, para as Forças Armadas que defendem



Portugal em África e para os portugueses do Estado da Índia, ainda sujeitos a iníquo e pesado jugo estrangeiro.

E finalizo reiterando o juramento que prestei há pouco perante vós e com o qual iniciei o novo mandato que a Nação tão significativamente me conferiu. Esse juramento, apesar do seu significado transcendente, pode exprimir-se, como tudo o que é grande, por poucas, mas belas palavras, apenas duas: Continuar Portugal. Pois bem, com a ajuda de Deus e dos portugueses, prometo solenemente, com a maior firmeza e até ao limite das possibilidades humanas, que tudo empenharei na alta missão de continuar Portugal.

*Presidência da República*

*Senhores Presidentes da Assembleia Nacional  
e da Câmara Corporativa,  
Senhores Deputados e Dignos Procuradores:*

*Perante Vossas Excelências e de acordo com o  
preceituado no artigo 75º. da nossa Constituição Política,  
assumi há pouco e pela terceira vez consecutiva, as altas  
funções de Presidente da República.*

*No momento solene da posse e usando a fórmula  
de compromisso que o mesmo artigo prescreve, jurei, mais  
uma vez, manter e cumprir leal e fielmente a Constituição  
da República. As palavras do texto constitucional são in-  
tuitivas e aparentemente simples, mas, bem meditadas, re-  
presentam um rosário, quase sem fim, de responsabilidades.  
Embora o sejam, também, para todos os portugueses, elas*



atingem, quanto ao Chefe do Estado e logicamente, o máximo da sua intensidade, constituindo para ele preocupação permanente em todos os seus pensamentos, procedimentos e decisões.

O reconhecimento perfeito das responsabilidades e do seu constante incremento, derivado da já longa permanência na chefia do Estado, fez-me hesitar muito, muito mais ainda do que em 1965, no propósito de me candidatar a novo mandato presidencial, que se me afigurava pouco justificável, mas para que estava sendo insistentemente impelido por apelos de que a minha consciência nem sempre conseguia desprender-se com a indispensável tranquilidade. Não resultaram essas hesitações do aparecimento de quaisquer quebras de ânimo ou de súbito temor às responsabilidades, pois tais hesitações seriam irremovíveis. As suas causas derivavam do natural receio, bem compreensível, de ao cabo de tantos anos de exaustivos esforços e de idade, não conseguir desempenhar, por mais alguns ainda e com a eficiência plena



que elas exigem, tão altas e difíceis funções. É certo existir em qualquer idade o risco da pessoa desaparecer da vida ou de se incapacitar nela, mas não deve esquecer-se que tal risco vai logicamente crescendo ao longo dos anos que se vão vivendo.

Porém e através de insistente argumentação, de que não consegui libertar-me convictamente, fizeram-me crer que o meu dever, no momento actual, era continuar. Por isso anuí em me candidatar e como fui eleito, continuo; e continuo porque a um português que sinta entranhadamente Portugal, não se afigura legítimo eximir-se ao cumprimento do seu dever, enquanto o puder e souber cumprir.

A minha candidatura foi recebida com geral simpatia e com manifesto entusiasmo em todo o Mundo Português. De uma e de outro deram pleno eco os órgãos de informação e o excepcional volume de correspondência recebida, tudo parecendo mostrar ser a renovação dos meus anteriores mandatos a solução mais desejada. E confirmando esse parecer, o Colégio



Eleitoral elegeu-me, por expressivo e consolador número de votos, para mais um septénio na chefia do Estado, o que exprime, sem dúvida, a continuação da confiança que a Nação em mim tem depositado.

Desvanecidamente agradeço essa confiança, tão largamente manifestada, e procurarei continuar a merecê-la, servindo o País, como o tenho procurado fazer sempre, com toda a dedicação e entusiasmo que lhe são devidos. É, aliás, uma obrigação e pelo seu cumprimento não há lugar, evidentemente, a qualquer gratidão. Mas é oportuno repetir o que afirmei na mensagem há sete anos dirigida à Nação, deste mesmo lugar. Em servir a Pátria não há sacrifícios que contem: mas só servindo-a exemplarmente se justificará continuar na chefia da Nação.

Não penso que venham a ser fáceis os anos que se avizinham, pois se tal pensasse seria agora e apenas mais um simples espectador desta solene cerimónia. E não penso, nem é de pensar, porque a humanidade se está mostrando cada



vez mais profundamente perturbada e porque a experiência trazida dos dois anteriores mandatos e o clima de incrível animosidade, que tão injustamente nos criaram e tão encarniçadamente está sendo mantido, não permitem optimismos inconvenientes.

Infelizmente não voltarão, com a brevidade precisa, os tempos calmos que há anos atrás se viveram, embora a parte boa e sã da humanidade os deseje, como nós, com toda a compreensível ansiedade. Os estragos que as forças do mal têm causado, são já muito profundos, pouco se tendo feito de positivo, até agora, para pôr termo ao desrespeito, à indisciplina, à degradação e ao banditismo que têm grassado, com estranha impunidade, em quase todo o Mundo e têm conseguido abalar, e de que maneira, os milenários alicerces em que se firmara, até há não muitos anos e com uma segurança que parecia indestrutível, a civilização ocidental e cristã.

É neste quadro bem pouco animador e até preocupante, mas sem dúvida realista, que inicio o meu terceiro man



dato na Presidência da República. Mas não enceto a marcha de forma alguma vencido e antes animado de pertinaz empenho de vencer, pois sem este negaria o meu passado e renegaria o portuguesismo que, arreigadamente e para sempre, se fixou no meu coração e na minha alma. Usarei, na minha acção, como armas inquebráveis, a calma, a paciência e a persistência, que sempre me têm acompanhado. Continuarei fiel ao meu pendor para a bondade, sem hesitar no uso da firmeza, quando ela se torne necessária. E não olvidarei que a bondade não significa abdicação, nem a firmeza implica, necessariamente, violência.

Conhece-me o País suficientemente, pois o tenho percorrido, praticamente, de lés-a-lés, com excepção dos pedaços de Portugal situados na Ásia e na Oceânia. Não preciso, pois, de dizer-lhe quem sou, nem como sou. Mas apesar de assim ser, não me julgo dispensado de reafirmar, nesta mensagem, o que a Nação tem direito a esperar de mim, para que eu possa corresponder à confiança que, com tanta larque



za, me reiterou. Além de tudo o mais que abnegadamente lhe tenho dado, tem a Nação todo o direito a exigir de mim o integral cumprimento da obrigação contraída no juramento que prestei no início desta solene sessão e com o qual fiquei empossado, pela terceira e última vez e sem soluções de continuidade, nas funções de Presidente da República. Segundo a fórmula de compromisso lida, jurei manter e cumprir leal e fielmente a Constituição da República, observar as leis, promover o bem geral da Nação, sustentar e defender a integridade e a independência da Pátria Portuguesa. A manutenção e o cumprimento leal e fiel da Constituição que estiver em vigor e a observação das leis, não é tarefa exaustiva no regime em que felizmente vivemos. Outro tanto não posso afirmar quanto ao restante do juramento, pois a promoção do bem geral da Nação, quando temos, efectivamente, de sustentar e defender a integridade e a independência da Pátria, sendo tarefa excepcionalmente aliciante e verdadeiro desafio à nossa capacidade realizadora, é já missão erigida de difi-



culdades na sua conjugação, porque a defesa da integridade e da independência da Pátria não pode deixar de conceder-se preferência sobre qualquer outra causa, mesmo a da promoção do bem geral da Nação, pelo menos ao ritmo a que poderia e deveria ser realizada em circunstâncias normais.

Desde que em Março de 1961, sem qualquer notória repulsa dos povos civilizados e até com a sua estranha e quase total indiferença, ocorreu imprevistamente canibalesco massacre no norte da província de Angola, em que foram horrorosamente martirizados, mortos e trucidados mais de um milhar de brancos e de pretos, praticamente indefesos, não mais deixaram os perturbadores da paz alheia - com fins ocultos, diferentes dos alegados e que o tempo foi clarificando, pouco a pouco - de alimentar o terrorismo nas zonas fronteiriças de Angola e, seguidamente, da Guiné e de Moçambique, províncias infelizmente não apenas limitadas pelo mar, mas confinantes com alguns países de formação muito recente, sem noção dos seus deveres e das suas responsabilidades, que



qualquer nação já amadurecida não pode deixar de conhecer e respeitar.

De então para cá temos estado permanentemente empenhados na manutenção da paz nessas parcelas de Portugal, protegendo todos quantos nelas vivem e trabalham honestamente da acção insidiosa do inimigo, subtilmente infiltrado do exterior, após ter sido instruído nas escolas marxistas da especialidade. Esse empenhamento não tem, porém, obstado ao espectacular desenvolvimento realizado em grandes parcelas dessas províncias, nem à promoção social dos seus habitantes, em todos os aspectos que ela envolve. Mas tudo isso, que representa um esforço quase sobre-humano, tem de continuar sem desfalecimentos e, se possível, cada vez mais intensamente. Mas o essencial, repito, não pode deixar de ser, no momento que vivemos, a defesa da integridade do solo pátrio. Nela estamos dolorosamente consumindo, por culpa que não é nossa e há mais de onze anos, vidas e haveres, sem preço, as primeiras, e, em grande parte irrecu-



peráveis, os segundos. De resto o respeito devido à Constituição, à nossa História quase milenária e aos portugueses que ao longo dos séculos tudo sacrificaram e estão sacrificando em holocausto da Pátria, impõe que se mantenha, sem hesitações e sem tibiezas, a decisão que Salazar consubstanciou nas célebres palavras que proferiu em Abril de 1961. A minha recente reeleição, com o aplauso generalizado da Nação, bem ciente do meu firme pensamento em tão melindrosa matéria, não pode ter significado diverso. E eu confio no sentido arguto do Povo Português que, em todos os tranSES da nossa vida como Nação, soube sempre apontar, com o seu exemplo, os caminhos que deviam ser trilhados pelos seus governantes.

Em nome da Pátria, que represento e consubstancio, é meu dever saudar desta tribuna, com toda a gratidão, os militares de Terra, Mar e Ar que, ao longo de mais duma década, têm sido exemplos sublimes e constantes de coragem, de abnegação e de amor ao seu País, saudação que envolve todos os restantes portugueses, pretos ou brancos, que em Angola, em Moçambique e na Guiné têm auxiliado devotadamente



a acção dos militares.

A prioridade que indubitavelmente merece a defesa da nossa integridade territorial, mediante a manutenção da paz em todas as parcelas portuguesas espalhadas pelo Mundo, de modo algum pode ser satisfação bastante para a nossa consciência. Há, para além desse grandioso esforço, que despende outro, também imenso, o de promover o bem geral da Nação, em escala sempre crescente, para assim nos aproximarmos, tanto quanto possível, dos padrões de vida dos países mais desenvolvidos. Seria ingratição esquecer o muito que se tem feito nestas últimas quatro décadas e o caos em que Portugal se debatia no princípio do século, mormente nos anos vinte. Partidos praticamente do zero e muito distanciados dos países ricos, não podíamos, evidentemente, vencer o atraso e, conjuntamente, progredir ao ritmo desses países. Através dos Planos de Fomento e por fora deles, realizámos já uma obra de extraordinário valor que o futuro Plano, o 10, certamente irá desenvolver com maior



intensidade em todos os sectores da vida nacional, mormente na indústria, na agricultura, nos transportes e comunicações, na energia, na educação, na investigação, na saúde, na habitação e, duma maneira geral, nos serviços da administração pública, obstando a que o mal da emigração prossiga e promovendo, ao contrário, o regresso de muitos portugueses, que passarão a encontrar na sua terra a melhoria de vida que têm buscado em terra alheia, à custa de sacrifícios sem conta.

A obra enorme que nos espera é, como já disse, um verdadeiro desafio à nossa capacidade realizadora, mas não é impossível de levar a bom termo. Para o vencermos há, porém, que trabalhar muito mais e mais acertadamente ainda, que unir produtivamente todos os nossos esforços num sentido mais benéfico para a comunidade portuguesa e evitar dissensões que a experiência nefasta do primeiro quartel deste século, em absoluto, condenou. Evidentemente que se deverão discutir as soluções possíveis, mas sempre libertos de ideias feitas e



com espírito compreensivo e construtivo, abdicando de preconceitos, de ressentimentos, de melindres e de excessos de amor-próprio, que sendo inconvenientes em qualquer caso, se tornam indesejáveis quando está em causa o bem e o progresso do País. E ao examinarmos, com toda a minúcia e conscienciosamente, as soluções adoptadas nos países mais avançados, para os problemas que tenhamos a resolver, não nos devemos deixar impressionar por ideias utópicas ou de inconveniente aplicação entre nós, só porque estão na moda. Aumentar os nossos conhecimentos, só nos pode trazer vantagens; aperfeiçoar as nossas qualidades e diminuir os nossos defeitos, é da maior utilidade; mas não percamos as nossas especiais características, pois foram elas que asseguraram a nossa vida passada e continuam constituindo seguro penhor do nosso futuro. Em remate acrescentarei, ainda, devermos aplicar a nossa inteligência e a nossa capacidade de realização no sentido de a todos os portugueses poderem ser proporcionadas melhores condições de vida, garantido-lhes pão suficiente, lar condigno,



desenvolvida educação e conveniente defesa da saúde. Além de que, numa sociedade bem constituída, é necessário que as pessoas que a compõem tenham espírito de entre ajuda, para que os beneficiados pela sorte se não esqueçam dos atingidos pela desdita.

Antes de terminar esta mensagem é meu elementar dever agradecer as cativantes palavras do Senhor Deputado que me saudou em nome dos componentes das duas câmaras reunidas nesta sessão conjunta e dizer-lhe que apreciei muito o seu discurso, escutado com o crescente interesse que as judiciosas considerações feitas me foram provocando.

É igualmente dever meu, que cumprio com o maior aprazimento, saudar com muita simpatia as Nações Amigas, cujos representantes diplomáticos compareceram nesta cerimónia e afirmar que Portugal lhes oferece a mesma leal colaboração de sempre e lhes deseja venturoso porvir. É porque visitei há poucos meses o Brasil, numa missão de grande significado histórico e porque com ele constituímos uma Comunidade verdadei-



ramente fraterna, exprimo ao seu ilustre representante, numa palavra especial, a profunda estima que sinto pela Nação irmã.

É, ainda, antes das últimas palavras desta mensagem, não posso deixar de recordar os acontecimentos que mais impressionaram o povo português, nos meus dois anteriores mandatos. No primeiro, o brutal choque pela espoliação dos nossos centenários territórios de Goa, Damão e Diu, em Dezembro de 1961, por um país de formação recente e que se dizia pacifista. Eles continuam ainda e desoladoramente afastados da Mãe-Pátria, mas estão sempre presentes no seu pensamento. No meu segundo mandato, que hoje termina<sup>ou</sup>, a incapacidade inesperada e o conseqüente afastamento do Doutor Salazar da vida política portuguesa, em que providencialmente entrara quarenta anos antes, e a sua substituição pelo Doutor Marcello Caetano, na Chefia do Governo. Lembro o primeiro com imensa saudade e profunda gratidão; reitero ao segundo a confiança nele convictamente depositada em 27



de Setembro de 1968.

Vou terminar com um apelo, em que ponho toda a minha fé.

Pego a Deus que conserve em perfeita união todo o povo português. A união multiplica a força e nós carecemos dela, tanto como noutros momentos difíceis da nossa História, para vencer a crise em que nos debatemos. Unidos, conseguiremos defendermo-nos e progredir e, portanto, vencer e continuar Portugal. Sinto-me com autoridade para fazer este apelo, não apenas e já seria suficiente, pelas funções que continuo exercendo com plena confiança da Nação, como ainda pela circunstância, que só a título excepcional aponto como exemplo entre os muitos que certamente existem, de poder afirmar, apesar de ter nascido na última década do distante século passado, nunca me ter sentido um português inútil, durante toda a minha já longa vida. Se o meu apelo for ouvido, o que espero; se todos nos conservarmos perfeitamente unidos naquilo que fundamentalmente interessa à



*Presidência da República*

17.

nossa Terra, como é mister: nunca deixaremos - todos - de nos sentirmos orgulhosamente portugueses, úteis à Pátria em que nascemos e queremos constantemente progressiva e eterna.

9.8.72